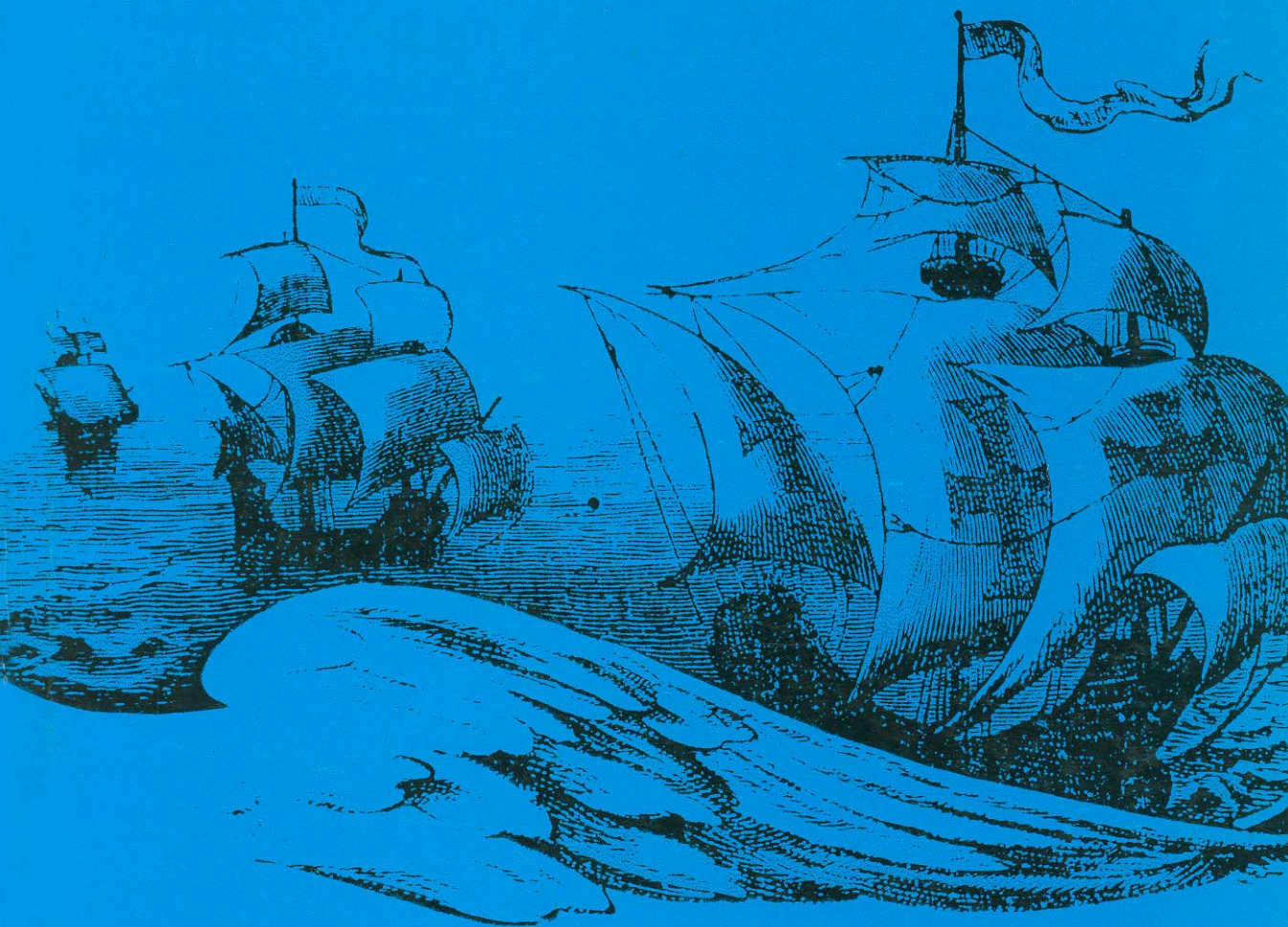


ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 10 • NÚMERO • 01 • JAN/JUN • 1997



O BRASIL NOS ARQUIVOS PORTUGUESES

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

Ministério da Justiça
Arquivo Nacional

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v.10, NÚMERO 01, JANEIRO/JUNHO 1997

© 1997 by Arquivo Nacional
Rua Azeredo Coutinho, 77
CEP 20230-170 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Justiça

Iris Rezende

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Editora

Maria do Carmo T. Rainho

Conselho Editorial

Ana Maria Cascardo, Ingrid Beck, Maria do Carmo T. Rainho, Maria Isabel Falcão, Maria Izabel de Oliveira, Nilda Sampaio Barbosa, José Ivan Calou Filho, Sílvia Ninita de Moura Estevão

Conselho Consultivo

Ana Maria Camargo, Angela Maria de Castro Gomes, Boris Kossoy, Célia Maria Leite Costa, Elizabeth Carvalho, Francisco Falcon, Francisco Iglesias, Helena Ferrez, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Belotto, Ilmar Rohloff de Mattos, Jaime Spinelli, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, José Carlos Avelar, José Sebastião Witter, Léa de Aquino, Lena Vânia Pinheiro, Margarida de Souza Neves, Maria Inez Turazzi, Marilena Leite Paes, Regina Maria M. P. Wanderley, Solange Zúñiga

Edição de Texto

José Ivan Calou Filho

Projeto Gráfico

André Villas Boas

Editores Eletrônica, Capa e Ilustração

Gisele Teixeira de Souza e Jorge Passos Marinho

Revisão

Alba Gisele Gouget e José Claudio da Silveira Mattar

Resumos

Carlos Peixoto de Castro e José Cláudio da Silveira Mattar (versão em inglês), Lea Novaes e Flávia Roncarati Gomes (versão em francês)

Reprodução Fotográfica

Aginaldo Neves Santos, Cícero Bispo, Flavio Ferreira Lopes e Marcello Lago

Secretaria

Jeane D'Arc Cordeiro

Revista financiada com recursos do

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

 CNPq

 FINEP

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —

v. 10, n. 1 (jan./jun. 1997). — Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

v.; 26 cm

Semestral

Cada número possui um tema distinto

ISSN 0102-700-X

1. Brasil - História - fontes I. Arquivo Nacional

S U M Á R I O

01

Apresentação

03

No V centenário da chegada dos portugueses ao Brasil: reviver o patrimônio comum. Contribuição do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)

Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha & Maria de Lurdes Henrique

17

Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino

Maria Luísa Meneses Abrantes

29

Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto

Maria Adelaide Meireles & Luís Cabral

47

O arquivo da Casa da Moeda de Lisboa. Seu interesse para a história do Brasil colonial. 1686-1822

Margarida Ortigão Ramos Paes Leme

57

Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a história do Brasil Colônia

Judite Cavaleiro Paixão

71

A contribuição do Arquivo Distrital de Braga para a história do Brasil colonial

Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e Chagas, Paula Maria Faria Lamego & Paula Sofia da Costa Fernandes

85

Rápido passeio por outros arquivos portugueses

Caio Boschi

97

Perfil Institucional

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

António Manuel Hespanha

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este número da revista *Acervo* faz parte de uma série de projetos culturais que o Arquivo Nacional vem desenvolvendo com vistas às comemorações dos quinhentos anos da descoberta do Brasil. Com este objetivo, a Instituição - que integra a Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - pretende, entre outras atividades, publicar o *Guia de arquivos brasileiros: fundos/coleções do período colonial - séculos XVI/XIX*, realizar a exposição *Ciência, arte e técnica: a conquista do território atlântico - séculos XVI/XIX*, em parceria com o Serviço de Documentação da Marinha, e ainda elaborar o *Roteiro comentado de fontes do Arquivo Nacional para a história dos descobrimentos portugueses*. Este último conta com o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e subsidiará uma base de dados e uma publicação, reunindo os documentos do Arquivo Nacional referentes não apenas ao descobrimento do Brasil mas, principalmente, ao processo de colonização.

Além disso, e também inserto nestas comemorações, a Editora da Universidade de Brasília e o Arquivo Nacional assinaram um convênio para a publicação de obras raras de seu acervo. A primeira a ser editada é *O estabelecimento dos*

portugueses no Brasil, parte integrante da *História filosófica e política das possessões e do comércio dos europeus nas duas Índias*, de Guillaume-Thomas François Raynal.

Em função de todos esses projetos, a revista *Acervo* - que tem por meta divulgar e potencializar fontes de pesquisa - não poderia deixar de reservar espaço aos documentos portugueses de interesse para a história do Brasil colonial. Desse modo, convidamos dirigentes e técnicos dos mais representativos arquivos e bibliotecas de Portugal para apresentar o acervo referente ao tema.

O artigo sobre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo abre este número da revista. Nele são relacionados os núcleos e séries documentais de maior pertinência para a história do Brasil colonial e apontadas algumas possibilidades de pesquisa.

Segue-se o texto sobre o Arquivo Histórico Ultramarino, que reúne um dos acervos mais significativos para a história do Brasil dos séculos XVI a XIX. O artigo descreve a estrutura e organização do AHU e enumera seu patrimônio documental.

A Biblioteca Pública Municipal do Porto, que talvez não seja tão conhecida pelos pesquisadores brasileiros, merece atenção por reunir documentos interessantes, particularmente sobre

viagens de exploração, história natural, demarcação do território e assuntos militares.

Quanto ao Arquivo da Imprensa Nacional/ Casa da Moeda de Lisboa, podemos observar, pela leitura do texto, que os registros do período posterior a 1710 são os que possuem especial interesse para a história do Brasil, uma vez que, a partir deste ano, começou a chegar à Casa da Moeda o ouro vindo das minas brasileiras. Por esse motivo, os livros de contas dos tesoureiros, os de conferência dos escrivães, as manifestações das naus, os manifestos da visita do ouro, os registros gerais, além da chamada documentação avulsa, são fontes essenciais para os interessados nos assuntos relativos à mineração.

O Arquivo Histórico do Tribunal de Contas é fundamental para a análise da história da administração financeira do Brasil colonial, por conter documentos sobre a Casa dos Contos, o Erário Régio e a Junta da Inconfidência, reunindo esta última informações sobre os colégios e provedorias da Companhia de Jesus no Brasil que foram extintos e anexados à Coroa portuguesa.

O artigo sobre o Arquivo Distrital de Braga se caracteriza como um pequeno guia que aponta fundos e subfundos significativos para a história do Brasil colonial, destacando-se, dentre eles, os subfundos

de Antônio de Araújo Azevedo (conde da Barca) e João Antônio de Araújo Azevedo, os documentos referentes aos mosteiros e ainda o fundo Governo Civil de Braga, que possui registros relativos à emigração portuguesa para o Brasil durante o século XIX e início do XX.

Finalmente, o estudo do professor brasileiro Caio Boschi - autor de roteiros sobre os arquivos portugueses de interesse para o Brasil - complementa os outros artigos da revista, ao abordar com muita propriedade as instituições não enfocadas neste número da *Acervo*.

Como não poderia deixar de ser, o perfil institucional é dedicado à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, criada em 1987, com o objetivo de coordenar as festividades e eventos relacionados às navegações portuguesas, através do apoio a publicações, exposições, seminários e da realização de diversas outras atividades culturais.

O Arquivo Nacional pretende, com este número da *Acervo*, não apenas divulgar a documentação de interesse para o Brasil existente nas instituições portuguesas mas, em especial, estreitar as relações entre os detentores destas fontes e os usuários, possibilitando aos pesquisadores brasileiros preparar seu roteiro de viagem aos arquivos portugueses com muito mais facilidade.

Maria do Carmo T. Rainho

Editora

Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha

Diretora de Serviços de Arquivística do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Maria de Lurdes Henrique

Chefe de Divisão de Comunicação do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

No V centenário da chegada dos portugueses ao Brasil: reviver o patrimônio comum. Contribuição do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)

As comemorações do V centenário do descobrimento do Brasil constituem ocasião privilegiada para

aprofundar o conhecimento e a amizade entre os dois povos e salientar a importância da nossa história comum. Partilharmos a premissa de que sem documentos é difícil, senão mesmo impossível, conhecer-se a história. Assim, o resgate da documentação histórica existente nos arquivos dos dois países é um projeto particularmente relevante.

Têm sido desenvolvidos alguns esforços no sentido de recuperar e sistematizar esses documentos, nomeadamente através do plano de microfilmagem comum.



Mas este projeto passa, sobretudo, pelo reconhecimento dos fundos documentais e, fundamentalmente, pela sua divulgação.

Com esse objetivo foi feito o levantamento de alguns dos fundos existentes no IAN/TT, com maior pertinência para a história do Brasil colonial e para dar a conhecer aos atuais e futuros usuários as diferentes perspectivas a que o seu estudo poderá obedecer.

Os documentos existentes na Torre do Tombo referentes à história do Brasil colonial são, naturalmente, em grande número e encontram-se em diversos núcleos ou fundos. Assim, importa salientar que não cabe no âmbito deste artigo uma

referência exaustiva a essa documentação, mas tão-somente a indicação dos principais núcleos e séries. Apresentam-se, no entanto, exemplos de potencialidades de pesquisa para alguns fundos documentais. Cumpre, também, referir que, devido aos critérios de classificação utilizados ao longo dos tempos, muitas vezes simples séries ou coleções têm sido consideradas fundos, pelo que nesta breve apresentação se seguirá a atual classificação.

O primitivo núcleo da Torre do Tombo limitava-se ao Arquivo Real ou Arquivo da Casa da Coroa. No século XIX, com a incorporação dos cartórios das Instituições do Antigo Regime o acervo documental da Torre do Tombo aumentou consideravelmente. É, sobretudo, nestes dois grandes grupos que se concentra a maioria da documentação respeitante à história do Brasil. No entanto, no grupo dos Arquivos Privados, nomeadamente de casas senhoriais, pessoais e de família, também podem ser encontrados inúmeros documentos.

A história do Brasil está largamente documentada no Arquivo da Casa da Coroa, na Chancelaria Régia, Gavetas, Leitura Nova, Núcleo Antigo, e na coleção Corpo Cronológico. No entanto, são também de interesse as Crônicas e as coleções Aclamações e Cortes, Bulas, Leis, Reforma das Gavetas, Tratados e Fragmentos.¹ Estas séries e coleções são, naturalmente, bastante conhecidas e têm sido objeto de inúmeras investigações. Bastará referir

que aí se encontram os documentos fundamentais para a história do Brasil, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral à Terra de Vera Cruz, com as informações enviadas ao rei por Pero Vaz de Caminha e pelo físico Mestre João, aos aspectos administrativos, sociais e económicos.

Os livros da Chancelaria Régia, com os registros de todos os diplomas emanados do rei, são de consulta obrigatória para a maioria dos investigadores. Estes livros incluem séries de Doações, Ofícios e Mercês, Perdões e Legitimações, Privilégios, Contratos e Confirmações. A primeira diretamente ligada à história do Brasil é a Chancelaria de d. Manuel (47 livros). Seguem-se-lhe a de d. João III (113 livros); d. Sebastião e d. Henrique (106 livros); Filipe I (61 livros); Filipe II (84 livros); Filipe III (66 livros); d. João IV (32 livros); d. Afonso VI (61 livros); d. Pedro II (70 livros); d. João V (144 livros); d. José (96 livros); d. Maria I (85 livros); d. João VI (45 livros).

A conhecida Leitura Nova, cópia de originais antigos e de difícil leitura, ordenada por d. Manuel I, revela-se de consulta necessária, embora muitos documentos não tenham sido transcritos na íntegra, visto que alguns dos originais registrados não chegaram até nós. A Leitura Nova é acessível através dos índices das chancelarias. São de interesse para a história do Brasil os livros de Místicos (6 livros), Ilhas (1 livro), Extras (1 livro), Mestrados (1 livro) e Padroados (2 livros).

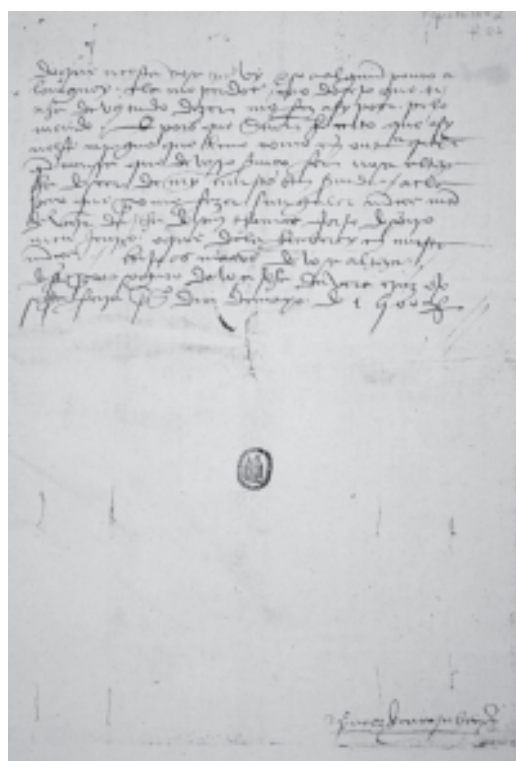
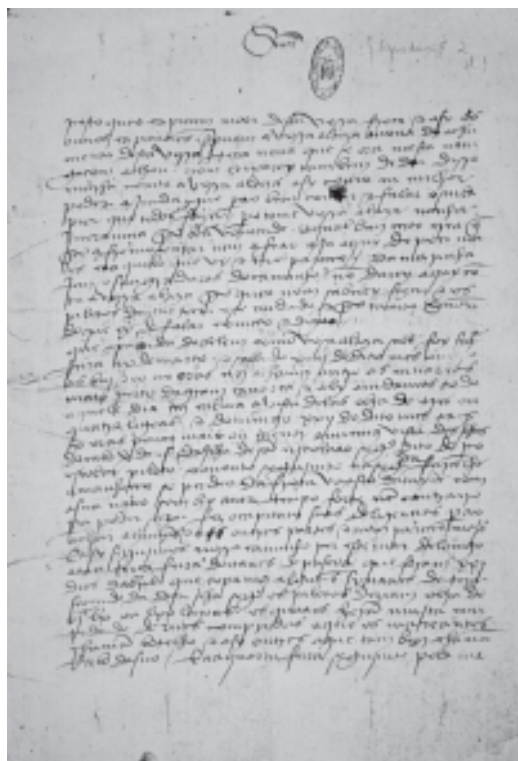
As Gavetas,² que atualmente são consi-

deradas uma coleção, correspondem à antiga arrumação no Arquivo Real. Os documentos eram, então, ordenados por assunto, em gavetas próprias: tratados, casamentos, sentenças, testamentos, forais etc. Apesar de as Gavetas serem, atualmente, identificadas por números, ainda se reconhece aquela ordenação. A Reforma das Gavetas é uma cópia feita no século XVIII que inclui os documentos até ao maço 10 da Gaveta 21.

A coleção denominada Corpo Cronológico foi organizada por Manuel da Maia com os documentos entregues por Pedro de Alcáçova a Damião de Góis, guarda-mor da Torre do Tombo. A maioria dos seus cerca de 83 mil documentos pertence aos

séculos XV e XVI e boa parte deles é referente ao Brasil. Com os documentos que já na época estavam mal conservados foi formada a coleção dos Fragmentos, onde se encontram muitas folhas que faltam em documentos do Corpo Cronológico.

O chamado Núcleo Antigo⁵ é um conjunto de séries originais do Arquivo Real, tendo-lhe sido atribuído este nome por João Martins da Silva Marques, antigo diretor da Torre do Tombo. Interessam particularmente à história do Brasil o nº 762 - "Descarga de pau-brasil, vindo na nau 'Francesa' em 1531"; o nº 759 - "Livro da nau Bretoa", descrição da viagem efetuada por esta nau em 1511, da qual fo-



Carta de Pero Vaz de Caminha. Arquivo Nacional/Torre do Tombo.

ram armadores Bartolomeu Marchioni, Benedito Morelli, Fernão de Noronha, Francisco Martins e capitão Cristóvão Pires, e que inclui o regimento do capitão, a companhia, a relação da carga (pau-brasil, escravos, gatos, papagaios) e o roubo de que foi alvo na Bahia; e o nº 895 (1/6),⁴ cópia do documento intitulado "Terras minerais das capitanias de São Paulo e São Vicente no Estado do Brasil" - 1776, que inclui o regimento dado a d. Francisco de Sousa, em 1603, e as ordens e mercês que o mesmo recebeu em 1608; o regimento dado a Salvador Correia de Sá e Benevides, encarregado da averiguação das minas das capitanias de São Paulo e São Vicente, em 1644; a instrução dada a d. Rodrigo de Castelo Branco, nomeado para o entabolamento das minas de prata da Tabaiana, em 1673; a mercê da propriedade do ofício de provedor e administrador-geral das minas dos cerros de Parnaguá e de Sabarabuçu, de 1677, e o regimento da repartição das terras minerais, feito pelo mesmo em 1680, assinado por Pedro Jacques de Almeida Pais Leme.

Para o estudo da Administração e Justiça no Antigo Regime, o investigador dispõe de diversos núcleos.

A Casa da Suplicação, com os seus diversos juízos, entre os quais importa a consulta dos seguintes: Juízo da Inconfidência e dos Ausentes; Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos; Juízo da Índia e Mina - Justificações Ultrama-

rinas; Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba; Conservatória da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

O Desembargo do Paço,⁵ uma das instituições criadas para a centralização do poder, decidia em matéria de graça e de justiça. Entre as suas principais atribuições conta-se o controle da magistratura, através das nomeações de magistrados, da apreciação das candidaturas dos bacharéis - leitura de bacharéis; da análise dos processos de habilitação de magistrados a lugares de tribunais superiores ou de cabeça de comarca (corregedores) - predicamentos; tirava as residências, ou seja, as informações sobre o procedimento dos magistrados, relativamente ao exercício das suas atribuições, durante o período em que residia em determinada localidade, para efeitos de habilitação a cargos de nível superior. Outra importante atribuição era a censura de obras para impressão. Eram, ainda, da sua competência a apresentação de igrejas e capelas do Padroado Real, a administração de misericórdias, as naturalizações, as tutelas (curadorias, inventários e suspensões) e a extinção de vínculos, entre outras.

A Mesa da Consciência e Ordens, que se conta entre as instituições centralizadoras do poder, contém, naturalmente, numerosas referências ao Brasil, nomeadamente, nos livros de Provisões (provimentos de ofícios) e nos Registros Gerais. Entre estes, citem-se os

chamados Livros Baios,⁶ onde se encontram promessas de um lugar de deputado da Mesa da Consciência e Ordens após serviço de seis anos como chanceler do Estado do Brasil.⁷ Refiram-se, ainda, os documentos relativos às mampostarias da Bahia (1720-1776), Rio de Janeiro (1730-1773), Pernambuco (1725-1775), São Paulo (1732) e Vila Rica (1727),⁸ e o conjunto intitulado Padroados do Brasil, que se reporta a provimentos de igrejas e outros benefícios eclesiásticos no arcebispado da Bahia - 1756-1822 (Mº 1 a 3), e nos bispados do Maranhão - 1756-1823 (Mº 4), Mariana - 1754-1823 (Mº 5 a 7), Pará - 1769-1823 (Mº 8 e 9), Pernambuco - 1755-1823 (Mo 12 a 14), Rio de Janeiro - 1756-1795-1822 (Mº 15 a 17) e São Paulo - 1756-1808 (Mº 10 e 11). Das séries de habilitações para as Ordens Militares, cuja apreciação se processava na Secretaria da Mesa e Comum das Ordens, é relevante a que respeita à Ordem de Cristo. Será desnecessário sublinhar a sua riqueza em informações genealógicas.

Uma das repartições da Mesa da Consciência e Ordens era a Chancelaria das Ordens Militares. Reportando-nos apenas à Chancelaria da Ordem de Cristo, a mais relevante para a história do Brasil, registre-se que é constituída por 382 livros, com datas compreendidas entre 1566 e 1833, e que se subdivide em Chancelaria Antiga, Chancelaria de d. Maria I e Chancelaria de d. João VI, d. Pedro IV, infanta d. Maria e d. Miguel.

Os livros de registro da cobrança dos direitos de chancelaria, dízimas das sentenças e outros impostos são conhecidos por Chancelaria-mor da Corte e Reino. No entanto, este nome era a designação geral da chancelaria real, o que pode verificar-se nos termos de abertura dos livros tradicionalmente chamados Chancelarias Régias. Na série Avaliação de Ofícios para Cobrança dos Novos Direitos têm interesse os dois livros com o subtítulo Ultramar, do ano de 1694 (liv. 5 e 6).

A Secretaria das Mercês, criada por alvará de 29 de novembro de 1643, tinha como função o registro de todos os benefícios régios. O Registro Geral de Mercês é, assim, um complemento da Chancelaria Régia, a partir de d. Afonso VI. Interessam à história do Brasil os livros de d. Afonso VI, d. Pedro II, d. João V, d. José, d. Maria I e d. João VI e, ainda, as subséries Portarias do Reino e Ordens Militares. Esta documentação tem IDs, alguns já publicados, e uma base de dados com mais de 450 mil registros, pesquisáveis por vários campos. É certamente um conjunto a explorar para a história local brasileira, a genealogia e a história da propriedade fundiária.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino/Ministério do Reino⁹ estendia a sua ação a todos os domínios da Coroa portuguesa, e logicamente ao Brasil, nas diversas áreas. Assim, este núcleo é de consulta obrigatória para o estudioso da história administrativa, econômica, cultural e religiosa dos séculos XVIII e XIX.

Entre as séries mais diretamente ligadas à história do Brasil, citem-se: Consultas da Mesa do Desembargo do Paço, onde se encontram assuntos relativos às Relações do Ultramar (*v. g.*, Rio de Janeiro, 1756-1759 - maço 334); Consultas do Conselho Ultramarino, de 1730 a 1825, referentes à remuneração de serviços, aos governadores das diversas capitânicas, mercês, requerimentos e nomeações (maços 312 a 324); Consultas da Mesa da Consciência e Ordens, algumas das quais incluíam plantas de igrejas (*v. g.*, maço 407, igreja de N. S. do Socorro do Sertão, arcebispado da Bahia - 20.4.1762; igreja matriz de Santo Antônio da Casa Branca, bispado de Mariana - 9.11.1761); Correspondência da Corte no Rio de Janeiro, da qual se destacam as subséries Consultas: Rio de Janeiro - 1817-1820 (maços 240 e 241); Negócios diversos relativos ao Governo do Rio de Janeiro - 1809-1820 (maço 242); Requerimentos à Corte do Rio de Janeiro - 1809-1820, ordenados alfabeticamente pelo nome do requerente (maços 243 a 259); Avisos ao Governo de Portugal concedendo licenças - 1809-1820 (maço 235); Ordens ao Governo de Portugal - 1809-1821 (maços 236 a 239); Avisos com remessas de requerimentos - 1809-1820 (maços 221 a 234). Outra série de significativo interesse é a dos Negócios diversos relativos ao Ultramar e Ilhas, com informações dos governadores, magistrados e funcionários públicos, na qual se destacam os maços intitulados Ultramar e Ilhas (maço 500, que inclui Bahia, Cuiabá,

Minas Gerais, Maranhão, Alagoas, Rio Grande, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Pará, Vila Bela, Ceará Grande e Pernambuco - 1722-1826); Belém do Pará - 1750-1758 (maços 597 e 598); Bahia - 1756-1806 (maço 599, que incluía uma Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, de Diogo de Campos Moreno); S. Paulo de Assunção e Goias - 1755-1805 (maço 600); Maranhão - 1751-1803 (maço 601, que inclui a Planta de S. Luís do Maranhão). Refira-se, ainda, o livro intitulado Leis dos portos do Brasil - [1565]-1761, registro de leis e ordens sobre a proibição da entrada de navios mercantes ou de guerra nos portos brasileiros.



Brasil - detalhe da carta de João Teixeira Albernaz . Arquivo Nacional/Torre do Tombo.

A maioria da documentação da Secretaria de Estado/Ministério dos Negócios Estrangeiros respeitante ao Brasil é posterior à Independência. Para a época colonial, regista-se a correspondência de e para Tomás da Silva Teles, visconde de Vila Nova da Cerveira, embaixador extraordinário em Madri para as negociações do tratado sobre os limites do Brasil,¹⁰ que inclui os seguintes livros: Documentos de Tomás da Silva Teles - 1746-1748 (liv. 824); Ofícios para Marco Antônio de Azevedo Coutinho - 1746-1747 (liv. 825); Despachos do secretário de Estado - 1746-1750 (lvs. 826 a. 828); Despachos dos secretários de Estado Marco Antônio de Azevedo Coutinho, Pedro da Mota e Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo - 1750 (liv. 829); Ofícios do embaixador e Despachos de Sebastião José de Carvalho e Melo - 1751-1753 (lvs. 830 e 831).

O Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (IDD L380), de criação mais tardia, inclui, no entanto, alguns documentos de interesse, intitulados: Governo do Brasil colonial - pródromos da independência. Documentação respeitante a diversos estados (Mº 111); e Devassa a que procedeu o ouvidor do Maranhão por ordem do governador das armas daquela província, contra os perturbadores do sossego público na capital da mesma província, que se opuseram ao governo constitucional (Mº 102, nº 1).

No núcleo Intendência Geral da Polícia, o livro intitulado Expediente com magistrados e autoridades do Brasil, Angola, Cabo

Verde, Moçambique, Índia, Açores e Madeira contém informação relativa aos anos de 1811 a 1829 (liv. 232).

Na Real Mesa Censória, tribunal que exercia o controle da existência livreira no país e seus domínios, encontram-se informações sobre as publicações que entravam no Brasil (Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Maranhão, Pernambuco), além de requerimentos para impressão e censura, para leitura de livros proibidos, as censuras e as obras censuradas. Estão disponíveis os IDs: L 376, L 513 a 516; C 613 a 620; RMC - F 1 a 14 (índices analíticos) e um inventário concluído recentemente (L 572).

Para os assuntos de caráter econômico e fiscal, a pesquisa incidirá nos núcleos agrupados sob o título genérico de Fazenda.

O Conselho da Fazenda (criado pelo regimento de 20.11.1591) teve como objetivo imprimir um maior rigor à administração dos recursos financeiros do Estado. Uma das repartições deste Conselho, a Repartição da Índia, Mina, Guiné, Brasil, ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, despachava os assuntos relativos às terras indicadas. Essas atribuições foram conferidas ao Conselho Ultramarino quando da sua criação, em 1642. Entre a documentação mais diretamente ligada à história do Brasil, contam-se os seguintes livros: nº 372 - Registro de escrituras dos contratos de recebimento das rendas e direitos reais - jan. de 1756 a julho de 1760 (en-

tre esses contratos incluem-se alguns relativos ao pau-brasil); nº 375 - Registro de cartas, alvarás e provisões - 1733-1745 (inclui ordens para magistrados e oficiais do Brasil); nºs 379 a 387 - Registros da Fazenda, de 1758-1804, contêm cartas de padrão de juro assentados na Tesouraria do 1% do ouro e de todo o produto do pau-brasil; nº 394 - Borrão dos assentos de ordenados que vencem pelas receitas do 'Consulado', das alfândegas da Corte e Reino, da Casa da Índia, dos Armazéns da Guiné e Índia e da Tesouraria do um por cento do ouro e de todo o produto do pau-brasil, de 1742-1760; e nº 409 - Registro de cartas da Índia e do Brasil - 1757-1775.

O Erário Régio, instituição que fiscalizava a contabilidade pública, pela Contadoria Geral da África Ocidental, Maranhão e do território da Relação da Bahia e pela Contadoria Geral dos territórios da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia, ocupava-se da verificação das contas relativas aos territórios ultramarinos. O conjunto dos livros destas duas Contadorias tem sido designado por Capitâneas do Brasil. Na primeira estavam incluídas as capitâneas da Bahia, Ceará Grande, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte; na segunda, as do Rio de Janeiro, Rio Negro, São Paulo e Minas Gerais. Este conjunto é constituído por cerca de novecentos livros com datas entre 1722 e 1823 (IDD L 524).

Deve-se assinalar que o IDD intitulado

Núcleos extraídos do Conselho da Fazenda (L 512) é constituído por livros de contas de diversas instituições apresentadas à Casa dos Contos e ao Erário Régio. Assim, os referidos 'núcleos' não são mais que séries de livros de contas das respectivas instituições. Estão neste caso os 49 livros referentes à Casa da Moeda dos anos 1720 a 1797, parte dos quais relativos à receita do 1% do ouro e produto do pau-brasil, e os livros da Conta dos Armazéns da Guiné e Índia e da Junta das Dívidas Antigas dos Armazéns, dos anos de 1718 a 1801.

Da Alfândega de Lisboa,¹¹ citem-se as séries de receita dos direitos cobrados pela importação de gêneros do Brasil, nomeadamente o pau-brasil.

Do núcleo Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, refiram-se, entre outras, as séries do Consulado geral dos portos do Brasil, Ásia, África, Ilhas e nações estrangeiras: Cópias dos despachos - 1820-1834 (maços 245 a 300); Resumos de importação e exportação - 1799-1831 (maços 301 a 308); Inspectores dos cofres dos dinheiros vindos do Brasil; nomeações para estes cargos; requerimentos para a entrega de dinheiros -1757-1824 (maços 48 e 49); Mapas de exportação da praça de Pernambuco 1787-1794 (livro 455); Reclamações dos prejuízos resultantes das diferenças de qualidade do açúcar inspecionado nas Mesas do Brasil - 1757-1833 (maço 63); Copiador de correspondência com o Brasil (livro 329); Receita geral dos contratos e

partidas de que se compunha o rendimento da capitania da Bahia e relação de despesas (livros 265 a 302). No respeitante à seção da Navegação, são de referir as séries Fretamento de navios para condução de tropas para o Brasil - 1757-1819 (maço 64); Mesas de inspeção do Brasil e mais portos ultramarinos: ofícios dos capitães, governadores e outras autoridades remetendo relações de equipagens de navios e listas das pessoas que transportaram para Portugal - 1761-1820 (maços 1 a 9); Correspondência dos cônsules portugueses e manifestos das cargas de navios vindos do Brasil - (maço 312).

Entre a documentação da Junta do Tabaco, são de interesse as séries: Avisos - 1674-1823 (maços 56 a 63); Cartas e informes - 1675-1751 (maços 64 a 95); e Cartas do Brasil e da Índia - 1698-1821 (maços 96 a 114).

Em núcleos provenientes do Funchal - Al-fândega e Provedoria e Junta da Real Fazenda - pode o investigador encontrar informação sobre o comércio entre o Brasil e a ilha da Madeira nos livros de registo de importação e exportação de mercadorias, de receita dos direitos de entrada e de saída de navios e nos de cobrança de direitos alfandegários pagos pelo açúcar e outros gêneros importados do Brasil, com datas compreendidas entre 1640 e 1822 (v. IDD: L 266¹, F 83 e F 77 e L 266², respectivamente).

No conjunto das coleções, cujo âmbito cronológico se situa entre os séculos XVI

e XIX, revelam-se de interesse para o investigador de história do Brasil: Coleção Cartográfica; Manuscritos do Brasil; Papéis do Brasil.

As duas principais coleções - Manuscritos do Brasil e Papéis do Brasil - reúnem documentação de proveniência diversa. Nelas podem ser encontradas cartas e outros papéis referentes à administração colonial, compromissos de várias irmandades, roteiros de viagens entre várias cidades do interior do Brasil, legislação diversa e relatórios sobre a revolta de Minas Gerais, sobre os conflitos entre o Estado e o clero, sobre o rendimento de algumas capitânias, sobre a Casa de Fundição do Ouro, sobre mapas de localização e de exploração de engenhos de açúcar, sobre escravatura, sobre demografia e estatística demográfica. Estas coleções são constituídas por 15 códices e várias espécies avulsas (IDDs C2, L 531 e L 532^{1 a 7}), são muito procuradas e, conseqüentemente, bem conhecidas dos investigadores brasileiros que se deslocam ao IAN/TT.

Passando ao grupo dos arquivos privados, o Cartório dos Jesuítas conserva numerosa documentação dos séculos XVI a XIX sobre a ação da Companhia de Jesus nas missões ultramarinas, nomeadamente, nas Ilhas, Brasil, Angola, Índia, China, e Japão (IDD: L 304). Nele se encontram não só referências gerais ao Brasil (maços 23, 39, 46, 75, 80, 83, 86, 90, 97), mas específicas em relação ao Colégio da Bahia (maços 6, 7, 10 a 19, 30, 31, 39, 43, 47, 51, 52, 64, 66, 88, 89) e

ao Colégio de Nossa Senhora da Luz do Maranhão (maços 82, 87, 89), assim como a bens de raiz em Cabo Frio (maço 88), Sergipe (maços 6, 7, 10 a 19, 31, 43, 47, 51 a 51, 64), Petinga (maços 52, 54) e Santa Ana dos Ilhéus (maços 6, 7, 19, 54). Há, ainda, documentos referentes a Mem de Sá e seus descendentes, condes de Linhares e outros (maços 5, 6, 8, 9, 23, 30, 31, 48, 52, 53, 64, 89), e a d. Fernando Martins Mascarenhas Lencastre e seus descendentes (maços 24, 28).

Entre os arquivos de Casas Senhoriais, citam-se: Casa de Abrantes (IDDs: L 522^{1 a 7}, e adenda relativa à documentação adquirida recentemente); Casa Fronteira e Alorna (IDD L 505); Casa Galveias (L 517), nomeadamente a documentação relativa a Manuel Bernardo de Melo e Castro, visconde da Lourinhã (Documentos militares - 1755-1778; Capitania do Grão-Pará e Maranhão - 1760-1761; Correspondência recebida - 1754-1758); a João de Almeida Melo e Castro, 5º conde de Galveias, diplomata, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e da Marinha e Domínios Ultramarinos (em Portugal) e, interinamente, dos Estrangeiros e da Guerra no Rio de Janeiro (maços 3 a 9); a Martim Lopes Lobo da Silveira, brigadeiro de infantaria, governador e capitão-geral da capitania de S. Paulo (Documentos militares - 1755-1786; Governador e capitão-geral da capitania de S. Paulo - 1774-1782); e a Antônio Lobo de Saldanha de Melo de Vasconcelos, filho de Martim Lopes Lobo da Silveira e seu ajudante de ordens em S.

Paulo (Documentos vários - 1731-1782).

Entre os arquivos pessoais, refira-se o de Antônio Saldanha da Gama, conde de Porto Santo (IDD L 499), em particular o conjunto intitulado Brasil (assuntos políticos, diplomáticos, militares, econômicos e administrativos - 1811-1822). Há, ainda, correspondência particular de familiares, amigos, ou entidades diversas que relatam a vivência diária. A título de exemplo, cite-se que uma das melhores descrições sobre a revolta de Pernambuco se encontra na correspondência que João Paulo Bezerra dirigiu a Antônio Saldanha da Gama. Trata-se pois de um grupo de arquivos que carece de uma análise séria por parte dos historiadores e que consideramos inexplorado.

Como exemplos possíveis de pesquisa, aborda-se a importância da documentação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, e do Tribunal do Santo Ofício.

As Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, duas instituições criadas sob a inspiração do marquês de Pombal, tinham como objetivo primordial fomentar e fazer transitar para os portugueses o comércio de importação e exportação com o Brasil, que, na época, se encontrava quase que exclusivamente dominado por estrangeiros. Convém lembrar que, à data da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, por alvará régio de 7 de junho de 1755, era governador-geral das capitanias do Grão-Pará e Maranhão

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do próprio marquês de Pombal. Quatro anos depois, por alvará régio de 13 de agosto de 1759, surge a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, ainda com mais privilégios que a sua antecedente.

As duas companhias tinham o monopólio exclusivo da navegação, comércio por grosso e escravatura com aquelas capitanias do Brasil durante vinte anos, a contar da data da expedição da primeira frota. Havia, contudo, pequenas restrições, como o comércio das capitanias para os portos do sertão, que era considerado livre, e ainda o comércio dos vinhos e seus derivados concedido à Companhia Geral da Agricultura do Alto Douro, fundada em 1756, também sob a proteção do mar-

quês de Pombal.

As frotas das companhias transportavam de tudo para o Brasil, desde produtos manufaturados, ferramentas e utensílios até comestíveis, medicamentos e escravos.

Do Brasil, traziam as companhias açúcar, café, cacau, especiarias, madeiras (sobretudo o pau-brasil), algodão, corantes, tabacos, atanados e ouro, citando apenas os principais. Os navios das companhias faziam escala em Lisboa, Bissau, Cacheu, Cabo Verde, Mina, Angola, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba e ainda em outros portos do Brasil e nas ilhas de São Miguel e Santa Maria nos Açores e na ilha da Madeira.

O resgate de escravos da costa da África para as capitanias do Brasil era um dos



Arquivo Nacional /Torre do Tombo.

negócios que mais atenção merecia, não só das Juntas de Administração das Companhias, como principalmente do governo. Não esqueçamos que o resgate de escravos africanos já havia sido tentado pelo governo português, quando o Conselho Ultramarino, por provisão de 17 de junho de 1752, autorizara os moradores do Pará a constituírem uma companhia para esse fim. O seu empreendimento, muito acarinhado pelo então governador do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, malogrou, pois a subscrição lançada para o efeito não atingiu verba suficiente para tão grande empreendimento.

O interesse do governo na escravatura africana era a obtenção de mão-de-obra barata, a fim de atenuar os inconvenientes suscitados pela libertação dos índios do Brasil e a expulsão dos jesuítas, que ocorrera em 1759. Pretendia-se, assim, o florescimento das referidas capitânias sob o ponto de vista agrícola e industrial e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento do comércio. De fato, vários fatores contribuíram para a prosperidade e enriquecimento daquelas capitânias, às quais não foi alheio o intenso comércio impulsionado durante vinte anos pelas referidas companhias. A situação das capitânias era de tal modo florescente que d. Maria I, por resolução de 5 de janeiro de 1778, declarou o seu comércio livre e extinguiu o monopólio das companhias.

Pensamos, assim, que os fundos docu-

mentais das Companhias do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, bem como os das respectivas Juntas Liquidatárias merecem uma análise e estudo aprofundados, que visem não só a relação Portugal/Colônia, mas também o próprio desenvolvimento local. Esta documentação fornece elementos não apenas de caráter econômico, mas principalmente social, demográfico, político e cultural. Desconhecemos qualquer trabalho empreendido com este objetivo, tendo por base os referidos fundos. Lembremos, a propósito, o excelente trabalho do historiador brasileiro Manolo Garcia Florentino, que mereceu o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 1993, intitulado *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico entre a África e o Rio de Janeiro* (séculos XVIII e XIX).

O Tribunal do Santo Ofício¹² tem despertado o maior interesse nos investigadores brasileiros. No entanto, os estudos sobre a Inquisição têm incidido, sobretudo, nos processos a que foram submetidas milhares de pessoas, acusadas não só de judaísmo mas de diversos crimes, desde a blasfêmia à heresia em todas as suas versões, ou da feitiçaria à bigamia, ao crime de sodomia e aos suspeitos de ideais maçônicos. A numerosa documentação proveniente dos seus cartórios (1536-1821) encerra, naturalmente, dados indispensáveis para o conhecimento da instituição, das pessoas que a serviram, das suas vítimas ou de simples testemunhas, mas fornece também informa-

ções do maior valor para a história de toda a época em que exerceu a sua atividade. Conflitos sociais, dificuldades econômicas, censura, movimento marítimo, arquitetura urbana, toponímia, integração de estrangeiros na sociedade portuguesa, evolução das mentalidades são alguns dos temas que podem ser estudados com o recurso às fontes inquisitoriais.¹³ Neste contexto, importa a consulta de outras séries, além dos livros de Visitações e dos Processos. Assim, na Inquisição de Lisboa as séries de Correspondência expedida e de Correspondência recebida, de Ministros e ofici-

ais, de Ordens do Conselho Geral; Cadernos do promotor; Cadernos de reduzidos; e no Conselho Geral, Correspondência para as Inquisições, Despachos para as Inquisições, Diligências de habilitação para o serviço do Santo Ofício e os Cadernos das habilitações - aliás das comissões que se passavam aos comissários do Ultramar para tomarem o competente juramento aos habilitados pelo Santo Ofício nas suas próprias residências. Aqui deixamos a sugestão aos historiadores, a quem compete, sem dúvida, 'desbravar' tão importante material arquivístico.

N O T A S

1. Todas estas séries e coleções dispõem de índices ou catálogos.
2. Ver *As gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, com publicação integral dos documentos relativos aos Descobrimentos Portugueses.
3. Ver o Inventário do Núcleo Antigo, elaborado por Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Maria de Fátima Ramos, ANTT, 1996.
4. A cota antiga deste documento era 'Coleções de cópias', N° 1, n° 6.
5. O núcleo dispõe de índices e de inventários parcelares, estando em fase de conclusão o inventário geral.
6. Livros onde se registravam as provisões mais particulares e assentos com força de lei (Cf. Mesa da Consciência e Ordens n° 305).
7. Mesa da Consciência e Ordens, liv 84, fl. 42v-43 e liv 85, fl. 7v-8v.
8. Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maços 10 e 11.
9. Foi recentemente concluído um inventário que, além da documentação que se encontrava na Torre do Tombo (IDD L 382), inclui a proveniente do Arquivo Central das Secretarias de Estado.
10. Estes livros estão descritos na caderneta 170, n°s 50 a 57.
11. Ver o inventário de autoria de Paulo Tremoceiro, *Alfândegas de Lisboa*, ANTT, 1995.
12. Além dos IDD L 449; L 450 a 471A; L 478; L 539; C 973; 974 a 990; 1078^{1 a 25}; F6 a F 9, ver *Os arquivos da Inquisição*, da autoria de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha. ANTT, 1990.
13. Ver Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, "A Madeira nos arquivos da Inquisição", em *Atas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1986.

A B S T R A C T

The celebrations of the 5th centenary of Brazil's discovery present a privileged opportunity to deepen the understanding and friendship between those two countries and to emphasize the importance of their common history.

Efforts have been made in order to systematize and give forth the documents of interest to the history of both countries.

A brief survey of the documentary fonds of the IAN/TT, concerning the history of colonial Brazil was made in this work.

In the article the author presents inedited or new working perspectives for two of those fonds namely the Trade Companies of 'Grão Pará' and 'Maranhão' and of 'Pernambuco' and 'Paraíba' and of the Court of the Holy Office.

Researchers are invited to 'grub up' such an important archival material.

R É S U M É

Les commémorations du 5ème centenaire de la découverte du Brésil représentent un moment privilégié pour l'approfondissement de la connaissance et de l'amitié entre les deux peuples et à mettre en évidence l'importance de leur histoire commune.

Des efforts ont été développés dans le sens de systématiser et de faire connaître les documents qui intéressent à l'histoire des deux pays.

Dans ce travail on a procédé à une brève reconnaissance des fonds de l'IAN/TT concernant l'histoire du Brésil colonial.

On présente des perspectives de travail inédites ou nouvelles, pour deux de ces fonds, notamment les Compagnies de Commerce du 'Grão Pará' et 'Maranhão' et de 'Pernambuco' et 'Paraíba' et du Tribunal du Saint Office. Les chercheurs sont invités à 'défricher' un si important matériel archivistique.

Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino

Se os arquivos são organismos responsáveis pelo patrimônio documental das nações e constituem, por isso, a sua memória coletiva, são também, pela natureza da documentação que conservam, a fonte indispensável de toda a investigação histórica. Neste contexto, a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) constitui uma fonte de importância extrema, não só para o estudo da história e cultura ultramarinas portuguesas, como igualmente para a história e cultura dos países emergentes das regiões onde os portugueses se fixaram, desde o século XVI até aos nossos dias. Para o estudo da história do Brasil colonial existe no AHU um acervo documental de valor inestimável,



que poderemos mesmo classificar de único, como fonte de informação e pesquisa. Esse acervo, embora conhecido pe-

los investigadores que, ao longo de décadas, em número sempre crescente recorrem ao AHU, pois o consideram ponto de paragem obrigatória para as suas pesquisas, necessita, contudo, ser mais e melhor divulgado. Não podemos esquecer que qualquer arquivo reserva sempre muitas surpresas. Há sempre documentação para explorar, alguma conhecida, mas não suficientemente estudada, e muita até possivelmente inédita. Deste modo, nunca será demais dar a conhecer um pouco da história deste organismo e da importância do seu patrimônio documental, patrimônio esse sem o qual seria

difícil, senão mesmo impossível, escrever-se a história comum de Portugal e do Brasil ao longo de três séculos.

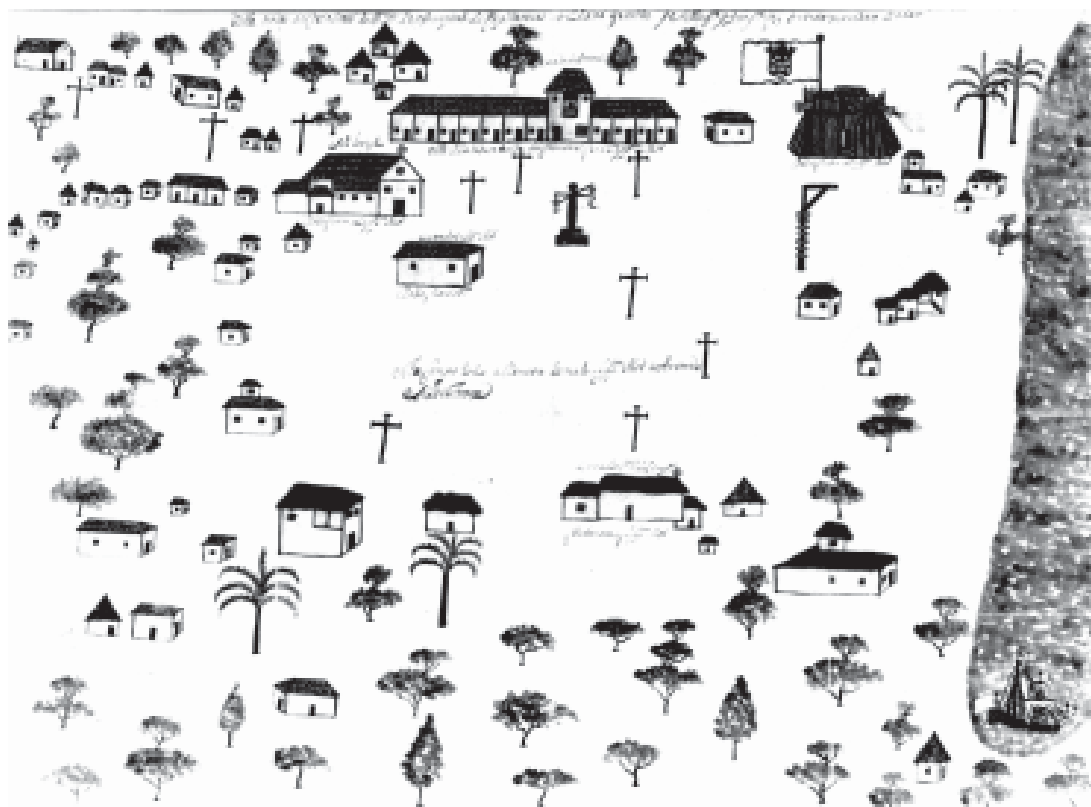
SÍNTESE HISTÓRICA

A criação do AHU obedeceu à necessidade de reunir, num só local, em boas condições de conservação e segurança, toda a documentação relativa à administração ultramarina portuguesa, que se encontrava dispersa por vários organismos, de forma a que pudesse ser tratada tecnicamente, para ser posta à disposição do público em geral e divulgada a informação nela contida. Os primeiros passos para a sua criação deram-se em 1926, sendo o local

escolhido para o futuro Arquivo um palácio, vulgarmente conhecido por Palácio da Ega, situado na Junqueira, cuja história remonta ao século XVI. Transferida a documentação, a criação do AHU tornou-se uma realidade pelo decreto-lei nº 19.868, de 9 de junho de 1931.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

O recheio documental do AHU foi constituído a partir dos arquivos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (cujo conjunto, com alguma documentação dos Conselhos da Índia, Fazenda e Guerra, Desembargo do Paço, Casa da Índia e Mesa da Consciên-



Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no Ceará. 1730.

cia e Ordens, formava o arquivo da Marinha e Ultramar), do arquivo do Ministério das Colônias, da documentação proveniente de diversos organismos ligados à administração ultramarina e alguma documentação remetida pelos governos coloniais. Todo este acervo foi dividido em duas seções: a 1ª compreendia a documentação mais antiga, de meados do século XVI até 1833, enquanto a 2ª compreendia a documentação posterior a 1833.

Da 1ª seção, os documentos mais importantes são, sem dúvida, os que constituem o fundo do Conselho Ultramarino, organismo criado por d. João IV para centralizar toda a administração ultramarina. A esfera de ação deste Conselho era necessariamente vasta, pois, segundo o texto do seu regimento, competiam-lhe todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África; a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos; o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda; a consulta de todas as naus e navios a enviar para o ultramar.

A documentação avulsa deste fundo foi organizada segundo critérios geográficos e cronológicos, criando-se assim as seguintes séries: Reino (1601-1834); Madeira (1513-1835); Açores (1607-1839); Lugares de África-Marrocos e Argel (1596-1832); Cabo Verde (1602-1837); Guiné (1614-1837); São Tomé e Príncipe (1538-1834); Angola (1602-1891); Moçambique

(1608-1890); Índia (1509-1843); Macau (1603-1843); Timor (1642-1843); Brasil (1548-1837). Esta documentação encontra-se atualmente acondicionada em aproximadamente quatro mil caixas. Para além dos documentos avulsos, este fundo tem, também, cerca de 2.200 códices.

À 2ª seção ficou pertencendo toda a documentação posterior a 1833, produzida e recebida por todos os organismos ligados à administração ultramarina portuguesa. Deste acervo o fundo mais antigo é o da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, criada em 1736. Eram da sua competência, a par naturalmente das atribuições inerentes à Marinha, todos os negócios respeitantes ao Ultramar. Competia-lhe a administração da Justiça, Fazenda Real, Comércio, governo dos Domínios Ultramarinos e Negócios das Missões. Igualmente lhe competiam as nomeações dos vice-reis, governadores, capitães-generais e de todos os cargos civis e militares do ultramar. Esta Secretaria de Estado coexistiu com o Conselho Ultramarino, de 1736 até 1833. Para esse período, a documentação da Secretaria encontra-se integrada no fundo do Conselho Ultramarino. É por essa razão que o marco de divisão das duas seções do AHU é a data da extinção do Conselho Ultramarino, em 1833, pois é só a partir daí que a documentação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar se encontra separada, constituindo um único fundo. A evolução desta Secretaria de Estado, na sua parte ultramarina, irá dar origem ao Ministério das Colônias, depois

denominado do Ultramar, cujo fundo também se encontra no AHU.

IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO AHU PARA O CONHECIMENTO E ESTUDO DA HISTÓRIA DO BRASIL

No AHU são conservados, como já foi referido, os fundos documentais produzidos pela instituições que, ao longo de séculos, centralizaram e regularam a administração ultramarina portuguesa. O acervo documental respeitante ao Brasil faz parte dos fundos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, tendo como datas limites os séculos XVI e XIX. A documentação avulsa está instalada em cerca de duas mil caixas, divididas pelas seguintes séries documentais: Brasil-Alagoas; Brasil-Ceará; Brasil-Espírito Santo; Brasil-Goiás; Brasil-Maranhão; Brasil-Mato Grosso; Brasil-Minas Gerais; Brasil-Nova Colônia do Sacramento; Brasil-Pará; Brasil-Paraíba; Brasil-Pernambuco; Brasil-Piauí; Brasil-Rio de Janeiro; Brasil-Rio Grande do Norte; Brasil-Rio Grande do Sul; Brasil-Rio Negro; Brasil-Santa Catarina; Brasil-São Paulo; Brasil-Sergipe d'El Rei. Existem também as seguintes séries temáticas: Brasil-Contratos do Sal e Brasil-Limites.

Para além da documentação avulsa, há também, e apenas relativos ao Brasil, mais de quatrocentos códices, e muitos outros que são comuns ao Brasil e às demais possessões ultramarinas. Estão igualmente integrados em séries docu-

mentais tais como Consultas; Cartas; Instruções; Decretos; Tratados e Limites; Compromissos de Irmandades; Regimentos; Sesmarias; Ofícios etc. Dentre estes códices alguns merecem especial destaque como, por exemplo, a *História dos animais e árvores do Maranhão*, os Autos de estabelecimento de vilas; os Diários de viagens; as Memórias sobre minas e nitrateiras. Dentre os regimentos, não poderíamos deixar de mencionar, pela sua importância, o de Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, datado de 1548.

Bastaria a simples enumeração das séries documentais sobre o Brasil para se avaliar a importância deste patrimônio. No entanto, só um conhecimento mais aprofundado nos dará a medida exata da sua riqueza e variedade. Tratando-se de documentação de caráter administrativo, pois resulta essencialmente da troca de correspondências entre as autoridades locais e o poder central na metrópole, ela reflete, de um modo geral, a evolução política e administrativa dos vários governos. Pelas leis, regimentos, instruções, correspondência em geral, informações, relatórios e consultas, se conhecem as diretrizes referentes à administração ao longo de três séculos. Colonização e povoamento; construção de grandes obras públicas; exploração de minas e outros recursos naturais; relações comerciais; explorações marítimas e terrestres; missões científicas; explorações agrícolas; transportes e comunicações; defesa; en-

sino e evangelização; relações fronteiriças, pacíficas ou de guerra; relações diplomáticas; assimilação de comunidades; exploração industrial; tráfico de escravos; delimitação de fronteiras etc. A própria vida local, os usos, costumes e tradições se vêem refletidos nesta documentação.

Porém, a riqueza do patrimônio do AHU sobre o Brasil não se esgota com a documentação avulsa nem com os códices. São também particularmente importantes e valiosas as coleções de cartografia e iconografia, como fonte de informação e pesquisa histórica e artística, tais como mapas da costa do Brasil, de um notável

rigor cartográfico; plantas de variadíssimas regiões, de cidades, vilas, aldeamentos de índios; edifícios civis, militares e religiosos, de grande pormenor e exatidão; mapas de demarcações diamantinas, minas de ouro e prata, salinas; itinerários de rios, e muitas outras espécies de grande interesse. A par da cartografia, a coleção iconográfica é também extremamente variada: personagens várias com trajes da época; espécies de fauna e flora; habitações; modelos de armamento e figurinos militares; embarcações; aspectos de várias ocupações cotidianas como a lavagem do ouro e diamantes, a fabricação do anil, a colheita do



Mapa do Rio de Janeiro, 1698.

café, a caça, a prensa do tabaco, os engenhos de açúcar, enfim, uma fonte inesgotável de informação.

A importância do patrimônio documental sobre o Brasil existente no AHU revela-se também através dos próprios pesquisadores e das pesquisas realizadas. Pelo recolhimento de dados referentes aos pedidos feitos entre 1990 e 1996, chegamos a conclusões extremamente interessantes. Em primeiro lugar, e para estabelecer um termo de comparação, fez-se o levantamento do total de pesquisadores no AHU, e daqueles que consultaram documentação referente ao Brasil, respectivamente, 18.418 e 4.418 (Gráficos 1 e 2). Analisemos agora apenas os pesquisadores que consultaram documentação sobre o Brasil. Nas presenças por nacionalidade, verificamos que as dos pesquisadores brasileiros são superiores a todas as outras em conjunto, incluindo os pesquisadores portugueses; ou seja, brasileiros, 2.214, outros, 2.204 (Gráfico 3). Estes pesquisadores distribuem-se por variadíssimas atividades, desde o advogado ao militar, sendo majoritária a atividade de professor, que registra 2.004 presenças (Gráfico 4). Fez-se igualmente o levantamento da documentação consultada, traduzida em números de caixas e maços de documentos avulsos, códices, documentos catalogados e espécies cartográficas e iconográficas (Gráfico 5). Desta documentação, é também interessante analisar quais as séries mais consultadas, verificando-se que Brasil-Pará e

Brasil-Rio de Janeiro são, sem dúvida, as séries que registram um maior número de pedidos, totalizando, respectivamente, 6.047 e 9.997 (Gráfico 6). Em seguida, a partir de um universo de pedidos de quatrocentos pesquisadores, fez-se uma amostragem por temas de estudo, o que nos deu um leque variadíssimo de opções que vão desde a arquitetura às viagens marítimas (Gráfico 7). Os quadros e números apresentados parecem-nos ser suficientemente elucidativos do interesse que desperta a documentação do AHU para todos aqueles que procuram conhecer e estudar a história do Brasil colonial.

DESAFIOS QUE SE APRESENTAM AO AHU

O AHU encontra-se numa era de mudança. Empreendeu um amplo processo de modernização e por isso vários desafios se lhe apresentam, qual deles o mais aliante. Destacaremos, entre outros, pela sua importância, a construção do novo edifício, que lhe permite incorporar toda a documentação que ainda se encontra fora das suas instalações; a formação global do Arquivo; e a concretização de um projeto antigo e muito ambicionado por brasileiros e portugueses, a microfilmagem da documentação do Brasil.

Desde há muitos anos que o edifício onde se encontra instalado o AHU se tornou manifestamente exíguo perante a necessidade de incorporar cada vez mais acervos. Com a extinção do Ministério do Ultramar, o AHU viu-se confrontado com a

Gráficos

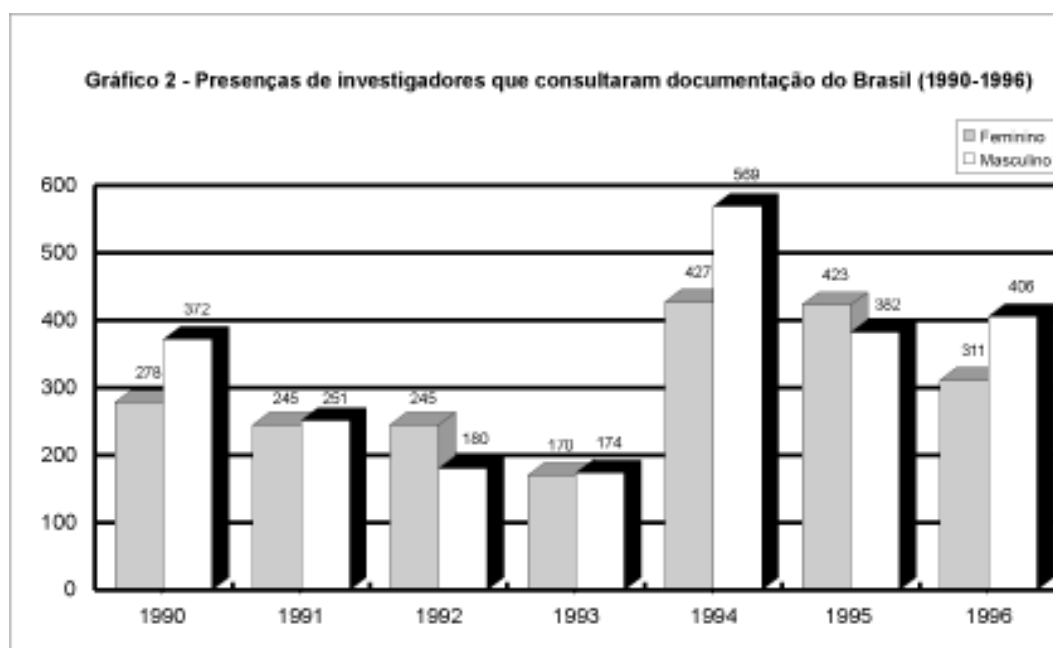
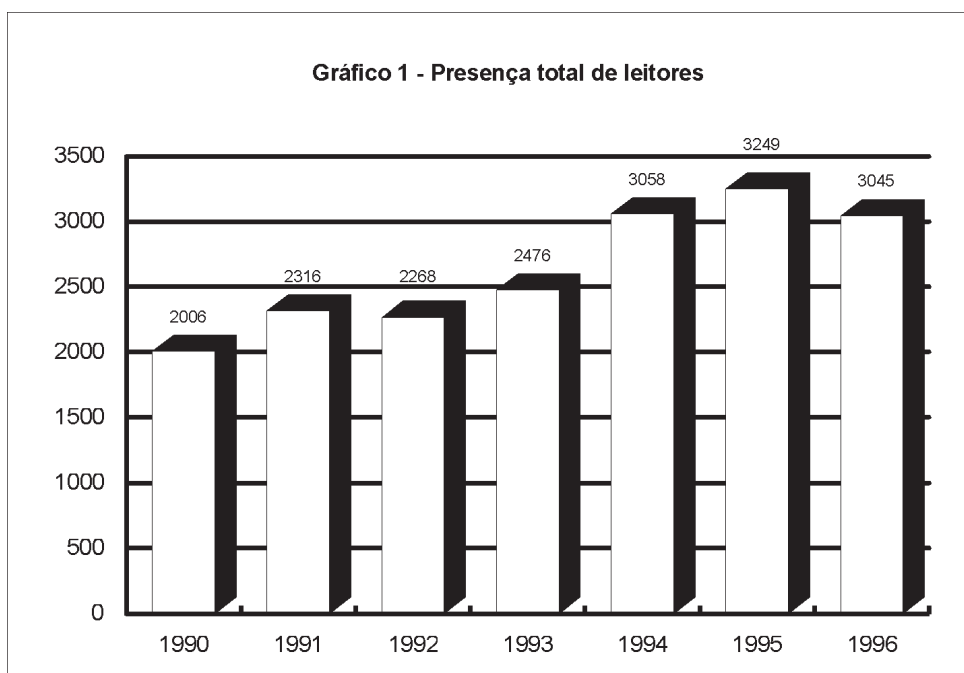


Gráfico 3 - Presenças na sala de leitura por nacionalidade (1990-1996)

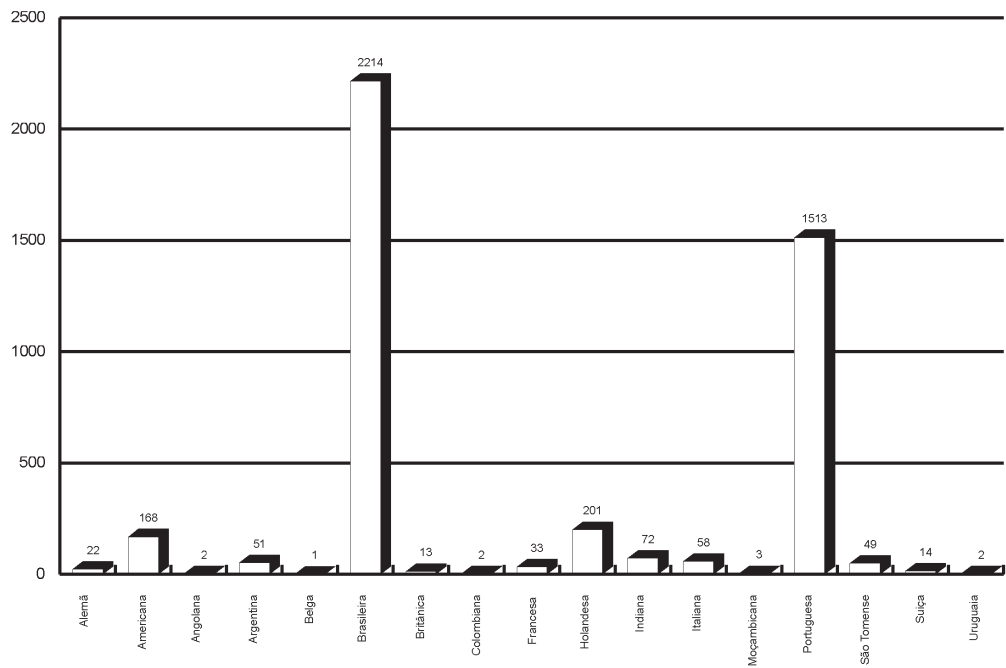
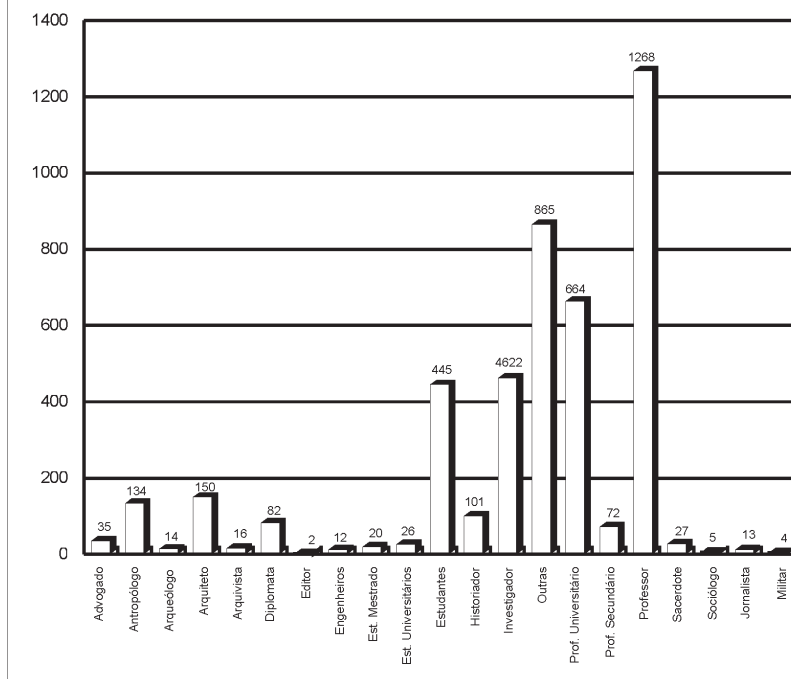


Gráfico 4 - Presenças na sala de leitura por profissão (1990-1996)



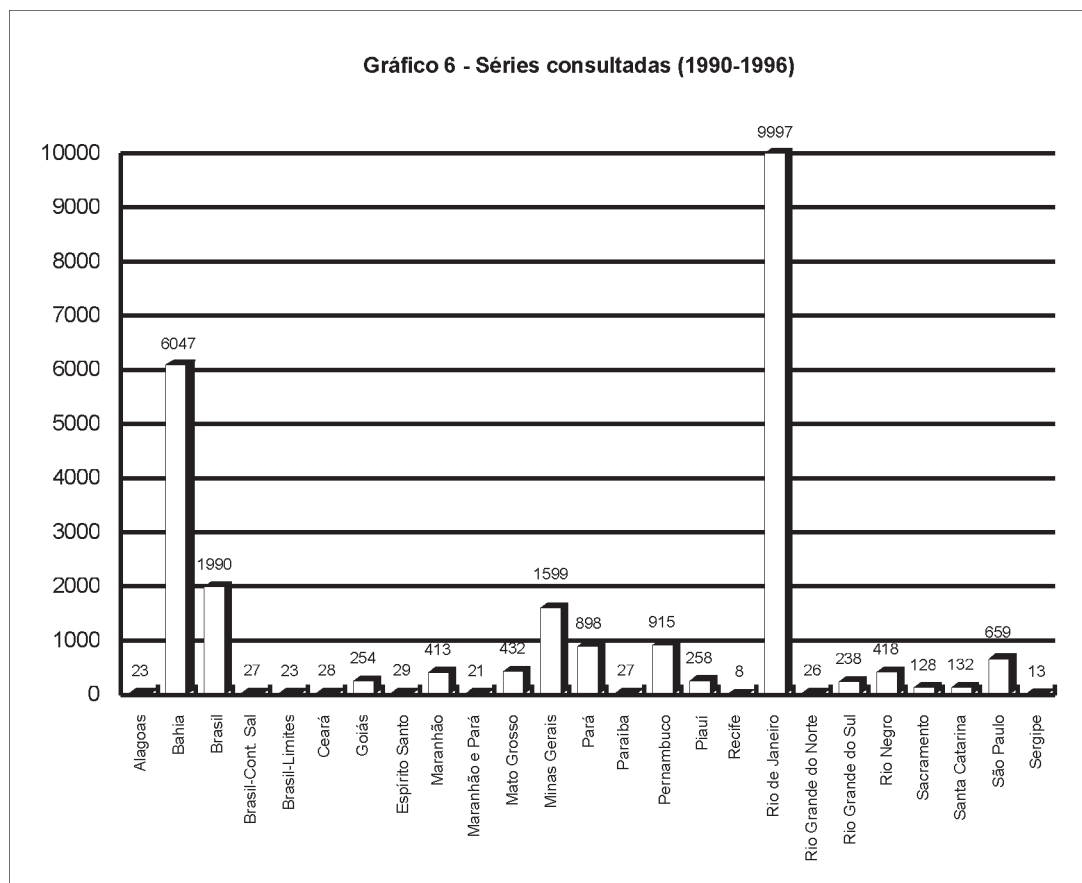
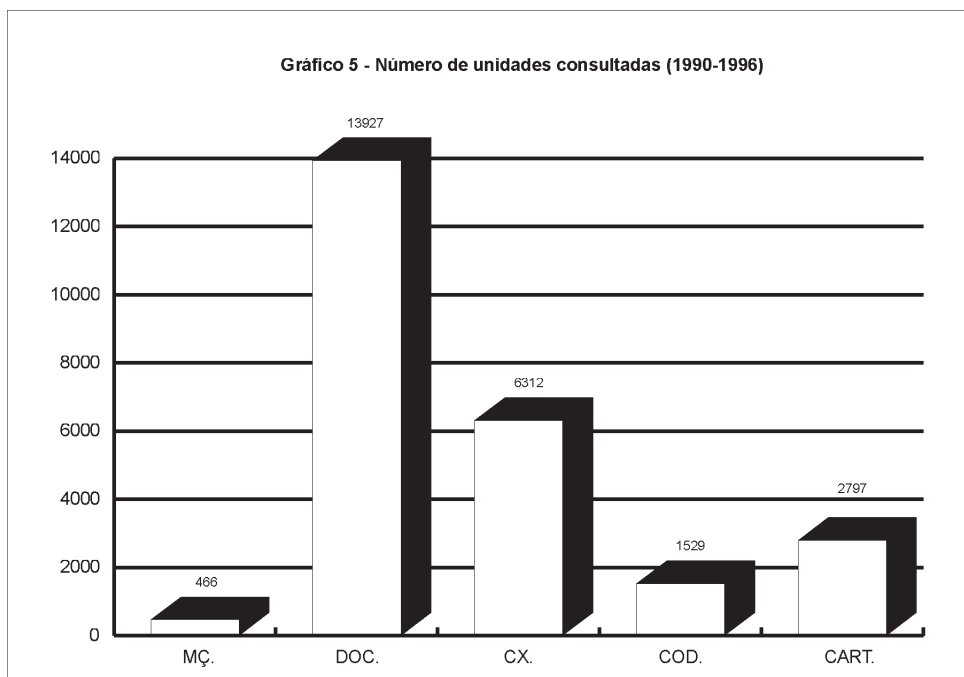
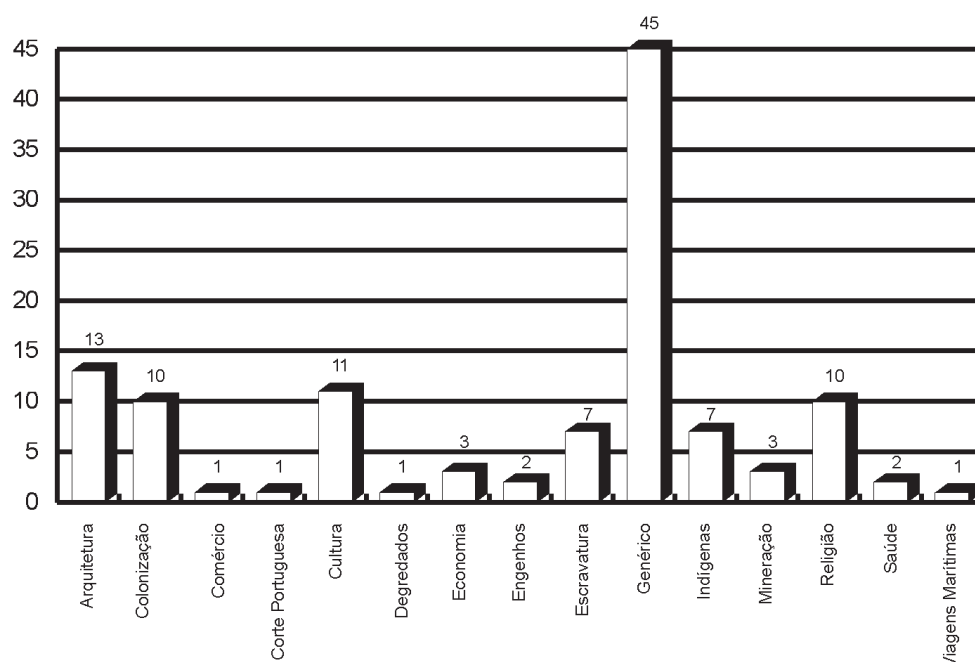


Gráfico 7 - Temas de estudo (1990-1996)



necessidade de receber aproximadamente 150 toneladas de documentos, não tendo, por absoluta falta de espaço, qualquer possibilidade de fazê-lo. Para ultrapassar esta dificuldade, a solução temporária foi instalar a documentação num depósito provisório, fora das instalações do Arquivo. Não se podia, porém, continuar adiando a solução definitiva, que seria a construção de um novo edifício, capaz de responder a todas as necessidades. Assim, conservando-se o velho, mas digno edifício do AHU, construiu-se numa das alas do palácio, um novo edifício que, no entanto, manteve exteriormente o traçado original. As novas instalações distribuem-se por quatro pisos, um dos quais

subterrâneo. Nelas funcionam os vários serviços técnicos, como a Oficina de Restauro e os Gabinetes de Reprografia e Cartografia. A área restante foi dividida em nove depósitos, dois dos quais destinados à documentação audiovisual. No novo edifício ficou igualmente instalada a Casa Forte. Concluído o edifício e equipado devidamente, encontram-se agora reunidas as condições necessárias para incorporar, tratar tecnicamente e acondicionar toda a documentação. Trata-se de um projeto ambicioso, mas de uma importância extrema, uma vez que, com esta incorporação, se fecha o ciclo do acervo da administração colonial portuguesa. O AHU poderá redimensionar todo o espaço dis-

ponível, pois, a não ser através de doações ou aquisições esporádicas, não receberá mais documentação.

Para gerir e tratar convenientemente todos os seus fundos, teve o AHU de recorrer à informatização. Este processo, iniciado em 1993, teve alguns acidentes de percurso mas, neste momento, estamos em condições de afirmar que já nada o fará parar. A informatização do AHU acontecerá em vários planos. Atualmente procede-se à alimentação das bases de dados, textual e de imagem, tendo em vista a elaboração do roteiro. Futuramente avançaremos para um segundo plano que consistirá na disponibilização, na Sala de Leitura, de toda esta informação, com terminais que permitam a consulta de texto e imagem. Paralelamente decorrerá a informatização da gestão da Sala de Leitura. Está igualmente previsto um plano de edições eletrônicas das fontes documentais e instrumentos de descrição.

Quanto à microfilmagem da documentação do Brasil existente no AHU, é já neste momento uma realidade. É do conhecimento geral a importância da microfilmagem, não só como meio de preservação do património documental, como também por constituir um instrumento de fácil acesso à informação. Desde há muito que se vinha sentindo a necessidade de se proceder à microfilmagem sistemática de toda a documentação de interesse comum existente nos arquivos e bibliotecas portuguesas e brasileiras, no sentido de se promover

a permuta de informações. Projeto ambicioso, sucessivamente adiado, mas que agora, em virtude do protocolo de colaboração na área dos arquivos, assinado em agosto de 1995 entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, se tornou uma realidade. Como consequência deste protocolo, com o Projeto 'Resgate' iniciou-se no AHU a microfilmagem da documentação. A primeira série microfilmada foi a do Brasil-Minas Gerais, num total de 189 caixas, que se encontra já na fase final do trabalho. Entretanto, deu-se início à microfilmagem de todos os códigos, e seguir-se-ão todas as outras séries à medida que forem devidamente organizadas, quer a nível de inventário, quer a nível de catálogo. O tratamento arquivístico da documentação está sendo executado por grupos de trabalho constituídos por portugueses e brasileiros, sob a coordenação de técnicos do AHU, numa conjugação comum de esforços, de forma a conseguir o objetivo desejado, isto é, a conclusão do Projeto até o ano 2000. Esperamos em breve poder atuar da mesma forma nos arquivos e bibliotecas brasileiros, pois sabemos quanta e tão importante documentação aí se encontra depositada. Não podemos esquecer que os arquivos do governo central na metrópole e os arquivos locais são estreitamente complementares, e todos são indispensáveis para o estudo da história comum dos dois países.

A B S T R A C T

This article's aim is to present the Overseas Historical Archives (AHU) as an indispensable documentary repository for studying Portuguese overseas history and culture as well as those of countries emerging from wherever the Portuguese have settled. A perspective of its documentary funds and collections presents the AHU as a cultural institution with an unmatched importance for the study of colonial Brazil's historical sources.

R E S U M E

Cette étude a pour but présenter l'Archive Historique d'Outre-mer (AHU) comme un dépôt documentaire indispensable pour l'étude de l'histoire et culture portugaises d'outre-mer, aussi bien que celles des nations issues des régions où les portugais se sont établis. Une perspective de ces fonds et collections documentaires fait ressortir l'AHU comme une institution culturelle d'importance unique pour l'étude des sources d'histoire du Brésil colonial.

Maria Adelaide Meireles

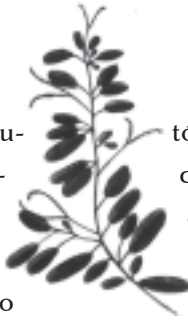
Bibliotecária responsável pela Seção de Reservados da Biblioteca Municipal do Porto. Licenciada em História.

Luís Cabral

Diretor da Biblioteca Municipal do Porto. Licenciado em Filologia Românica.

Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto

A Real Biblioteca Pública Municipal do Porto foi fundada - decorria ainda o Cerco do Porto - em 9 de julho de 1833 (primeiro aniversário da entrada do Exército Libertador na cidade), por decreto de dom Pedro, duque de Bragança, regente em nome de sua filha, a rainha d. Maria II. A criação deste estabelecimento veio dar resposta a importantes necessidades culturais da cidade, que de há muito se faziam sentir e que eram, anteriormente, preenchidas pelo franqueamento ao público de algumas bibliotecas privadas. Dentre estas são de destacar, além das 'livrarias' de alguns conventos - congregados, lóios, beneditinos, grilos - as do bispo dom João de Magalhães e Avelar e a do 2º visconde de Balsemão. O rela-



tório que precede o decreto de julho de 1833, bem elucidativo das finalidades culturais que se pretendiam para a Biblioteca, diz em certo momento:

A ignorância é a inimiga mais irreconciliável da liberdade; e se a missão de um governo é satisfazer as necessidades da sociedade, o seu primeiro dever é sem dúvida preparar, e dar aos seus administrados, a instrução necessária para desenvolverem a sua inteligência, como justa garantia dos direitos, que lhes confere, e como compensação devida das obrigações, que lhes impõe [...]. Entre estes meios, um dos mais eficazes, sem dúvida, é o de estabelecer depósitos de todos os conhecimentos humanos, aonde os cidadãos pos-

sam vir livremente consultar as fontes da ciência, ou estancar a sede louvável da instrução [...].

O estabelecimento de uma biblioteca, propriedade da cidade, correspondeu, assim, ao ideário do regime liberal e, ao mesmo tempo, contribuiu para resolver um problema patrimonial grave, que nesse momento histórico surgira, e que consistia na elevada quantidade de bibliotecas de casas religiosas consideradas 'extintas ou abandonadas' (do Porto: Oratório, Lóios, São Francisco, São Bento da Vitória, Carmelitas etc.; de fora da cidade: Santa Cruz de Coimbra, Tibães, Paço de Sousa, Santo Tirso, Vila do Conde, Vila da Feira etc.). Estas 'livrarias' foram, no todo ou em parte, incorporadas à Biblioteca Pública do Porto, juntamente com algumas bibliotecas seqüestradas a particulares ditos 'traidores' à causa liberal (o bispo do Porto, dom João de Magalhães e Avelar, o visconde de Balsemão, Alexandre Garrett - irmão do escritor Almeida Garrett -, Aires Pinto de Sousa etc.). Os fundos iniciais foram reunidos em diversos depósitos dispersos pela cidade, tendo a Real Biblioteca Pública do Porto estado instalada, sucessivamente, no Hospício de Santo Antônio de Vale da Piedade, em parte do Paço Episcopal e, desde 1842, no edifício do Convento de Santo Antônio da Cidade, em São Lázaro, 'abandonado' pelos frades franciscanos da província da Conceição. A instalação definitiva no atual edifício não ocorreu sem discussão, ficando a dever-se em muito ao então prefeito do Douro, Manuel Gon-

çalves de Miranda, a adequada solução finalmente encontrada. Este mesmo monumento foi, simultaneamente, destinado ao Museu Portuense e à Academia de Belas-Artes. As obras mínimas indispensáveis para adaptação das instalações decorreram durante os primeiros nove anos de existência da Biblioteca. Embora criada à custa do Estado, a Biblioteca tornou-se, desde o início, propriedade da cidade, sob a administração da Câmara Municipal e com direito a receber o que hoje se designa por 'depósito legal'. Só mais tarde, por carta de lei de dom Luís, datada de 27 de janeiro de 1876, ficou determinado que a Biblioteca seria, para todos os efeitos, considerada estabelecimento municipal.

Foi aberta oficial e definitivamente ao público em 4 de abril de 1842, dia do aniversário da rainha d. Maria II, tendo-se procedido, a 8 de dezembro desse mesmo ano, à inauguração do retrato do fundador, primeiro imperador do Brasil, da autoria do pintor João Batista Ribeiro, e que ainda hoje se encontra em lugar de destaque na sala de leitura geral.

Do ponto de vista qualitativo, as coleções de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto são consideradas muito valiosas, destacando-se as que se referem ao Brasil.

Note-se que a reunião deste conjunto foi fruto de condicionalismos vários e, por isso, não se pode esperar a existência de um fundo sistemático e abundante. Embora repercutindo, naturalmente, as vicis-

situdes da história, sobretudo a junção casual de espécies de proveniências tão diferentes como instituições religiosas e bibliotecas de particulares, o núcleo de documentação relativo ao Brasil foi, no entanto, em grande parte, originariamente reunido em duas bibliotecas particulares, cujos proprietários estiveram, de algum modo, ligados ao país. A primeira a salientar é a de Luís Máximo Alfredo Pin-

to de Sousa Coutinho, 2º visconde de Balsemão (que deteve os cargos de guarda-mor da Torre do Tombo, inspetor da Agricultura do Reino e que foi sócio efetivo da Academia Real das Ciências). A sua biblioteca deve-se, em parte, a seu pai, o 1º visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, tenente-coronel de artilharia e capitão-geral de Cuiabá e Mato Grosso, cargo de que tomou posse em



Frontispício do códice *Razão do Estado do Brasil*.

1769 e que deteve até 1772. A segunda pertenceu a Sílvio Mondânio, nome arcádico de Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura que, depois de ter exercido o cargo de desembargador na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava em 1766, veio para a Relação do Porto, sendo aí chanceler até 1809, ano em que foi assassinado no meio dos tumultos que precederam a entrada do exército de Soult na cidade, durante a segunda Invasão Francesa.

Na sua maioria, os códices de que aqui se trata são cópias. Algumas delas revestem-se, no entanto, de assinalável importância, quer devido à inexistência dos respectivos originais, quer por poderem ser complemento de outras versões manuscritas. Os seus limites temporais situam-se entre os séculos XVII e XIX, com particular incidência no século XVIII.

Dos manuscritos da Coleção Balsemão -

que totaliza 278 códices - destacam-se, entre os que se referem ao Brasil, os códices relativos à história, geografia, zoologia e botânica, viagens de exploração e demarcação do território, assuntos militares, economia, minas etc. Lembremos alguns títulos:

Razão do Estado do Brasil - Ca . 1616 - Ms. 126.

Trata-se da mais antiga cópia, entre as cinco conhecidas, de um original que se tem como perdido, cuja autoria do texto é atribuída a Diogo de Campos Moreno (sargento-mor no Brasil em inícios de seiscentos), e a dos mapas a João Teixeira Albernaz I.

Sobre a importância deste manuscrito são bem elucidativas as palavras do comandante Teixeira da Mota nos *Portugalliae monumenta cartographica*:

Depois de perdido o atlas do Brasil de



Tamanduá. Desenho do arquiteto Antônio Jose Landi.

Luís Teixeira, ainda do séc. XVI, e de que apenas uma parte se contém no roteiro-atlas da Ajuda, as cartas do códice portuense constituem o mais antigo atlas especial, hoje conhecido, de um território americano, o que lhe confere especial significado na história da cartografia. Realça, ainda, o fato na circunstância de o mais antigo atlas especial desse tipo, relativo a territórios ultramarinos portugueses, dizer precisamente respeito ao Brasil, o que mostra a importância crescente deste, dentro do agregado lusitano, em começos do séc. XVII.

Uma das outras cópias, sob o título de *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embora a sua data seja cerca de dez anos posterior à do nosso manuscrito, as cartas têm expressa a autoria do célebre cosmógrafo e cartógrafo português, cuja obra se encontra largamente inventariada nos *Portugalliae monumenta cartographica*. Sob o mesmo título existe uma outra cópia na Biblioteca do Porto - (Ms. 819) -, esta do século XIX, que não contém os mapas, mas tão-somente as legendas.

Desenhos de história natural - finais do séc. XVIII - Ms. 1200.

Inclui 68 folhas de desenhos aquarelados com legendas que foram, há anos, atribuídas ao punho do arquiteto Antônio José Landi.¹ O autor, contratado por dom João V, foi para o Brasil juntamente com outros especialistas, integrando uma co-

missão incumbida da delimitação das fronteiras, tendo exercido atividade como desenhista, arquiteto e naturalista. Um outro códice (Ms. 542) da biblioteca portuense diz bem dessa última ocupação. Trata-se de uma cópia, que parece incompleta e que tem por título: *Descrizione di varie piante fruti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, altre simili cose che si ritrovano in questa cappitania del Gran Para, li qualli tutte Antonio Landi dedica a sua Exlca. il sigr. Luiggi Pinto de Souza Cavaglieri di Malta, e governatore del Matto Grosso ...* Embora habitualmente se associe este texto (Ms. 542) aos desenhos (Ms. 1.200), a verdade é que a organização de um e de outro diferem bastante.

Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais... - Ms. 235.

Autógrafo de José Barbosa de Sá, escrito em Vila Real do Senhor Jesus de Cuiabá em 1769, dedicado ao governador de Mato Grosso e Cuiabá, Luís Pinto de Sousa Coutinho. O escritor, que já se encontrava no Brasil em 1723, como ele próprio refere neste manuscrito, fez parte de expedições de bandeirantes a regiões auríferas e foi encarregado de proceder ao reconhecimento de terras e das missões dos jesuítas espanhóis. Em 1771 escreveu, também em Vila Real de Cuiabá, a tradução métrica dos salmos de Davi, que igualmente ofereceu ao visconde de Balsemão (Ms. 147).

Da Coleção Balsemão lembre-se, ainda, um conjunto de seis manuscritos da au-

toria de Domingos Alves Branco de Muniz Barreto. Natural da Bahia, Muniz Barreto foi capitão de infantaria do Regimento de Estremoz, nos finais do séc. XVIII e inícios do XIX. Deixou várias obras impressas e algumas manuscritas relativas ao Brasil e, principalmente, à sua cidade natal. Conhecem-se publicadas compilações legislativas, de caráter militar e civil, e uma obra sobre a abolição da escravatura. Cita-se, em primeiro lugar: *Descrição de uma diminuta parte da comarca dos Ilhéus da capitania da Bahia* - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 688.

Trata-se de uma relação enviada à Academia Real das Ciências de Lisboa, com descrições concernentes à comarca de Ilhéus, por onde o autor viajou. Diz Muniz Barreto, em dado momento, que a memória vai acompanhada de estampas de ervas e raízes notáveis ali encontradas. Pois existe, igualmente na Biblioteca do Porto, um volume que, além de um pequeno texto sobre o modo de conhecer as plantas e de apanhá-las, contém também desenhos de várias ervas medicinais, à tinta da china e aquarela, cobertos por uma espécie de verniz. Tem por título: *Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais, e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios ...* - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 436.

Neste manuscrito que, como vimos, é um apêndice da *Descrição da comarca de Ilhéus*, em que Muniz Barreto se declarou "estrangeiro na ciência da história

natural", o autor diz do método utilizado para a estampagem das plantas e ervas

com a imprensa do meu uso, porque além de não diferir cousa alguma de quanto em si contém os mesmos vegetais, se lhe dá depois a sua natural cor, de um modo particular que também para isso sigo, a qual fica sempre conservada com a espécie de verniz de que uso por cima depois de os figurar, não aprovando de modo algum as estampas de fumo, que enquanto a mim fazem aumentar depois a reflexão e o trabalho, quando por elas se pretende fazer algum exame ou combinação.

A este propósito, referira-se já o autor, na citada *Descrição da comarca dos Ilhéus*, ao tratar da ilha de Quiepe, nos seguintes termos:

Por não achar nesta mesma ilha casa alguma, mandei formar pelos índios uma pequena palhoça [...] para poder



estampar as ervas, que por eles me fossem apresentadas, que são as que constam da primeira relação até nº 28, com as virtudes que por largas experiências são conhecidas dos mesmos índios [...]. Para melhor me persuadir do que afirmaram, depois que estampeei os mesmos vegetais, mandei diferentes vezes por dois índios, que nenhuma inteligência tinham desta matéria, procurar de mistura entre outras ervas aquelas, ou aquela, que me parecia, para o que lhe dava a estampa, e com efeito consegui, que por ela me trouxessem o mesmo que lhe pedia [...].

Do capitão de infantaria do Regimento de Estremoz são, ainda, os seguintes textos: *Observações que mostram não só o crime de rebelião, que temerária e sacrilegamente intentaram alguns moradores da capitania de Minas, no Brasil, mas a legítima posse, que têm os senhores reis de Portugal, daquelas conquistas* - finais

do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 1123. Está dividido em sete demonstrações. No fim da quinta demonstração, o autor diz que se lhe segue um discurso, em separado, sobre os abusos cometidos na administração da Justiça e governo da capitania da Bahia. Este discurso está copiado num outro códice, com a designação: *Apêndice que se promete na quinta demonstração do discurso formado sobre a premeditada conjuração de alguns réus moradores na capitania de Minas...* - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 1054.

Um outro escrito - um pequeno discurso proferido em 1791, com conselhos dirigidos aos índios, em que há uma crítica à forma como eles viviam, à relaxação dos seus costumes e também à má administração por parte dos portugueses - intitula-se: *Oração que foi repetida por Domingos Alves Branco Muniz*



Vista da cidade da Bahia, incluída na obra *Observações sobre a fortificação da cidade da Bahia* ...

Barreto, na presença do povo indiano da aldeia de São Fidélis, da capitania da Bahia, depois da missa que mandou celebrar pelo reverendo vigário o padre Antônio Nogueira dos Santos, na colocação que se fez da imagem do Santíssimo Coração de Jesus no altar-mor da Igreja Matriz - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms.1052.

À forma como o Brasil fora até então administrado alude o mesmo autor na obra: *Observações sobre a fortificação da cidade da Bahia e governo do Arsenal, pela Intendência da Marinha e Armazéns Reais, ordenadas por Domingos Alves Branco Muniz Barreto...* - Ms. 686.

São dele as seguintes palavras: "Sendo vastíssimos os domínios que a nação portuguesa possui no Brasil, não só se tem abusado inteiramente da riqueza que liberalmente lhe oferece, mas que pouco ou nada se tem cuidado em segurá-la, na defesa dos portos, que igualmente permitem uma navegação sem limite". Passa, em seguida, a referir a Bahia e sua enseada - da qual inclui uma vista com a inscrição: "Demonstração da cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos e das fortalezas que defendem a sua marinha ..."-, faz um pequeno histórico dessa cidade e não deixa de falar acerca da "imprudência dos portugueses", que acompanharam o seu primeiro donatário "em maltrataram, como não deveram, os índios [...]".

De temática militar, cita-se um outro manuscrito que pertenceu ao visconde de

Balsemão: *Instruções dos reparos da artilharia e suas rodas patescas por regras gerais que oferece ao Ilmo. e Exmo. sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador e capitão-general desta capitania, o seu menor criado, Joaquim Lopes Pompino - séc. XVIII - Ms. 806.*

A Biblioteca Pública Municipal do Porto possui uma importante coleção de plantas e mapas antigos, uns manuscritos, outros impressos. Dos manuscritos uma parte pertenceu aos viscondes de Balsemão, sendo a maioria destas peças referentes ao Brasil.

Dentre a variedade de levantamentos cartográficos - uns de natureza diplomática, outros com fins militares, uns regionais, outros locais, outros hidrográficos, alguns de grande escala -, destacam-se:

Mapa de uma parte da América Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas Coroas de Portugal e Espanha: demonstra a demarcação [sic] primeira de Castilhos Grande, até ao posto de Santa Tecla, e o país por que há passado a Armada del rei F., tudo configurado pelas ajustadas observações da prancheta; como também o que há atalhado o exército de S.M.C. e o que se fecha entre o rio Uruguai e missões pertencentes à sobredita demarcação, o que se pôs com as referidas notícias de práticos, e vaqueanos, assim portugueses como espanhóis, aos quais sendo mostrado, uniformes afirmaram estar conforme com o que eles sabem do referido país que o tem pisado. Demonstra

igualmente o grande como inútil trabalho que sofreria a Armada de S.M.F., saindo do Rio Grande aonde ao presente se acha, e marchasse por Chuí e Serro de Ilhecas a unir-se às tropas de S.M.C. que saíram de Montevideú, a fim de marcharem juntas a Santa Tecla ultimamente se mostra ser, inconveniente [sic] o fazer-se em o Passo de Chileno a junção dos dois exércitos... mandado desenhar novamente pelo Ilmo. e Exmo. sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador e capitão-general das capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, por José Matias de Oliveira Rego, sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro, em o ano de 1769. - C-M & A-Pasta 19 [38].

Também relacionados com os problemas de delimitação do território brasileiro são os seguintes mapas:

Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España em la America Meridional... en el ano de 1749. - C-M & A-Pasta 24 [62];

Mapas do continente da Colônia de Sacramento, Rio Grande de São Pedro até a ilha de Santa Catarina, com a linha divisória da arraia ajustada pelo tratado de limites celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela em o ano de MDCCL... - C-M & A-Pasta 24 [61].

Sobre a ilha de Santa Catarina conservam-se dois belíssimos exemplares de cartografia, um deles com dedicatória ao visconde de Balsemão, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estran-

geiros e da Guerra:

Planta particular da ilha de Santa Catarina, situada na latitude meridional 27 graus e 40 minutos, e na longitude 337 graus e 13 minutos, com a configuração da costa da terra firme, que decorre da ponta do Taquaraçutá, até à ponte de Imbaú, pertencente a esta mesma capitania... aprovada pelo Ilmo. e Exmo. sr. Luís de Vasconcelos e Sousa sendo vice-rei do Estado do Brasil, e projetada pelo governador interino, o sargento-mor de artilharia José Pereira Pinto, por quem também é oferecida esta planta ao Ilmo. e Exmo. sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho... - C-M & A-Pasta24 [68];

Mapa de uma parte da ilha de Santa Catarina que se acha fortificada em estado de defesa - C-M & A-Pasta 24 [63].

Como mapas regionais apontam-se:

Mapa da capitania de São Paulo, que extrema com a capitania do Rio de Janeiro, comarca do Rio das Mortes; e a de Goiazes. Copiado em janeiro de 1779 - C-M & A-Pasta 25 [107];

Mapa da capitania de Minas Gerais, feito em 1793 pelo sargento-mor José Joaquim da Rocha - C-M & A-Pasta 24 [64].

São várias as representações da Vila Bela de Mato Grosso. Levantado em 1777, por direção do governador e capitão-geral da capitania, Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o *Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso...* (C-M & A-Pasta 24 [26]) mostra o palácio, o quartel, a igreja e a rua que fez abrir o notável go-

vernador, que ordenou o amplo levantamento cartográfico e reconhecimento geográfico da capitania.

É do seu tempo o desenho da planta de um dos muitos arraiais em que se fixaram os exploradores das jazidas de ouro e diamantes e que estão na origem de algumas vilas e cidades. Trata-se do *Plano do arraial de São Pedro d'el Rei, fundado e erigido em novo julgado no ano de 1781 por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto governador e capitão-general das capitanias do Mato Grosso e Cuiabá* - C-M & A-Pasta 24 [23].

Além desta, existem ainda as plantas de quatro arraiais: Santana, Pilar, São Fran-

cisco Xavier da Chapada e de São Vicente, desenhados numa única folha - C-M & A-Pasta 24 [22].

Da exploração e reconhecimento do território, feita pela derrota de rios, foi encarregado o astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida. Os diários da viagem que fez, desde Vila Bela até São Paulo, por ordem do governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, encontram-se num manuscrito, que parece autógrafo, pertencente à Biblioteca do Porto (Ms. 464 - 2). O autor relata o percurso fluvial de centenas de léguas, com início em Cuiabá no dia 15 de outubro e termo em 31 de dezembro de 1788. Da viagem, realizada com a fi-



Plantas de quatro arraiais.

nalidade de demarcação dos limites das capitanias, resultou a elaboração de um mapa da autoria desse insigne geógrafo e explorador, que fez parte de uma comissão enviada ao Brasil com vistas à defesa da posse dos territórios a que Portugal se achava com direito. O referido mapa tem por título:

Mapa do leito dos rios Taquari, Cuxiim, Camapoã, varador de Camapoã, Pardo, Paraná, Tietê e caminho de terra desde a freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araitaguaba até a cidade de São Paulo, que por ordem do Ilmo. e Exmo. sr. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres... governador e capitão-general das capitanias de Mato Grosso e Cuiabá... levantou, e fez no ano de 1788 e 1789 o dr. astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida - C-M & A- Pasta 19 [17].

Resta mencionar um outro tipo de levantamento - os planos de edifícios. Conser-va a Biblioteca do Porto a *Planta da igreja, convento e casas que foram dos mercenários [isto é, mercedários] da cidade do Pará. Levantada por ordem do Ilmo. e Exmo. senhor dom Francisco de Sousa Coutinho, governador e capitão-general deste Estado...*, feita por Joaquim José Ferreira, tenente-coronel engenheiro, nos finais do séc. XVIII. Em separado, são representados o plano inferior e superior da igreja e convento. - C-M & A-Pasta 19 [15 e 27].

Alude-se, em seguida, a alguns manuscritos do Fundo Geral e de origem identificada.

Do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra provém uma das três cópias, existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto, do célebre *Tratado ou Roteiro geral do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa. Tem o título de: *Roteiro geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil & à descrição de muitos lugares dela, especialmente da Bahia de Todos os Santos* - séc. XVII - Ms. 119.

Este códice foi incluído por Francisco Adolfo Varnhagen (*Reflexões críticas*) no número das mais antigas e exatas entre as 17 cópias de que em 1839 havia notícia.

Pertencem à Biblioteca do Porto mais duas cópias, uma do século XVIII, outra dos inícios do seguinte (Ms. 1041 e 610). A cópia do séc. XIX pertenceu à 'livraria' do desembargador Veiga (Sílvio Mondânio) e é, por sua vez, cópia de outra que existia no Convento de Jesus de Lisboa.

Dos manuscritos que pertenceram a Síl-vio Mondânio, cuja temática é variada (his-tória, geografia, política, economia, reli-gião e literatura), assinale-se uma cole-ção das obras de Alexandre de Gusmão, com as variantes encontradas em três códices de desembargadores da Relação do Porto (Ms. 1107). Este códice inclui cin-co textos:

1. *Dissertação ou discurso em que se manifestam os interesses que resultaram a Sua Majestade Fidelíssima dom José I e aos seus vassallos da execução do Tra-tado de Limites da América.*

2. *Representação que a el rei dom João V fez Alexandre de Gusmão sobre os seus serviços, pedindo-lhe remuneração.*

3. *Reparos sobre a disposição da lei de 3 de dezembro de 1750 a respeito do novo método da cobrança do quinto do Brasil, abolindo o da capitação.*

4. *Consulta em que se satisfaz o Conselho Ultramarino ao que Sua Majestade Fidelíssima ordenou sobre a facção do regimento das casas de fundição das minas do Estado do Brasil...*

5. *Resposta de Alexandre de Gusmão ao papel que fez Antônio Pedro de Vasconcelos, governador que foi da Colônia do Sacramento, sobre os tratados de limites da América.*

Ao bispo do Porto, dom João de Magalhães e Avelar, pertenceu um manuscrito que, por sinal, ele mesmo copiou: *Visita do bispo do Pará* é o título que ostenta na lombada o códice 492.

Trata-se do diário das visitas pastorais que, em 1785-1789, dom frei Caetano Brandão realizou no seu bispado do Pará, e das reflexões sobre as mesmas visitas.

Integrados no Fundo Geral de Manuscritos, de proveniência não identificada, são de notar, dentre os que se reportam ao Brasil:

De Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio - que no Brasil exerceu as funções de juiz de fora e provedor da Fazenda Real da capitania do Pará (1767-1772) e de ouvidor e provedor da Fazenda Real, bem

como de intendente da Agricultura da capitania de Rio Negro (1773-1779) e deixou manuscritos alguns discursos, diários de viagens e pareceres jurídicos - cumpre citar: *Relação geográfico-histórica do Rio Branco da América portuguesa, na qual se dá notícia do seu descobrimento e do progresso e dos estabelecimentos [sic] que lhe foram posteriores: até o ano de 1778...* - séc. XIX - Ms. 538.

Dos rios que no Rio Branco deságuam, do território que ele banha, dos seus limites e confrontações, da invasão pelos espanhóis e da sua expulsão, bem como de particularidades da história natural e outras relativas às 'nações de índios' da região, seus usos e costumes, diz-nos ainda este escrito. Seguem-se-lhe, no mesmo códice, outras obras desse autor, entre as quais: *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez nos anos de 1744 e 1775; Apêndice ao diário da viagem...; [Representação do ouvidor e intendente-geral e provedor da Real Fazenda, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, à rainha d. Maria I contra o governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, em o Rio Negro, 12 de maio de 1779]; [Crítica à memória sobre o governo do Rio Negro]; Discurso que na comarca da vila de Barcelos, cabeça da comarca de Rio Negro, no Estado do Grão-Pará, deveria recitar o ouvidor da mesma comarca, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, na ocasião em que se fizesse pública a notícia de ter tomado*

posse do governo daquele Estado o Ilmo. e Exmo. senhor dom Rodrigo de Meneses.

A importância do primeiro dos manuscritos advém do fato de ser o único conhecido que apresenta mapas e desenhos (mapa da América Meridional na parte por onde corre o rio Branco, incluindo as povoações portuguesas estabelecidas nessa zona, em 1778; mapa estatístico dos habitantes das povoações do Rio Branco e Barcelos, em 1777; representação de um casal de índios e duas crianças numa canoa típica da região e, também, a de

uma índia do Rio Branco na sua rede - 'hamaca').

O diário da viagem que o autor fez às povoações da capitania de São José do Rio Negro e o apêndice ao mesmo diário são, igualmente, acompanhados de três cartas geográficas: a das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro, a do curso do rio Amazonas, o mapa do rio Negro, com a localização de missões e de povoações e sete mapas estatísticos da população (incluindo referências ao estado em que se encontram as igrejas e casas de habitação),



*Índia do Rio Branco. Sentado e
acompanhado de um cão. Rio Branco.*

Representação de uma Índia do Rio Branco, da obra *Relação Geográfico-histórica do Rio Branco ...*, de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.

plantações, gêneros de colheita e produto dos gêneros comerciados pelos índios da capitania.

O texto do diário, tal como os dois outros que lhe estão juntos, relaciona-se com a célebre 'Questão dos limites' e, segundo o autor, estabelece o "direito dos mesmos [portugueses] contra as pretensões de Espanha", razão pela qual foi publicado na obra de Joaquim Nabuco, *Question de limites*. O "Mapa da América Meridional ..." foi incluído pelo mesmo autor no *Atlas demonstratif des droits du Brésil*, em 1903.

Importantíssima é a obra de Pero de Magalhães Gândavo, que está publicada desde inícios do séc. XIX - o *Tratado da Terra do Brasil*. Fundamental é também a cópia que dela existe na B.P.M.P., que serviu para corrigir e completar o texto da primeira edição, quando da reimpressão em 1924. Transcreve-se o seu título completo: *Tratado da Terra do Brasil no qual se contém a informação das cousas que há nestas partes feito por Pero Magalhães* - séc. XIX - Ms. 597.

Igualmente através do exemplar da Biblioteca do Porto foi publicada, primeiro na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomos 38-43 - 1875-1880), mais recentemente pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, a seguinte obra de autoria de Diogo Lopes de Santiago: *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*,

primeiro aclamador da guerra - séc. XVII - Ms. 111.

Digno de alusão é um outro tipo de documento - alguns poucos manuscritos literários; textos que se reportam à ação de ordens religiosas em terras brasileiras; mapas estatísticos.

Quanto ao primeiro grupo, referimos um códice miscelâneo que insere obras de Gregório de Matos Guerra - o Ms. 1184. Deste poeta guarda também a Biblioteca do Porto uma outra cópia que ostenta a designação: *Obras de Gregório de Matos e guerra natural da cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos. Feitas a várias pessoas no ano de 1690. E novamente copiadas neste volume de 1748* - Ms. 1388.

Dentre os vários códices com obras do padre Antônio Vieira, refere-se apenas o Ms. 812, intitulado "Sucinto extrato da vida e morte do V. P. Antônio Vieira... escrito por um curioso anônimo...", que integra os seguintes 'papéis': *Papel do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus sobre várias cousas do Brasil; feito em 14 de março de 1647* e o vulgamente chamado "Papel forte" - o discurso sobre a entrega de Pernambuco aos holandeses.

Relacionados com a ação de ordens religiosas, lembram-se - para além das várias notícias atinentes aos mosteiros beneditinos do Brasil, nomeadamente as de eleição dos abades dos cenóbios, contidas nos chamados *Bezerros de Tibães*

(Ms. 1427, 1428 e 1429) - os seguintes códices: *Historia de la fundacion del colegio de la Compañia de Pernambuco hecha en el año de 1576* - séc. XVII - Ms 1103; *Catálogo dos jesuítas do Brasil* - Ms. 1378.

Trata-se, mais propriamente, de um conjunto de vários catálogos ou relações enviadas ao padre geral da Companhia de Jesus, entre 1631 e 1679, que nos dá notícia, por exemplo, do padre Antônio Vieira, admitido no Colégio da Bahia em 1623, e nos proporciona informações sobre os muitos membros da Companhia que, das várias casas da metrópole e também da África, Índia e Ilhas e de países estrangeiros, se dirigiram para o Brasil entre finais do século XVI e o ano de 1679. A tais referências juntam-se aquelas que nos indicam nomes de jesuítas já oriundos dos colégios existentes na América portuguesa, sendo freqüentes as alusões a elementos da Companhia de Jesus que tinham conhecimento da língua 'brasílica'.

Por último, pela raridade deste tipo de documentação, de grande interesse para a história demográfica e geográfica da Amazônia no século XVIII, salienta-se o conjunto de quatro mapas estatísticos da população indígena de aldeamentos das capitanias do Grão-Pará e São José do Rio Negro. Reportam-se aos anos de 1791 a 1794 e registram nomes de rios, povoações, dados sobre índios, agregados (família, escravos, índios) e, ainda, observações em que constam o número de fogos, nascimentos, casamentos, mortes e

militares em serviço - C-M & A-Pasta 24 [65].

Em fundos que deram entrada na Biblioteca do Porto por oferta, legado ou doação existem também materiais referentes ao Brasil.

O manuscrito 36 do Fundo Azevedo (do 1º conde de Azevedo, "bibliófilo e ilustre escritor portuense, que à organização da sua biblioteca consagrou quase toda a sua vida", contando para isso com a colaboração do escritor Camilo Castelo Branco, que muitas vezes foi incumbido da aquisição de manuscritos) é uma miscelânea que inclui a "Cópia da carta que Salvador Correia de Sá escreveu a Sua Majestade". Acha-se escrito em letra do séc. XVIII e teve um anterior possuidor, o abade de Vila Verde, Simão Álvares de Sá.

Documentos que interessam à história do Brasil são também os que constam de três códices oferecidos pelo professor da Faculdade de Medicina do Porto, Pedro Augusto Dias. Trata-se de miscelâneas em letra dos séculos XVII e XVIII - Ms. PD-6-2; Ms. PD-6-4 (volumes 1 e 2).

Do seu conteúdo não daremos uma relação pormenorizada, limitando-nos a remeter para os trabalhos que sobre eles fizeram Artur de Magalhães Basto (*Alguns documentos de interesse para a história do Brasil*) e Antônio Cruz (*Documentos que interessam à história do Brasil*).

Acresce, ainda, neste fundo, um códice que inclui, além do *Manifesto e edital que os holandeses publicaram em*

Pernambuco, algumas cartas:

Carta do governador Henrique Dias que mandou aos holandeses ao Recife em companhia das dos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, governadores em Pernambuco;

Carta que mandou o capitão-mor Camarão ao Recife em companhia dos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, governadores em Pernambuco;

Cópia da carta que os mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, governadores em Pernambuco, mandaram ao Recife em resposta [sic] da outra que lhe mandaram os holandeses junta com os cartazes de perdões para os moradores; carta do mestre de campo André Vidal de Negreiros em que dá conta da batalha e sucessos da vitória que Deus deu aos portugueses de Pernambuco a 18 de abril de 1648 - Ms. PD-39.

Por fim, menciona-se a coleção de ma-

nuscritos que pertenceu a Vitorino Ribeiro. Nela se encontra um pequeno texto sobre as propriedades medicinais das águas da Lagoa Grande, junto às minas do Sabará:

Breve transunto das notícias da Lagoa Grande, virtudes experimentadas em diversos achaques, e cautelas necessárias para o uso dos seus banhos. Oferecido ao muito ilustre e R.^{mo} sr. dr. Lourenço José de Queirós Coimbra... Recopilado de uma dissertação químico-médica que se há de imprimir sobre a mesma matéria por Antônio Cialli Romano... - datado de Vila Real do Sabará a 10 de Junho de 1749 - Ms. VR-70.

No Ms. 56 da mesma coleção estão reunidas várias cartas de Alexandre de Gusmão sobre temática brasileira, incluídas também no já referido Ms. 1107.

Além deste breve percurso pelos fundos de manuscritos da B.P.M.P., citados alguns dos mais notáveis documentos relativos ao Brasil, apresentamos uma breve bibliografia sobre o assunto.

N O T A S

1. O investigador Leandro Goes Tocantins, em 1963, identificou a letra por comparação com documentos do punho do referido arquiteto existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde também se encontra um documento escrito por Landi, em que requisita tintas e outros materiais destinados aos desenhos de animais e plantas da Amazônia.

B I B L I O G R A F I A

BASTO, Artur de Magalhães. *Alguns documentos de interesse para a história do Brasil: apostila ao Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Coimbra]: Universidade de Coimbra, 1953.

____, *Dom Antônio Rolim de Moura, governador da capitania de Mato Grosso*: (três documentos). Coimbra: Coimbra Editora, 1954.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO. *Biblioteca Pública Municipal do Porto: exposição no 150º aniversário da sua fundação: 1833-1933*. Porto, 1984.

____, *Catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto: índice preparatório do Catálogo dos Manuscritos*. Porto, 1879-1896 (essencialmente o 2º fascículo: Mss. Chartaceos: Geographicos).

____, *Catálogo de Geografia da Biblioteca Pública Municipal do Porto...* Porto, 1895.

____, *Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Org. A. de Magalhães Basto]. Lisboa: I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, 1938 (Reed. fac - simulada: 1988).

____, *A pintura do mundo: geografia portuguesa e cartografia dos séculos XVI a XVIII*. Catálogo da exposição. Porto, 1992.

____, *Por mar e por terra tantas mil léguas [...]*. Porto, 1994.

CRUZ, Antônio. *Documentos que interessam à história do Brasil*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1960.

FERREIRA, J. A. Pinto. "Mapa geral da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitanias do Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro no primeiro de janeiro de 1792". Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1965.

HISTORIA de la fundacion del Collegio de la Compañia de Pernambuco, hecha em el año de 1576 ... Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1923. Coleção de manuscritos inéditos agora dados à estampa; 6.

LIVRO que dá razão do Estado do Brasil. Prefácio A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

PORTUGALLIAE monumenta cartographica. Lisboa: [s.n.], 1960, vol. 4, pp. 93-97; est. 441-445.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira...* Recife: FUNDARPE, 1984. 1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto.

A B S T R A C T

After a brief reference to the history of the Municipal Public Library of Porto, the authors provide a list of the main manuscripts concerning Brazil. Though not a voluminous collection, it is considered very valuable from a qualitative perspective. Its bulk is formed by codices and maps belonging to the captain-general of 'Cuiabá' and 'Mato Grosso', the 1st viscount of Balsemão, (as well as to his son) and others which used to belong to Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura (Arcadian name: Sílvio Mondânio), former judge at the High Court in Rio de Janeiro.

R É S U M É

Après une allusion à l'histoire de la Bibliothèque Publique Municipale de Porto, les auters énumèrent les principales pièces manuscrites y existantes concernant au Brésil. Quoique limitée, cette collection est, du point de vue qualitatif, considérée comme étant de grande valeur. On y trouve surtout des documents en parchemin et des cartes qui ont appartenu au premier vicomte de Balsemão, capitaine-général de 'Cuiabá' et 'Mato Grosso' (ainsi qu'à son fils), et d'autres documents qui avaient appartenu à Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura (pseudonyme littéraire: Sílvio Mondânio), qui a été magistrat à Rio de Janeiro.

Margarida Ortigão Ramos Paes Leme
Responsável pelo Arquivo da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

O Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa

Seu interesse para a história do Brasil colonial
1686 - 1822

A CASA DA MOEDA DE LISBOA

A Casa da Moeda de Lisboa, desde 1972 integrada na empresa pública Imprensa Nacional - Casa da Moeda, é hoje a única sobrevivente das várias casas da moeda que desde o início da monarquia laboraram em Portugal continental e ultramarino.

Situada desde 1941 no atual edifício, numa zona da cidade que começou a ser urbanizada no final da década de 1930, passou por várias localizações na cidade de Lisboa a partir do reinado de dom Dinis, tendo estado sucessivamente no sítio da Porta da Cruz, perto de São Vicente de Fora, no edifício onde mais tarde esteve a cadeia do Limoeiro, junto à Sé, na



rua Nova e, desde meados do século XVI, na rua da Calcetaria, perto do Paço da Ribeira. Aí permaneceu até 1720, ano em que foi transferida para a rua de São Paulo, conforme se lê numa 'lembrança' registrada a fl. 235 v. do livro 2º do Registro Geral: "Aos doze dias do mês de setembro do ano de mil setecentos e vinte se fez a mudança da fábrica e mais materiais e o cofre da Casa da Moeda desta cidade de Lisboa, a qual estava situada em a rua da Calcetaria para o chão em que estava situada a Junta do Comércio, em o qual chão se edificou nova Casa da Moeda..."¹ Na rua de São Paulo permaneceu até 1940, quando foi transferida para o edifício, construído de raiz, onde se encontra.

Os moedeiros, cujo número foi fixado em 104 no reinado de dom Manuel, foram desde sempre uma das classes privilegiadas do Reino. Em 1552, João Brandão, autor da obra *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa*, refere:

Estes oficiais têm grandíssimos privilégios, que nenhuma ordenação nem postura entra neles; e assim em crime como em civil nenhuma justiça do Reino entende com eles, nem coisa de sua casa, senão o seu juiz.²

O mais abundante núcleo de documentos referentes aos seus privilégios encontra-se reunido num código pertencente ao Arquivo da Casa da Moeda, o *Livro de registo dos privilégios, liberdades e isenções que os senhores reis destes Reinos têm concedido aos oficiais e moedeiros da sua Casa da Moeda*,³ datando o primeiro privilégio do reinado de dom Dinis (1324) e o último de 1751, se bem que a sua extinção só tenha sido determinada pelo decreto de 3 de agosto de 1824.

O fabrico da moeda em Portugal pode dividir-se em dois grandes períodos. No

primeiro, que vai desde o princípio da monarquia até cerca de 1678, predomina quase que exclusivamente o uso do martelo: e a um cunho fixo, sobre o qual se colocava o disco monetário, o moedeiro encostava, seguro pela mão esquerda, o outro cunho, móvel, que recebia a pancada do martelo empunhado pela mão direita. O segundo período, desde essa data até aos nossos dias, é caracterizado pelo uso da máquina. De fato, no final do século XVII são definitivamente introduzidas no fabrico da moeda os balancins, cuja força motriz, ainda humana, foi a partir de 1835 substituída pela do vapor, com a aquisição pela Casa da Moeda de uma das primeiras máquinas a vapor do país, comprada na Inglaterra à firma Boulton & Watt, idêntica à utilizada na Royal Mint de Londres. Mais tarde, em 1866, são adquiridas as prensas monetárias Ulhorn que utilizam o sistema de rótula, movidas primeiro a vapor, depois à energia elétrica, ascendentes diretas das atuais prensas hidráulicas.

A partir do início do século XIX, a Casa da Moeda de Lisboa fica incumbida do fabrico do papel selado, e em 1845 dá-se a fusão da Casa da Moeda e da Repartição do Papel Selado sob uma mesma administração-geral. Com a introdução em Portugal, em 1853, dos selos postais, a Casa da Moeda e Papel Selado passa também a fabricá-los e, para se adaptar às novas necessidades, sofre outra reforma em 1864.

Em finais do século XIX, a Casa da Moeda

Manifesto da nau Almiranta Nossa Senhora da Esperança, vinda do Rio de Janeiro em 1739 - livro 5º.

e Papel Selado ganha uma posição de maior relevo na garantia de qualidade dos metais nobres, quando em 1882 as contrastarias ficam subordinadas à sua administração-geral, que passa a fiscalizar o comércio e a indústria da ourivesaria em Portugal, função que ainda hoje mantém.

Já no século XX, os seus serviços foram reformados, sucessivamente, em 1911, 1920, 1929 e 1938. Em 1972, pelo decreto-lei nº 225/72, de 4 de julho, funde-se com a Imprensa Nacional numa empresa pública, a INCM - Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

O ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DA MOEDA

O primeiro regimento conhecido da Casa da Moeda de Lisboa é do reinado de dom Manuel e tem a data de 23 de março de 1498.⁴ Nele se estipula como figura principal, responsável por todos os valores que entram e saem da casa, o tesoureiro, coadjuvado pelos mestres (depois juizes) da balança e pelos escrivães, que tinham a seu cargo a escrituração rigorosa dos livros de conta do tesoureiro. Estes livros, feitos em duplicado, um a cargo do escrivão e outro do mestre da balança, registravam em títulos separados todas as operações, desde a entrada do metal, quer fosse de particulares, quer do rei, até à sua devolução, já amoedado, à parte que o tinha entregue, descontados os custos do feito. Um destes livros ia à Casa dos Contos, para aprovação da conta do tesou-

reiro, ficando o outro na Casa da Moeda.

O regimento de 1498 estipula ainda um livro para registro de todo o material entregue aos oficiais da casa, necessário ao desempenho das suas funções, também em títulos separados.

Existia também o já chamado Registro Geral, onde se lançavam todas as cartas, alvarás, ordens etc., que chegavam à Casa da Moeda.

Na sequência da introdução dos balancins para fabrico da moeda no final do século XVII, foi dado à Casa da Moeda de Lisboa novo Regimento, com data de 9 de setembro de 1686,⁵ o qual perdurou até 1845.

É este o regimento que mais nos interes-



Regimento dado à Casa da Moeda de Lisboa por d. Pedro II.

sa aqui analisar, uma vez que ele cobre o período em que a documentação do Arquivo tem um interesse fundamental para a história do Brasil colônia, visto que, a partir de princípios do século XVIII, começa a dar entrada na Casa da Moeda o ouro vindo das minas brasileiras e ao longo de todo o século a Casa da Moeda de Lisboa é o apoio principal das várias casas de moeda e de fundição que são criadas no Brasil.

Pela primeira vez aparece a figura do provedor, mas o tesoureiro continua sendo o responsável por todos os valores que entram e saem da Casa. Recebia o metal que lhe era entregue para amoedar na Casa do Despacho, o ouro só depois de ensaiado e marcado pelos ensaiadores, e a prata também ensaiada. Pesado o metal pelos juizes da balança, era entregue ao fundidor, dando-se início às operações de fabrico da moeda. Uma vez cunhado o metal, a moeda era entregue aos seus proprietários pelo tesoureiro, na mesma Casa do Despacho. Todas estas operações eram registradas e assinadas em livros próprios e em títulos separados.

Os livros de conta do tesoureiro estavam a cargo dos escrivães da Receita e da Conferência e, tal como no regimento anterior, eram feitos em duplicado.

A conta do tesoureiro é agora constituída por quatro livros principais, a cargo do escrivão da Receita:

1. Receita principal (de todo o ouro ou prata que entrar na Casa);
2. Ementa de contas (entre os oficiais da Casa);

3. Receita da entrega da Casa ao tesoureiro (das peças, ferramentas e engenhos do uso e fábrica da moeda);
4. Ementa dos oficiais (que recebem as peças da fábrica da Casa).

A cargo do escrivão da Conferência estavam os livros de conferência e os seguintes registros :

1. Conferência da receita principal;
2. Conferência da ementa de contas;
3. Registro de cartas, alvarás, ordens e provisões;
4. Registro de informações, requerimentos e despacho das partes.

A partir de 1710, parte da documentação do Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa passa a ter especial interesse para a história da mineração brasileira. O decreto de 9 de setembro desse ano estipula que

todo o ouro que vier nas frota do Brasil ou em navios soltos, se leve à casa da moeda, aonde, ou seja em barra ou em pó, se lhe aceitará aos mestres ou comissários que o trouxerem, e se lhes passará conhecimento para por ele o cobrarem às partes, a quem pertencer, com declaração, que querendo vendê-lo na mesma casa da moeda se lhes pagará logo pelo seu justo valor.⁶

Por aviso dessa mesma data se determina que

logo, que houver notícia, que aparece a frota do Brasil, vão a bordo dos navios dela com os escrivães que se

lhe nomearem, e farão notificar aos mestres, capitães e mais pessoas que trouxeram ouro em confiança, ou seja em pó, ou em barra, para que se lhe apresentem os livros da carga, de que tirarão certidão pelo que pertencer à receita do ouro; e feita esta primeira diligência, serão notificados para que entreguem na Casa da Moeda todo o ouro que trouxeram, donde as partes o hão de receber pelos conhecimentos, que se devem passar às pessoas que nela o entregarem.⁷

A 27 de setembro desse ano, o provedor da Casa da Moeda informa ao Conselho da Fazenda que a frota que chegava a Lisboa, vinda do Brasil, era composta por mais de oitenta navios, cada qual com o seu mestre, contramestre, piloto e capitão, para além dos comissários, todos eles trazendo ouro de várias partes.⁸

As instruções para escrituração dos manifestos, com data de 17 de julho de 1711, são enviadas à Casa da Moeda por aviso do Conselho da Fazenda de 1º de setembro desse ano, e são as seguintes:

Primeiramente, depois da frota partir do Brasil para este Reino, o capitão da nau, no dia e tempo que lhe parecer mais oportuno, mandará fixar um edital no mastro grande, assinado por ele, em que diga: Manda Sua Majestade que Deus guarde que toda a pessoa que nesta nau leva ouro para si ou para entregar a outras pessoas, o manifeste no livro que para esse efeito traz fulano, com declaração que não o

fazendo incorrerão em perdimento do ouro que não manifestarem, e em as mais penas que parecer conveniente; e todos ficarão advertidos, que não hão de fazer entrega do ouro manifestado, às partes, sem lhe mostrarem por certidão da Casa da Moeda, nas costas dos seus conhecimentos, como nela ficam obrigados a levá-lo à dita Casa.

No dito edital se há de declarar, que o manifesto se há de fazer do ouro, ou seja quintado, ou por quintar, e não ficará perdido por não haver sido quintado, nem se lhe quintará.

Também se declara nele que os manifestos se poderão fazer em todo o tempo enquanto não chegar às alturas das Ilhas.

E passadas elas para cá, se poderão tomar as denúncias do ouro, e aos denunciantes se dará a terça parte.

Os livros em que se hão de fazer os manifestos hão de ir rubricados por algum dos ministros do Conselho da Fazenda na forma costumada, e de tal capacidade que não seja necessário acrescentar papel de fora.

Que os ditos livros se entreguem neste Reino às pessoas que houverem de tomar os manifestos, e cobrar recibos deles, o que se fará por ordem do provedor da Casa da Moeda, e aos navios que não forem deste porto se deve ordenar aos provedores da Fazenda do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, e Paraíba, que lhos dê também rubrica-

dos, remetendo-se-lhe também a instrução; e que cobrem recibos das entregas, e os remetam ao Conselho da Fazenda.

Serão advertidas as pessoas que escreverem estes manifestos, que hão de dobrar as folhas dos livros, em terço, como vai esta, para ficar campo na margem direita, em que sair com o guarismo (sic) da pessoa do ouro, e da esquerda para as mais declarações que forem necessárias para a boa arrecadação deste metal.

Tanto que estiverem assim lançados os manifestos se fará um encerramento no livro, de que os que nele se escreveram até aí, são os que havia, e se manifestaram naquela nau, e tanto que a frota chegar a este porto ou aos mais do Reino logo a pessoa que trouxer o livro o mandará entregar fielmente em continente na Casa da Moeda aonde a houver, e aonde a não houver ao ministro superior da Alfândega para pôr em arrecadação o ouro e o fazer entrar na Casa da Moeda mais vizinha.

E se acaso acontecer que falte em algum livro papel para se escreverem os seus manifestos, se tomará o resto em caderno de fora para se cozer no mesmo livro, pondo-se na forma dele declaração de que os manifestos se continuarão no dito caderno.⁹

A partir de 1720, na seqüência da extinção da Junta da Companhia Geral do Comércio do Brasil, pelo alvará em for-

ma de lei de 1º de fevereiro de 1720, é criado o imposto do 1% sobre todo o ouro que vier do Brasil. Esse imposto, que pagava a condução do metal, seria aplicado no pagamento das dívidas da extinta Junta. O referido alvará determina que

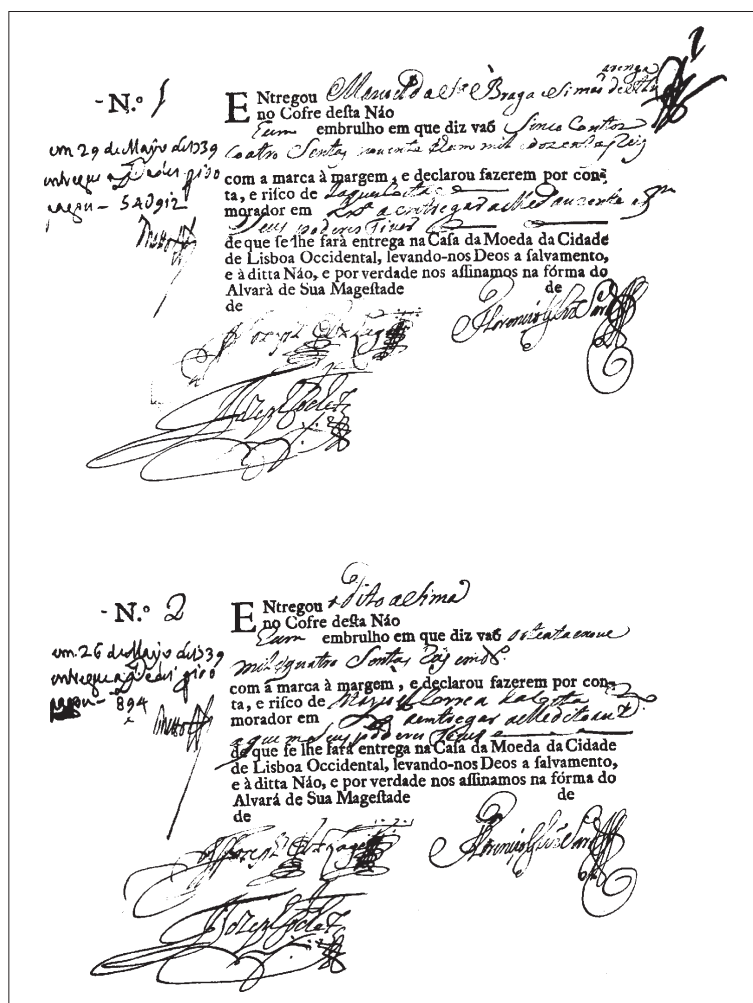
todo o ouro, e moeda, em pó, folheta e barra que vier do dito Estado se registre nos livros dos escrivães das naus do comboio, aos quais se hão de entregar quando daqui partirem por ordem do Conselho da minha Fazenda rubricados por um dos ministros dele, e que todo que assim vier registrado, pague 1% na forma que adiante declarar, e o que não vier registrado, ficará sujeito às mesmas penas que presentemente tenho imposto a quem traz ouro de qualquer qualidade sem o manifestar [...]. E quero que o ouro que vier nas naus do comboio se entregue aos mestres das ditas naus, e cada um dos escrivães delas fará no seu livro as cargas e receitas com toda a distinção e clareza, pondo números em cada uma das partidas ou envoltórios que correspondam à carga feita no livro para que não possa haver confusão ou embarço, e dará o escrivão conhecimento à parte por vias para sua segurança, e os ditos conhecimentos serão assinados pelo dito escrivão, e mestre, e capitão de mar e guerra, e capitão mais antigo de infantaria da guarda da nau, e todo o ouro se recolherá em cofre que terá quatro chaves, uma das quais terá o capitão de mar e

guerra, outra o de infantaria, outra o mestre, e outra o escrivão, e os ditos capitães, mestre e escrivão tanto que chegarem a este porto, entregarão o dito cofre na Casa da Moeda com o livro de receita que nele vier, pelo qual se entregará às partes o procedido dele descontando-se-lhe o dito 1%, o qual se há de entregar a um tesoureiro que para isso nomeará o Conselho de minha Fazenda [...].¹⁰

Com alterações diversas, de pormenor, e

não de fundo, a legislação sobre os manifestos do ouro e a cobrança do imposto do 1% mantém-se e o metal vindo do Brasil dá entrada obrigatoriamente na Casa da Moeda de Lisboa, onde depois de entregue às partes que provarem pertencer-lhes, estas o vendem, geralmente, para ser amoedado.

No Arquivo Histórico da Casa da Moeda existem várias séries que refletem estas funções e das quais apontamos apenas as principais. A série conhecida por



Manifesto da nau Almiranta Nossa Senhora da Esperança, vinda do Rio de Janeiro em 1739 - livro 5º.

manifestos das naus é composta por 1.386 livros, com datas entre 1710 e 1807, que acompanharam os cofres vindos nos navios. Existe igualmente outra série que se convencionou chamar de *manifestos da visita do ouro*, com 23 livros datados de 1725 a 1822, nos quais, os moedeiros encarregados da visita aos navios que davam entrada no porto de Lisboa, assentavam o ouro manifestado para cobrança do 1%. Outra série importante é a da *receita do 1% do ouro*, composta por 32 livros, do período de 1752 a 1812. Também ao tesoureiro da Casa da Moeda, como responsável por todos os valores que entravam e saíam da Casa, era carregado em receita nos livros da *receita principal* todo o metal que entrava,



Primeiro livro de receita e despesa do tesoureiro (1517).

incluindo obviamente o chegada do Brasil. Esse mesmo metal, destinado à amoedação, é discriminado nos livros das *compras* e das *entradas e saídas*.

Além destas, outras séries têm interesse para a história do Brasil colonial, sobretudo para o conhecimento da mineração brasileira, e constam do quadro anexo. Existem 16 maços de *documentação avulsa*, contendo procurações, precatórias, sentenças, relações e outros documentos relativos ao pagamento do 1%, requerimentos, conhecimentos etc., com datas situadas entre final do século XVII e 1822.

Outra série com interesse fundamental para este assunto é a dos *registros gerais*, onde eram assentes todos os decretos, alvarás, ordens, provisões e requerimentos que chegavam à Casa da Moeda. É uma série que começa em 1525 e termina no final do século XIX. Os livros que dizem respeito ao período em causa são os de nº 2 a 13, datados de 1687 a 1823, e neles se registrou todo o apoio prestado pela Casa da Moeda de Lisboa às suas congêneres brasileiras, desde 1694, com a abertura da Casa da Moeda da Bahia, bem como toda a legislação, regulamentação e informações acerca da arrecadação do metal, cobrança do 1%, e amoedação do ouro e da prata.

O quadro seguinte relaciona a documentação existente no Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa com interesse para a história do Brasil colonial:

QUADRO DAS SÉRIES EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DA MOEDA DE LISBOA DE INTERESSE PARA A HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL

CASA DA MOEDA DE LISBOA (1686-1822)						
Série	Datas	U I	Cota			
Registro geral						
Registro geral	1687-1823	12 livros	I I	I v	RG/2-13	
Manifestos e visita do ouro						
Manifestos das naus	1710-1807	1386 livros	I	Iv	1606, 1647-2991	
Manifestos da visita do ouro	1725-1822	23 livros	I	Iv	1107-1117, 1120,	
				1122-1132		
Acréscimos e faltas	1730-1731	1 livro	I	Iv	1608	
Receita do 1% do ouro	1752-1812	32 livros	I	Iv	577-584, 587-609	
Tomadias e seqüestros	1769-1773	2 livros	I	Iv	1611-1612	
Adições do 1% recebido a bordo	1799-1801	1 livro	I	Iv	610	
Distribuição dos moedeiros	1800-1821	1 livro	I	Iv	1614	
Rendimento do 1% recebido a bordo	1802	1 livro	I	Iv	1637	
Registro dos navios visitados	1812-1816	1 livro	I	Iv	2992	
Documentação avulsa	1686-1822	16 maços	II	mç	667-679, 725-727	
Tesoureiro da CM						
Receita principal - conferência	1686-1772	42 livros	I	Iv	637, 967-1007	
Receita principal	1749-1773	17 livros	I	Iv	427-434, 612, 616, 619, 623, 626-627, 629, 633, 635	
Compras de ouro	1749-1822	91 livros	I	Iv	106-196	
Receita do 1% dos diamantes	1753-1760	1 livro	I	Iv	1636	
Receita do 1% da prata	1757-1760	1 livro	I	Iv	611	
Receita dos manifestos da prata	1763-1770	2 livros	I	Iv	1118, 1121	
Compras de prata	1765-1822	59 livros	I	Iv	30-87	
Entradas e saídas de ouro	1769-1822	54 livros	I	Iv	348-401	
Entradas e saídas de ouro - conferência	1769-1822	51 livros	I	Iv	1295-1355	
Entradas e saídas de prata	1769-1822	52 livros	I	Iv	276-327	
Entradas e saídas de prata - conferência	1769-1822	57 livros	I	Iv	1212-1268	
Receita e despesa geral	1773-1822	52 livros	I	Iv	435-486	
Receita e despesa geral - conferência	1773-1822	52 livros	I	Iv	1378-1429	
Tesoureiro do 1%						
Gastos miúdos	1721-1760	5 livros	I	Iv	793, 632-1634, 1646C	
Folha de assentamento das consignações	1760-1761	3 livros	I	Iv	794-796	
Folha de assentamento dos juros	1762-1771	14 livros	I	Iv	585-586, 797, 799, 801, 804-805, 807, 809-812, 815, 819	
Folha de assentamento dos ordenados	1762-1772	14 livros	I	Iv	798, 800, 802-803, 806, 808, 813-814, 816-818, 820, 827A-827B	

N O T A S

1. INCM - ACM, II , RG/2.
2. João Brandão, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 168.
3. INCM - ACM, cofre.
4. ANTT, Mss. da Graça, tomo VIII, E, fls. 245-248. Publicado por Agostinho Ferreira Gambetta em *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 20, Lisboa, 1971.
5. *Regimento que S. Majestade que Deus guarde manda observar na Casa da Moeda*, Lisboa, na Impressão de Theotonio Craesbeeck de Mello, 1687.
6. Impresso avulso.
7. Impresso avulso.
8. INCM - ACM, II, RG/2, fl. 124v.
9. INCM - ACM, II, RG/2, fl. 129v.
10. Impresso avulso.

A B S T R A C T

Since the end of the XVIIth century, with the arrival in Portugal of the gold from the Brazilian mines, the Lisbon Mint was charged to receive that gold and buy it from its legitimate owners and also to collect the 1% tax. The Mint's Historical Archive reflects these functions through several of its series of documents.

R É S U M É

Dès la fin du XVIIe siècle, avec l'arrivée au Portugal de l'or des mines brésiliennes, la Monnaie de Lisbonne eût la charge de le recueillir, l'acheter à ses propriétaires pour après le convertir en monnaie, et de recevoir l'impôt du 1%. Son Archive Historique, d'après quelques séries qui le constituent, reflète ces fonctions.

Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a história do Brasil Colônia



O Tribunal de Contas de Portugal detém, desde as suas origens, que remontam ao século XIII, a documentação fruto de sua gestão orgânico-funcional. O conhecimento da história da instituição, hoje denominada Tribunal de Contas, organismo com grande tradição histórica na estrutura do Estado português, contribui não só para o conhecimento da história do controle das finanças públicas, como para a compreensão do passado comum entre Portugal e Brasil.

A documentação produzida pelo órgão, apesar de avaliada e selecionada, foi guardada ao longo dos séculos no Arquivo Histórico, tornando-se parte integran-



te da própria instituição, como responsável pela custódia, tratamento, preservação e divulgação de documentos de valor histórico.

A Constituição da República portuguesa confere, atualmente, ao Tribunal de Contas a natureza de órgão de soberania, independente e apenas sujeito à lei. A sua jurisdição abrange todo o território nacional e toda a administração pública - central, regional e local - e ainda os serviços portugueses no estrangeiro. As decisões e acórdãos do Tribunal de Contas têm, como os dos outros tribunais, caráter obrigatório para todas as entidades públicas e privadas, prevalecendo sobre os de quaisquer outras entidades.

Com a definição das fronteiras, a garan-

tia da estabilidade política, a fixação da corte em Lisboa e a sedentarização dos órgãos da administração pública, formalizou-se o primeiro organismo especializado na função fiscalizadora: a Casa dos Contos, que cumprirá os seus objetivos de 1389 a 1761. Com o advento de um novo período histórico - o absolutismo -, surgiram alterações institucionais que permitiram colocar em execução uma política voltada para a centralização régia. Foi então criado o Erário Régio, que funcionou de 1761 a 1832. Durante o século XIX, o aparecimento de novos ideais de liberdade, o grande crescimento industrial e as novas concepções de poder político originaram por toda a Europa grandes convulsões, que justificam em Portugal a sucessão, num curto espaço de tempo, de várias alterações orgânicofuncionais na instituição ligada à fiscalização financeira, assim como na sua própria denominação: Tribunal do Tesouro Público (1832-1844), Conselho Fiscal de Contas (1844-1849) e o primeiro Tribunal de Contas (1849-1911). A implantação da República e o desaparecimento da Monarquia determinam, mais uma vez, alterações orgânicas e uma nova mudança de designação, surgindo, então, o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado (1911-1919) e, posteriormente, o Conselho Superior de Finanças (1919-1930). No âmbito das reformas financeiras do Estado Novo, e com a emergência de uma nova política de maior controle e centralização das finanças públicas, a instituição retomou, em

1930, a designação que lhe fora atribuída em 1849 - Tribunal de Contas, designação essa que se mantém até à atualidade, apesar das grandes mudanças introduzidas, sendo as mais recentes a lei n.º 86 de 8 de setembro de 1989 e as leis ns.º 13 e 14 de 20 de abril de 1996.

A documentação existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas reflete bem o passado comum entre Portugal e Brasil, sobretudo a história da administração financeira do Brasil colonial, e proporciona elementos para o estudo da contabilidade e da história econômica.

Em relação à contabilidade, várias foram as instruções que o reino produziu sobre o método a que deveria obedecer a escrituração das contas da Fazenda Real nas diversas capitanias do Brasil, seguindo essa escrituração as alterações impostas pelas mudanças institucionais decorridas entre os séculos XVI e XIX, mais precisamente até 1825, altura em que foi reconhecida a independência do Estado brasileiro.

Dentre os diversos conjuntos documentais existentes no Arquivo Histórico, destacamos alguns que contêm elementos para a história do Brasil colonial.

CASA DOS CONTOS

rgão responsável pela ordenação e fiscalização das receitas e despesas do Estado, teve o seu primeiro regimento em 1389, quando das primeiras tentativas do poder cen-

tral para dominar e disciplinar a crescente burocracia. A este primeiro regimento seguiu-se um segundo, de 28 de novembro de 1419, e com d. Duarte um terceiro, em 22 de março de 1434, evoluindo todos eles no sentido de uma maior precisão e rapidez na liquidação e fiscalização das contas.

Com as transformações econômicas e sociais resultantes da expansão marítima do século XVI, os Contos d'El-Rei transformaram-se nos Contos do Reino e Casa. Os contadores e escrivães dos Contos, nomeados pelo soberano, passaram a ter um papel importante na escala de valores sociais do Reino, usufruindo de direitos e privilégios. À medida que a contabilidade pública se tornava mais complexa, novos desafios se apresentavam à administração financeira do reino e, em 1516, d. Manuel I publicou o regimento e ordenações da Fazenda, onde eram renovadas as normas de contabilidade pública, destacando-se a separação da contabilidade local da central.

Durante o domínio filipino (1591-1640), ocorreu a reforma, centralizando-se nos Contos do Reino e Casa toda a contabili-

dade pública, tanto da metrópole como do ultramar. Com d. João IV manteve-se o sistema filipino em relação à contabilidade pública, estendendo-se as normas do regimento dos contos a outros setores da administração pública e dando-se regimento aos Contos do Estado do Brasil, em dezembro de 1648. No entanto, pouco resta da documentação produzida durante este período, pois o terremoto de 1755 e o incêndio que se seguiu destruíram o edifício do Terreiro do Paço, onde funcionavam os Contos do Reino e Casa. Apenas se salvaram cofres onde estavam arrecadados valores metálicos e que foram entregues na Casa da Moeda, e alguns poucos livros da Casa dos Contos. Com as reformas administrativas e financeiras do marquês de Pombal, os Contos do Reino e Casa foram extintos, criando-se, para substituí-los, o Erário Régio, pela carta de lei de 22 de dezembro de 1761.

Do fundo documental dos Contos do Reino e Casa existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, há registros e informações sobre o Brasil em apenas dois dos seus livros:

Fundo	Cota	Título	Datas-limite
CC	39	Livro da despesa geral da conta de Bernardo dos Santos Nogueira, que serviu de tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa de 1749 a 1751	1756-1757
CC	41	Livro de receita e despesa anual da Fazenda Real e da Sereníssima Casa de Bragança extraída no ano de 1761	1761

O primeiro (CC39) integra-se na série relativa a processos de contas onde se fiscalizam as contas dos oficiais de recebimento responsáveis pela cobrança e arrecadação do patrimônio real através da tomada de contas. Este livro contém referência a outros livros (vales de receita e despesa): Livro da folha de pagamentos de ordenados; Livro de ouro em pó vindo do Estado do Brasil; Livro do ouro em barra; Livro da compra do ouro; Livro dos direitos dos diamantes; e Livro dos materiais.

O segundo (CC41) diz respeito à série relacionada com os Livros de receita e despesa da Fazenda Real e Casa de Bragança. Organizado por províncias e calculado a partir das arrematações de contratos, de rendimentos médios, ou das folhas de despesa de anos anteriores. As despesas contemplam: ordenados próprios de cada uma das arrecadações, ordenados e despesas de outras repartições, juros e tenças.

ERÁRIO RÉGIO

rganismo criado no reinado de d. José I, pela carta de lei de 22 de dezembro de 1761, durante um período absolutista em que o rei de Portugal dominava um império colonial que se estendia da Índia ao Brasil, passando pelo continente africano. Para garantir o exercício de um poder absoluto, era necessário um regime centralizado, que controlasse a dispersão das cobranças e despesas - característica do pe-

ríodo anterior - e possibilitasse uma gestão completa e sistemática das contas públicas. Passou-se de um regime de contabilidade unigráfica para um sistema digráfico.

Presidia o Erário Régio o inspetor-geral do Tesouro, que ficava imediatamente subordinado ao rei; por ordem hierárquica seguia-se o tesoureiro-mor, que tinha a seu cargo a Tesouraria-Mor. Para efeitos fiscais o reino ficou dividido em quatro contadorias, cada uma com o seu respectivo contador-geral:

- Contadoria Geral da Corte e província da Estremadura;
- Contadoria Geral das províncias do Reino e Ilhas dos Açores e da Madeira;
- Contadoria Geral do território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa;
- Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão e das comarcas do território da Relação da Bahia.

Estas duas últimas contadorias, pelo decreto de 28 de junho de 1820, foram reformuladas, dando lugar à Contadoria Geral do Rio e Bahia.

Na Tesouraria-Mor existia o livro mestre, que abrangia o conteúdo das receitas e despesas de todas as contadorias por ordem cronológica, remetendo cada assento para o número de ordem do livro mestre da respectiva contadoria. Cada livro era numerado, rubricado e encerrado pelo inspetor-geral. Nas contadorias, por sua

vez, existiam os seguintes livros:

- Borrador do diário - rascunho;
- Livro diário - onde se faziam os assentos que por extrato se transcreviam para o livro mestre da contaduría;
- Livro mestre - onde se transcreviam as receitas e despesas referentes a cada contaduría, em partidas dobradas, registrando cada assento o mesmo número de entrada assinalado no livro do tesoureiro-mor, além do número de lançamento no Diário;
- Livro auxiliar - para cada casa de arrecadação, cada um dos contratos, impostos, direitos que fossem cobrados, para que em qualquer momento se pudesse ter conhecimento rápido da conta líquida do crédito e débito respeitante a cada um.

Todos estes livros eram escriturados segundo o novo método de partidas dobradas (colocando-se na página esquerda os créditos - Deve - e na página direita os débitos - Há de haver), e serviam para cada contador-geral entregar ao inspetor-geral dois balanços anuais.

Nas capitânias do Brasil existiam práticas que se assemelhavam às da Tesouraria-Mor, uma vez que também os livros eram rubricados - mas pelo governador e capitão presidente da Junta -, e eram efetuados três balanços:

Balanço semanal - semanalmente somavam-se a receita e a despesa e conferiam-se os valores (dinheiro, ouro em pó e

barra) existentes no cofre da Tesouraria Geral da capitânia com a quantia que resultava da maior receita. Este balanço era entregue ao governador da Junta da Fazenda da respectiva capitânia e era assinado pelo tesoureiro-geral e pelo escrivão da Fazenda Real.

Balanço semestral - nas instruções enviadas pelo Erário Régio às diferentes Juntas das capitânias, relativas aos métodos de escrituração, era referido o exemplo do balanço semestral apresentado ao inspetor-geral pelo tesoureiro-mor. Na Tesouraria-Mor contava-se, na presença do inspetor-geral, o dinheiro que estava no cofre, conferindo-se cada uma das partidas da despesa com os documentos que dela faziam prova. Os documentos eram apresentados ao inspetor-geral que os examinava e cotejava um por um com os assentos do livro, ao mesmo tempo em que cortava cada um com duas tesouradas no alto. Juntando as quantias



'Burra' - arca de ferro chapeada do século XVII.

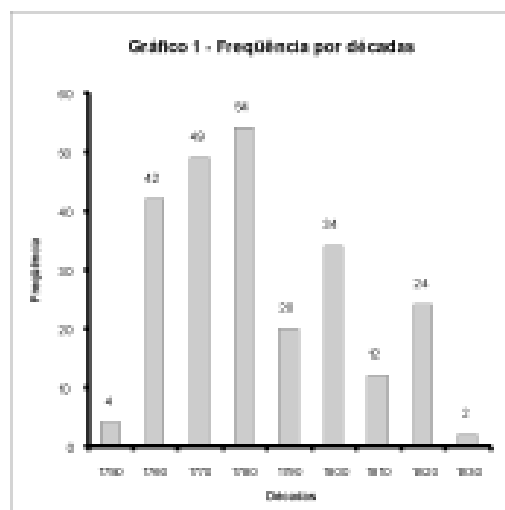
que apresentavam os contadores-gerais, se somassem o mesmo que mostrava o balanço da Tesouraria-Mor, e se o dinheiro contado importasse a mesma quantidade, dava-se a conta por ajustada. Do ajuste, o escrivão da Tesouraria-Mor fazia um termo no livro de receita e despesa (depois do último assento) que era assinado pelo inspetor-geral, e a cópia ia inserida na quitação que se passava ao tesoureiro-mor.

Balanço anual - no final do ano deveria ser tomada a conta do tesoureiro da Junta da Fazenda da capitania da seguinte forma: principiava-se por contar o dinheiro existente, que deveria conferir exatamente com o saldo da maior receita que mostrava o livro caixa, e com o balanço que o contador da contadoria deveria apresentar da conta da caixa do seu livro mestre; seguia-se a conferência de cada uma das partidas da despesa com os documentos que dela faziam prova; concluído o exame dava-se a conta por ajustada ao tesoureiro, lavrando então o escrivão um termo, após o último assento, no livro de receita e despesa, que era assinado pela Junta e deveria ir incluído na quitação que se passava ao tesoureiro-geral.

Características de âmbito cronológico

A documentação sobre o Brasil colonial durante a vigência do Erário Régio compreende um período que vai de 1750 a 1833, sendo as décadas de 1760 a 1780 as de maior produção documental, como

se pode observar no gráfico 1 elaborado com base no levantamento do acervo existente.



Durante os primeiros anos do Erário Régio, verificou-se um reforço do aparelho administrativo e financeiro estatal, que se traduziu no alargamento da jurisdição deste órgão, a quem era atribuído o rendimento de diversos bens, como os da Casa de Bragança, da Casa das Senhoras Rainhas, do donativo dos 4%, oferecido pelo comércio para a reedificação de Lisboa após o terremoto de 1755 etc. Porém, com a morte de d. José I, em 1777, e o afastamento do marquês de Pombal - presidente do Erário desde a sua criação - ocorreram algumas alterações na vida política portuguesa, com consequências inevitáveis para a ação fiscalizadora do Erário. Com d. Maria I a ação do governo exerceu-se no sentido de uma maior liberalização, tanto no plano político como no econômico. Exemplo disso foi a extinção, em 1778, da Com-

panhia do Grão-Pará e Maranhão, e, em 1780, da Companhia de Pernambuco e Bahia. As próprias manufaturas, propriedade do Estado, passaram para o domínio privado. No que se refere à política internacional, o período compreendido entre o final do século XVIII e o início do XIX caracterizou-se por uma instabilidade que repercutiu também em Portugal. Por um lado, o crescimento dos grandes impérios coloniais europeus originou conflitos que se estenderam às áreas de influência portuguesa, tanto no Brasil como na África. Por outro, a ameaça francesa começou a se fazer sentir em Portugal na década de 1790, dividindo a classe dirigente portuguesa e criando uma crise política: de um lado, os defensores do 'partido inglês', que propunham fidelidade à tradicional aliança luso-britânica; de outro, os defensores do 'partido francês', que pretendiam uma aproximação com a França como forma de evitar a revolução. As primeiras décadas do século XIX se caracterizaram por um esforço do governo português em relação à política de defesa, que teria como principal consequência a fuga da família real para o Brasil, em 1807. A estabilidade que marcou os primeiros anos do Erário Régio desapareceu no final do século XVIII e início do XIX. Estes são apenas alguns dos indicadores que explicam a evolução demonstrada no gráfico.

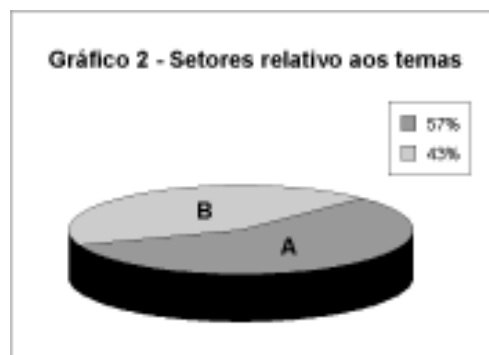
Características de âmbito temático

A documentação relativa ao Brasil existente no Erário Régio pode ser dividida, segundo os temas que aborda, em dois grandes

grupos:

- documentos relativos a operações contabilísticas - considerando neste grupo todos os livros utilizados no registro dos débitos e créditos, ou seja, livros mestre, livros diários, livros borradores do diário, livro de registro de contas, livro de registro dos rendimentos, livros caixa e balanços;
- registro de documentos recebidos e expedidos pela Tesouraria-Mor do Erário e as Juntas da Fazenda das diferentes capitanias do Brasil, tais como: decretos, ordens, instruções, portarias, ofícios e cartas régias, que regulavam o modo de escrituração e explicavam as dúvidas relativas às informações que se encontravam nos livros de contabilidade.

Contabilizando-se os documentos, é possível concluir que um número superior de livros referia-se a operações contabilísticas, como se pode observar no gráfico 2.



A - livros relacionados com o registro de operações contabilísticas.

B - livros relacionados com o registro de documentos recebidos e expedidos.

Se compararmos a freqüência dos livros de registro de operações contabilísticas com os livros de registro de documentos recebidos e expedidos, concluiremos (como se pode comprovar no gráfico 3) que existe uma evolução ao longo do tempo comum aos dois temas, exceto na década de 1770, quando se verifica um certo desvio. Durante este período os livros de registro de documentos recebidos e expedidos diminuem, enquanto aumentam os relativos às operações contabilísticas.

Em relação à forma como os temas se distribuem pelas diferentes contadorias (gráfico 4), verificamos que em todas elas predominam os livros de registro de operações contabilísticas, exceto na Contadoria Geral do Rio e Bahia, criada em 1820.

Características de âmbito orgânico

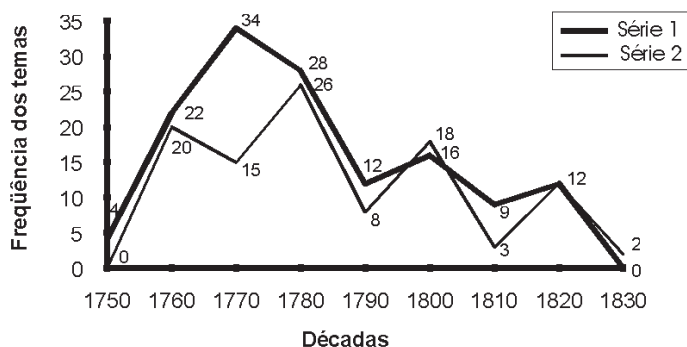
Como já afirmamos, o Erário Régio en-

contrava-se organizado por contadorias que estavam ligadas à Tesouraria-Mor. Os assuntos relativos ao Brasil eram tratados pelas contadorias que constam do gráfico 5.

A contadoria com maior produção documental é a do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, seguida da Contadoria da África Ocidental, Maranhão e comarcas do território da Relação da Bahia. A reformulação destas contadorias, em 1820, e a criação, em seu lugar, da Contadoria Geral do Rio e Bahia nos permitem perceber a importância que estas duas capitanias brasileiras tiveram para a economia portuguesa, principalmente neste período.

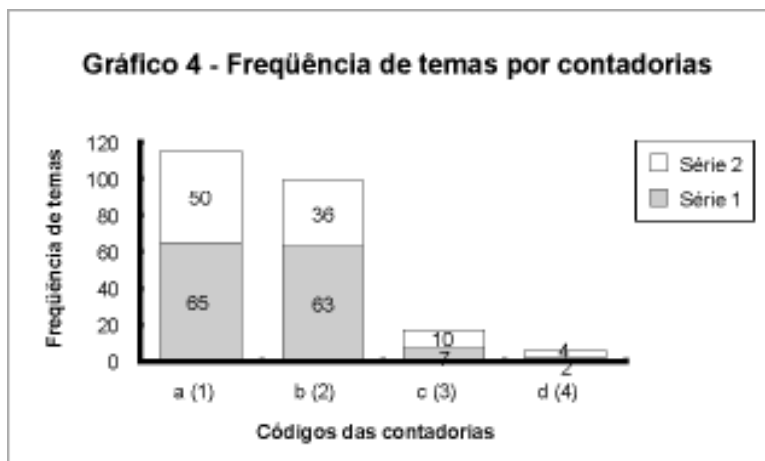
Todo o fundo documental pertencente ao Erário Régio é imprescindível para o estudo da vida financeira do Brasil colonial até à data da sua independência, e mesmo posteriormente. Nele está concentra-

Gráfico 3 - Freqüência dos temas A e B por décadas



Série 1 - tema A (livros relacionados com o registro de operações contabilísticas).

Série 2 - tema B (livros relacionados com o registro de documentos recebidos e expedidos).

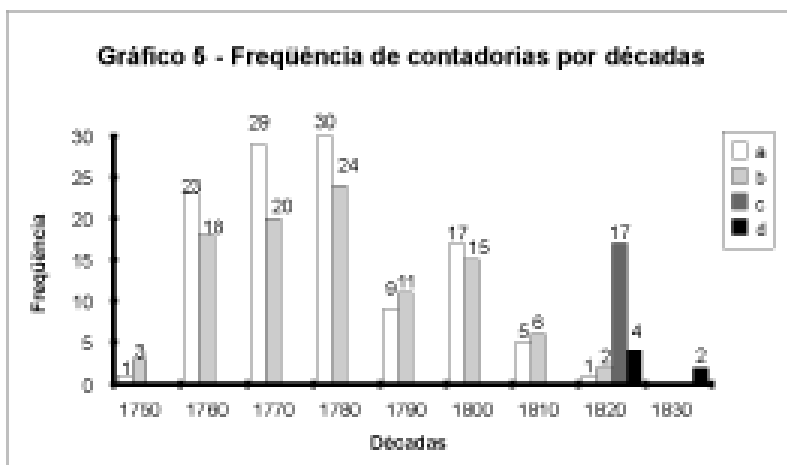


a(1) - Contadoria Geral do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa.

b(2) - Contadoria Geral da África Ocidental, Maranhão e comarcas do território da Relação da Bahia.

c(3) - Contadoria Geral do Rio e Bahia.

d(4) - Contadoria Geral das Ilhas Adjacentes e Domínios Ultramarinos.



a - Contadoria Geral do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa.

b - Contadoria Geral da África Ocidental, Maranhão e comarcas do território da Relação da Bahia.

c - Contadoria Geral do Rio e Bahia.

d - Contadoria Geral das Ilhas Adjacentes e Domínios Ultramarinos.

da a informação sobre contratos, organização administrativa e suas consequências financeiras, relações econômicas entre a metrópole e a colônia, escrituração, salários de funcionários (e as suas implicações sociais), problemas dos colonos, organização militar, bem como as alterações que estas e outras questões sofreram ao longo do tempo.

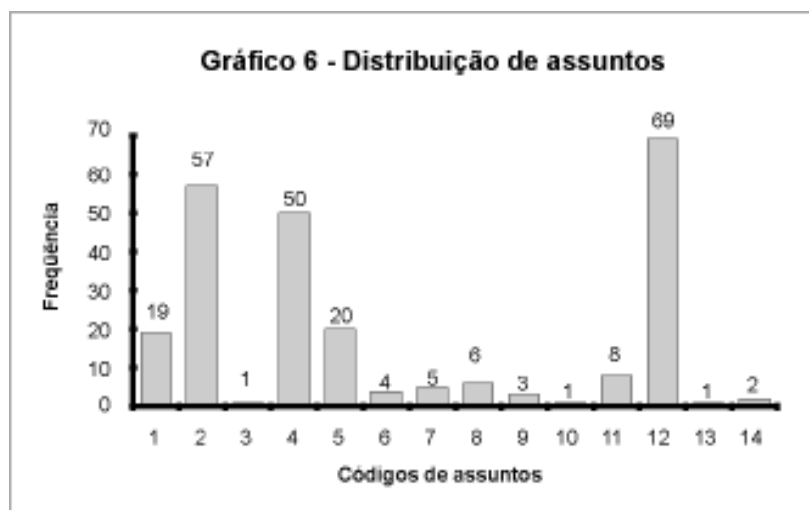
Cartórios avulsos

Para completar a informação fornecida pelo fundo do Erário Régio existem os cartórios avulsos, constituídos na sua maioria por correspondência e documentação ligada a operações financeiras. Os documentos sobre o Brasil abrangem o período histórico situado entre 1700 e 1830, incidindo predominantemente no

século XIX. Esta documentação é importante para ilustrar e justificar determinadas contas que deram entrada para liquidação no Erário Régio e no seu sucessor, o Tesouro Público.

Em relação ao Brasil, a documentação abrange os assuntos que constam do gráfico 6.

No levantamento efetuado, verificou-se que o maior número de documentos está relacionado com questões de contabilidade, ou seja, mapas e cálculos de rendimentos, contas, mapas demonstrativos de receita e despesa, mapas das tesourarias, relações de dívidas etc. Obedecendo uma ordem decrescente de frequência, seguem-se os documentos relativos a nomeações e suspensões de

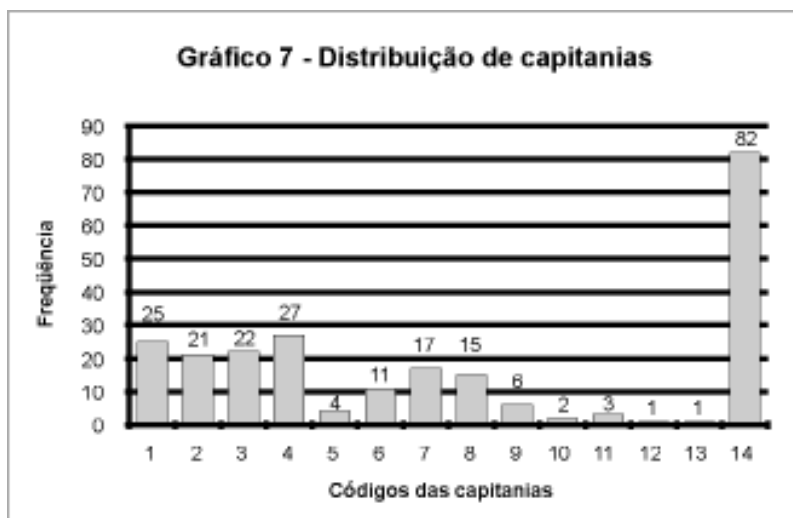


- | | |
|---|--|
| 1 - Contratos | 8 - Pensões |
| 2 - Nomeações/suspensões | 9 - Fábricas |
| 3 - Empréstimos pedidos pela Coroa | 10 - Carta de quitação |
| 4 - Vencimentos | 11 - Processos vários |
| 5 - Despesas das capitânias | 12 - Contabilidade |
| 6 - Dívidas à Coroa | 13 - Empréstimos atribuídos pela Coroa |
| 7 - Organização administrativa e financeira | 14 - Órgãos consultivos |

cargos, tanto de funcionários das Juntas da Fazenda das capitanias como de párocos, e os respectivos vencimentos. Processos relacionados com as arrematações de contratos são uma boa fonte de informação sobre os diferentes tipos e condições dos contratos nas diferentes capitanias do Brasil. As despesas estão relacionadas com o dinheiro gasto pelas Juntas da Fazenda na construção de casas oficiais, ornamentos das igrejas, fardamentos das tropas, obras públicas etc. A par destes assuntos, surgem também outros com representação menor; é o caso dos documentos relativos ao empréstimo pedido pela Coroa às diferentes capitanias para a reconstrução da cidade de Lisboa, às cobranças das dívidas contraídas pelas Juntas da Fazenda,

às instruções de âmbito administrativo e financeiro enviadas ao Brasil, às pensões atribuídas à família dos funcionários régios, às relações das fábricas existentes nas capitanias do Brasil, às cartas de quitação, aos processos vários relacionados com casos particulares que foram acusados pela Coroa. Por fim, os documentos referentes ao empréstimo régio concedido aos agricultores da capitania do Rio de Janeiro e decretos de criação de juntas e comissões consultivas.

As capitanias mais representativas em termos de documentos existentes nos cartórios avulsos podem ser visualizadas pelo gráfico 7. Como se pode observar, os documentos aplicáveis a mais de uma capitania predominam, seguindo-se os que se referem às capitanias de São Pau-



1 - Minas Gerais
2 - Grão-Pará
3 - Pernambuco
4 - São Paulo
5 - Paraíba
6 - Ceará
7 - Bahia

8 - Rio de Janeiro
9 - Rio Grande do Sul
10 - Goiás
11 - Maranhão
12 - Rio Grande do Norte
13 - S. José do Rio Negro
14 - Geral

lo e Minas Gerais; Grão-Pará e Pernambuco também estão bem representadas, assim como Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. Todas as outras capitânicas têm uma frequência mais baixa, e um dos motivos para esta disparidade pode estar na alteração sofrida por suas circunscrições ao longo dos séculos XVIII e XIX. Um estudo desta evolução poderá explicar estas alterações.

Esta coleção é importante não só para completar a informação referente ao funcionamento e competências do Erário Régio, como também para nos dar um testemunho mais real das necessidades sentidas pelas capitânicas, através dos requerimentos por elas encaminhados a este órgão.

Junta da Inconfidência

Em consequência do atentado contra d. José I em 1756, proferiu a Junta da Inconfidência uma sentença, em 1759, através da qual foram incorporados à Coroa os bens que estavam na posse dos réus acusados de lesa-majestade. Alguns meses mais tarde foi decretado o seqüestro dos bens dos regulares da Companhia de

Jesus. São precisamente os livros e documentos relativos a estas incorporações que integram o conjunto documental da Junta da Inconfidência e que se encontram no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. A importância desta coleção para a história do Brasil colonial está relacionada com os documentos sobre os colégios e provedorias da Companhia de Jesus no Brasil que foram extintos e anexados à Coroa portuguesa. São 15 livros e documentos que compreendem o período de 1584 a 1806, sendo o mais antigo um traslado da doação do Colégio dos Jesuítas na cidade de São Salvador da capitania da Bahia.

Trata-se de balanços sobre a receita e despesa dos jesuítas, bem como de relações dos seus rendimentos e bens. Através do estudo desta documentação podem tirar-se conclusões sobre a riqueza dos colégios, sua organização e sua influência na sociedade brasileira.

Cartas de doação, padrão e mercê

Relativamente ao Brasil, esta coleção é composta pelas cartas relacionadas na tabela abaixo:

Título	Data
Carta de doação da capitania situada entre os rios Tuzi até ao rio Caite	1634
Carta de padrão de tença relativa ao rendimento de 1% do ouro e pau-brasil em nome do procurador-geral do noviciado da Índia	1726
Carta de padrão de juro assentado no rendimento do 1% do ouro e pau-brasil	1792
Carta de mercê do ofício de juiz dos órfãos da cidade do Rio de Janeiro	1798

Estes documentos auxiliam a compreensão das relações que se estabeleceram entre Brasil e Portugal durante os séculos XVII e XVIII.

A função de controle das finanças públicas do Estado português foi o grande objetivo dos organismos que antecederam o atual Tribunal de Contas e, tal como afirmamos no início, esta documentação é essencial para uma correta avaliação, especialmente no nível financeiro, das relações que se estabeleceram entre Brasil e Portugal nos séculos XVIII e XIX, po-

dendo por vezes recuar até o século XVII. No entanto, os diferentes setores da sociedade não são compartimentos estanques, e as alterações econômicas são, simultaneamente, causa e consequência da evolução histórica da sociedade, da cultura e da mentalidade.

Com base nas fontes existentes no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, foram elaborados instrumentos de descrição da documentação, bem como publicadas obras e artigos.



*Contador - Ex-libris do Tribunal de Contas.
Gravura de Almada Negreiros.*

A B S T R A C T

The Historical Archives of the Portuguese Audit Office has a lot of documents which reflects the past, in common, between Portugal and Brazil, especially concerning to the financial control of Brazil in colonial times.

It gives some elements to study the accountancy and economical history, allowing a surveying of the administrative and financial organization of 'Juntas da Fazenda' from different Brazilian captainships and their liaisons with the Portuguese Court, as well the study of economical relationship between the two countries, since the beginning of the seventh century to the first half of nineteenth, embracing a geographical area wich goes from the captainship of 'Grão-Pará' to that of 'Rio Grande do Sul'.

R É S U M É

L'Archive Historique de la Cour des Comptes du Portugal détient une documentation qui reflète le passé commun du Portugal et du Brésil, nottament en ce qui concerne le contrôle financier du Brésil colonial.

Cette documentation, en présentant des éléments pour l'étude de la comptabilité et de l'histoire économique, nous permet de connaître l'organisation administrative et financière des 'Juntas de Fazenda' des différentes capitaineries du Brésil et leurs rapports avec la cour portuguese, les relations économiques entre les deux pays dès le début du XVII ème siècle jusqu'à la première moitié du XIX ème siècle, en comprenant les régions du Brésil entre la capitainerie du 'Grão-Pará' et celle du 'Rio Grande do Sul'.

Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e Chagas

Diretora do Arquivo Distrital de Braga, Licenciada em História.

Paula Maria Faria Lamego

Técnica Superiora - 2ª classe de Arquivo, Licenciada em Ciências Históricas.

Paula Sofia da Costa Fernandes

Técnica Superiora - 2ª classe de Arquivo, Licenciada em Ciências Históricas.

A contribuição do Arquivo Distrital de Braga para a história do Brasil colonial

Cidade arquiépiscopal da província do Minho, sede de concelho e capital do distrito, Braga dista cerca de 53 km do Porto e estende-se pelos limites dos contrafortes das altas serranias do Gerês que fazem fronteira com a vizinha Galiza (Espanha).

É, pois, nesta cidade, com cerca de dois mil e trezentos anos de existência, metrópole da primeira província eclesiástica Primaz das Espanhas, em competência com Toledo, e onde a história nacional começou, que se encontra um dos principais arquivos portugueses — o Arquivo Distrital de Braga.

Detentor de inúmeros e valiosos documentos, dos séculos VI ao XIX, oriundos



da Mesa Arcebispal, do cabido e sé bracarenses, este Arquivo Distrital e os repertórios arquivísticos que o constituem são fundamentais para o estudo da história da Igreja, como também do país e de sua evolução política, econômica e social.

Integram, ainda, este Arquivo outros importantes fundos documentais, de que destacamos: os Cartórios Paroquiais e Notariais do distrito; um importante fundo monástico-conventual; os documentos da Câmara Eclesiástica, com os processos de inquirições de *Genere et Vita et Moribus*; a Casa do Auditório e Relação Eclesiástica e o arquivo particular e diplomático do conde da Barca.

O conhecimento das fontes de Portugal

medieval e moderno passa, pois, pela consulta ao Arquivo Distrital de Braga. A sua importância é indiscutível, resultante da responsabilidade que lhe cabe como fiel depositário de peças dignas de pertencerem à *memória do mundo*.

O material reunido encontra-se agrupado nos seguintes fundos arquivísticos: fundo Família Araújo Azevedo, subfundos Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca e João Antônio de Araújo Azevedo; fundo monástico-conventual, a Congregação de S. Bento de Portugal e os Franciscanos (província da Conceição); documentos e livros constantes da Coleção dos Manuscritos e, de interesse ou relativos à emigração, os fundos Governo Civil de Braga e Registro Paroquial.

Como nota final, resta acrescentar que, através deste pequeno guia documental, se pretende chamar a atenção para os aspectos mais significativos daquelas seções e contribuir para a divulgação das fontes arquivísticas.

FUNDO FAMÍLIA ARAÚJO AZEVEDO

O acervo documental que constitui este fundo está atualmente em fase de tratamento, não sendo possível a sua consulta, mas acredita-se que no final deste ano esta situação esteja ultrapassada.

Trata-se de um arquivo de família, na qual se destacam dois membros: Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca e ministro de d. João VI e João Antônio de Araújo Azevedo, seu irmão.

Este núcleo documental possui grande número de documentos fundamentais para a história do Brasil, desde a segunda metade do século XVIII até pouco depois de 1817, ano do falecimento do conde.

SUBFUNDO ANTÔNIO DE ARAÚJO AZEVEDO, CONDE DA BARCA

Antônio de Araújo Azevedo nasceu em Ponte de Lima, em 14 de Maio de 1754, e morreu no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1817.

Cedo ingressou na vida pública, e nos meios mais cultos fez amizades com o abade Correia da Serra e o duque de Lafões, que o iria encaminhar para, entre outras, a carreira diplomática.

Em 1787, iniciou sua atividade diplomática na corte de Haia como embaixador extraordinário. Dois anos mais tarde, viajou pela Alemanha, onde estudou ciências e literatura alemã com os homens mais notáveis da época, sendo transferido, em 1801, para a corte de S. Petersburgo, onde permaneceu por três anos.

Em 1804, detinha a Pasta dos Estrangeiros e da Guerra, e dois anos depois já exercia funções no Ministério do Reino.

Em 1807, embarcou para o Brasil levando consigo a sua preciosa livreria - que depois legou à Biblioteca Nacional -, uma tipografia completa, a primeira regular que houve no Brasil, uma riquíssima co-

leção mineralógica e uma coleção de instrumentos para o estudo da química.

No Brasil, desenvolveu uma série de atividades que só poderiam ser levadas a cabo por um homem do seu calibre e com a larga experiência adquirida nas viagens e contatos feitos em vários países que percorreu.

Em 1814, foi novamente chamado à atividade política, sendo nomeado ministro da Marinha, e pôde então expandir a sua ânsia de aplicar frutuosamente os seus conhecimentos científicos. Em sua casa instalou um alambique de sistema escocês; na capitania do Espírito Santo um engenho de serrar madeira; encorajou a manufatura de cerâmicas; propagou a cultura de chá no Jardim Botânico do Rio de

Janeiro, mandando vir chineses para cuidar do plantio e cultura; chamou portuenses e madeirenses para que ensinassem o cultivo da vinha e fabrico de vinhos; aperfeiçoou a extração de óleo de urucu; estabeleceu uma Impressão Régia e fundou, entre várias sociedades prestimosas, a Academia de Belas Artes, para a qual mandou vir da França professores de grande mérito, ali escolhidos, por ordem sua, pelo marquês de Marialva.

Faleceu em 1817 e foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.

Devido à sua grande importância e por ter vivido cerca de dez anos no Brasil, o conde da Barca deixou um arquivo com inúmeros documentos fundamentais para a história deste país e que permanecem até



Sala do Arcaz - estantaria do séc. XVIII - Arquivo Distrital de Braga.

hoje praticamente inéditos.

São os seguintes alguns dos documentos de seu arquivo:

- Açúcar: estudos sobre plantações e engenhos [séc. XIX];
- Ânua ou anais da província do Brasil dos dois anos de 1624 e de 1625. E sucessos respectivos às casas que por esse tempo conservavam naquele Estado os extintos jesuítas [séc. XVIII] (cota: Ms.704);¹
- Botânica: memórias científicas, espécies vegetais do sertão brasileiro, bosques dos Ilhéus, construção do Jardim Botânico [séc. XIX];
- Comércio com e para o Brasil; Companhia do Grão-Pará e Maranhão; contrato do pau-brasil; contrato de diamantes; tratado do comércio com a Inglaterra e as suas influências para a economia brasileira [séc. XVIII-XIX];
- Correspondência recebida

Remetentes:

- ARAÚJO, Luís Manuel de - Capitania do Maranhão - 2.4.1809;
- AZAMBUJA, João Frederico Torlade Pereira de - Marinha - 17.2.1816;
- BARROS, José Caetano de - Laboratório químico do Rio de Janeiro - séc. XIX;
- BRITO, d. Marcos de Noronha e, conde dos Arcos - Capitania da Bahia de Todos os Santos - 21.5.1812 - 29.9.1814;
- BROTERO, Felix de Avelar - Botânica -

18.2.1812 - 15.7.1817;

- BULHÕES, Luís Justo de - Pernambuco - 12.1.1815;
- CÂMARA, Manuel Ferreira - Mineralogia no Tijuco - 24.4.1811 - 12.5.1817;
- CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo - Escravatura - 13.11.1815 - 19.4.1816;
- CARVALHO, Vicente Venceslau Gomes de - Mineralogia - séc. XIX;
- CASTELO BRANCO, Pedro Gomes Ferrão de - Estabelecimento de uma livraria pública na Bahia - 29.7.1811 - 7.9.1813;
- CÉSAR, José Pedro - Estradas de Porto Alegre - 20.1.1817 - 1.3.1817;
- COHN, Leão - Comércio do Rio de Janeiro - 1.2.1815;
- CONDE DE MOUSTIER - Organização do Brasil - 6.12.1810-17.12.1810;
- CUNHA, José Marcelino da - Porto Seguro - 3.2.1813 - 12.11.1814;
- ESCHeweGE, barão de - Mineralogia e metalurgia - 19.9.1811 - 1.12.1816;
- FRASER, Charles - Agricultura e escravidão - 22.6.1811;
- LASSO, Elias Batista Pereira de Araújo - Revolução Pernambucana - 3.2.1813 - 2.6.1817;
- LISBOA, Baltazar da Silva - Rio de Janeiro e Brasil em termos gerais - 7.3.1808 - 23.11.1814;
- LOBATO, Luís Antônio de Oliveira Men-

- des Dias - Rio de Janeiro e Brasil em termos gerais - ? 1814 - 2.3.1817;
- NOBRE, Francisco Inácio de Siqueira - Pau-brasil - 1808;
 - PEREIRA, José Rebelo de Sousa - Capitania do Ceará - 2.1.1814;
 - PINA LEITÃO, Antônio José Osório de - Revolução Pernambucana - 16.2.1813 - 17.3.1817;
 - PONTES, Felisberto Caldeira Brant - Sublevação de negros e Revolução Pernambucana - 13.1.1811 - 23.3.1817;
 - RATTON, Jácome - Agricultura, comércio e indústria - 1.3.1806 - 13.4.1817;
 - REIS, Ambrósio Joaquim dos - Agricultura, comércio e ensino no Brasil - 24.7.1810 - 5.12.1816;
 - SAMPAIO, Manuel Inácio de - Governador do Ceará - Governo da capitania do Ceará; Revolta dos eclesiásticos - 25.2.1812 - 8.12.1815;
 - SERRA, abade José Correia da - Ascendência do Brasil a Reino - 11.12.1801 - 18.7.1816;
 - SILVA, Antônio Pires da - Sertão brasileiro - 13.8.1816;
 - SILVA, Teotônio José da - Companhias gerais - 30.4.1814 - 1.1.1817;
 - SILVEIRA, Miguel de Arriaga Brum da - Processo de envio de chineses para o Brasil - 29.6.1810 - 22.4.1812;
 - SOTTOMAYOR, Inácio de Sá - Plantações e ouro - 16.8.1811-21.5.1817;
 - VARNHAGEN, Frederico Luís Guilherme - Capitania de S. Paulo - 20.7.1814 - 2.3.1817;
 - WOODFORD, E. H. - Clima, flores e plantação em S. Paulo - 2.11.1811 - 11.4.1816;
 - Descrições geográficas, topográficas e econômicas de uma grande parte do território brasileiro, nomeadamente Mato Grosso, Maldonado, Rio da Prata; Ilha de Santa Catarina, Porto Seguro, Rio Grande de S. Pedro do Sul, Minas Gerais, Rio Giquitinhonha [séc. XVIII e XIX];
 - Discurso sobre a execução do tratado de limites por Alexandre de Gusmão (cota: Ms.617);²
 - Documentação sobre a construção do Paço Carioca (1809);
 - Duas memórias sobre navegação, uma referente à navegação do rio Doce em 1810 e outra sobre o trânsito marítimo no Rio de Janeiro em 1814;
 - Estabelecimento de correios entre capitanias [séc. XIX];
 - Exército: despesas, tipo de armamento, questões relacionadas com a defesa militar do território [séc. XVIII e XIX];
 - Gestão das fazendas pertencentes ao conde da Barca: aforamento da fazenda do arcediago Antônio de Siqueira, com mais de 400 escravos; a sesmaria da Ponta do Gentio; a fazenda da Estrela; plantações; a vinda de chineses para ensinarem a plantar chá [séc. XIX];

- Itinerários e descrições das expedições no interior do Brasil [séc. XVIII];
- Laboratório químico do Rio de Janeiro, do qual Antônio de Araújo Azevedo tinha sociedade com José Caetano de Barros, e que estava ligado a uma botica [séc. XIX];
- Mapas estatísticos sobre a população de diversas capitanias (1801-1813); mapas, memórias e relações estatísticas sobre a produção, rendimentos e despesas de várias capitanias, entre elas os estudos para o Piauí e a Bahia [séc. XIX];
- Mineralogia: estudos relativos a minas, sua localização, administração e cobrança dos quintos [séc. XVIII e XIX];
- Revolução Pernambucana [séc. XIX];

- Trânsito: problema das ligações terrestres, abertura de estradas e descrição das mesmas [séc. XIX].

SUBFUNDO JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO AZEVEDO

João Antônio de Araújo Azevedo foi um homem ligado ao direito e às leis. Não se sabe a data do seu nascimento nem de sua morte.

Teria recebido o título de fidalgo da Casa Real em 9 de janeiro de 1781.

Em 14 de outubro de 1793, tomou posse do lugar de juiz de fora do cível ou crime da Vila de Viana, lugar que manterá até 28 de fevereiro de 1799.

Por carta régia de 10 de setembro de 1798, recebeu mercê do lugar de prove-



Fachada da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga.

dor da comarca de Coimbra, ocupando em 1805 o cargo de conselheiro da Real Fazenda e título do Conselho do Rei, cargo este atribuído pelo rei d. João VI.

Foi desembargador efetivo da Relação e Casa do Porto (1805), mas não chegou a exercer o cargo, passando para desembargador ordinário da Real Fazenda, em virtude de ser irmão do conde da Barca, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Teria embarcado para o Brasil após a morte do irmão como seu herdeiro universal.

João Antônio de Araújo Azevedo recolheu, ao longo de sua vida, a mais variada legislação, sendo de referir aquela sobre o Brasil, cujas datas se balizam entre 6 de junho de 1775 e 6 de julho de 1820. Trata-se de documentação impressa e de cópias manuscritas que somam um total de 58 documentos.

- Alvarás, decretos e leis sobre sesmarias, companhias gerais, marinha, exército, impressão régia, impostos, juiz de fora, criação de comarcas e vilas, comércio e administração da justiça.

Para além desta legislação, existem outros documentos igualmente relevantes para o estudo da história do Brasil.

- Administração das fazendas do conde da Barca no Brasil (1817-1818);
- Avaliação das casas do conde da Barca e da sua biblioteca no Rio de Janeiro (1820-1821);
- Plantas que tenho na chácara, seus no-

mes portugueses e os científicos, (18??)

Poderá ser consultado: José V. Capela. "Antônio de Araújo Azevedo e Brasil: a importância do arquivo de Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca, para a história do Brasil no fim do período colonial". In: sep. da *Revista Bracara Augusta*. Braga, s.ed., 1992.

FUNDO MONÁSTICO-CONVENTUAL

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, a documentação pertencente aos mosteiros foi inicialmente incorporada à Fazenda do distrito, passando, posteriormente, pelo decreto 2.286, de 11 de agosto de 1917, que criou o Arquivo Distrital de Braga, para os depósitos desta instituição.

FUNDO CONGREGAÇÃO DE S. BENTO DE PORTUGAL

- Documentos diversos relativos à província do Brasil [séculos XVI e XVII] (cota: CSB 37);
- Estados do Mosteiro de Monteserrate no Rio de Janeiro (1620-1793) (cota: CSB 134, 135);
- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção: cidade de S. Paulo (1726-1792) (cota: CSB 144);
- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas: recôncavo da Bahia de Todos os Santos (1711-1789) (cota: CSB 141);

- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Santos (1650-1792) (cota: CSB 140);
- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate de Paraíba: hoje cidade João Pessoa, estado da Paraíba - Brasil (1645-1793) (cota: CSB 141);
- Estados do Mosteiro de S. Bento da Bahia do Brasil (1652-1740); Estados do padre procurador da província beneditina do Brasil (1716-1728); Lista de embarque de açúcar (1764-1766); Conta dos gêneros mandados de Lisboa (1767); Procuradoria do Brasil (1716-1728). (cota: CSB 136);
- Estados do Mosteiro de S. Bento da



Salão do Castelo - Seção Notarial - Arquivo Distrital de Braga.

Bahia do Brasil (1764-1800) (cota: CSB 137);

- Estados do Mosteiro de S. Bento de Olinda em Pernambuco (1657-1756, 1769-1799) (cota: CSB 138, 139);
- Estados dos mosteiros beneditinos no interior de S. Paulo [Paranaíba, Jundiá, Sorocaba] (1736-1789) (cota: CSB 145);
- Inquirições de *gênere, vita et moribus* de pretendentes ao hábito de S. Bento para a província do Brasil [século XVIII] (cota: CSB 50-56);
- Sindicacões da província do Brasil (1724-1761, 1764-1800) (cota: CSB 321, 322).

Poderá ser consultado:

Antônio de Sousa Araújo e Armando B. Malheiro da Silva, *Inventário do fundo monástico-coventual*, Braga: Arquivo Distrital de Braga-Universidade do Minho, 1985.

FUNDO FRANCISCANOS (PROVÍNCIA DA CONCEIÇÃO)

- Patente para inquirições de noviços da província da Imaculada Conceição do Reino de Portugal e estado de Maranhão [séc. XVIII] (cota: Ms. 9).³

Coleção de Manuscritos

- Antídoto. Dissertação escrita e recitada por José Lopes Ferreira na Academia dos Renascidos Baienses, no dia 23 de outubro de 1759. 1759 (cota: Ms. 872-j);

- Apontamentos de flora brasileira e de plantas que para ali foram levadas. 1816 (cota: Ms. 84);
- Apontamentos de história natural [século XIX] (cota: Ms. 886);
- Carta de brasão das armas passada pela rainha d. Maria II a favor de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz e governador da capitania do Espírito Santo no Brasil. 1798 (cota: Ms. 1006);
- Carta de Gonçalo Xavier de Alcaçova a d. Vicente de Sousa [século XVIII], [fls.174-177v.] (cota: Ms. 640-u);
- Carta régia de d. José I para o marquês de Lavradio, capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, para que reprima a vadiagem existente no Brasil. 1792 (cota: Ms. 895-6);
- Coleção de autógrafos inéditos do célebre médico português Ribeiro Sanches [século XVIII] (cota: Ms. 640);
- Diário que fez o exmo. sr. d. fr. Caetano Brandão, arcebispo e senhor de Braga primaz quando era bispo no Pará em os Estados do Brasil. [século XVIII] (cota: Ms. 330);
- Dos diamantes - sétima inspeção ou dedução compendiosa dos contratos da mineração dos diamantes... [século XVIII] (cota: Ms. 757);
- Ensaio da física vegetal dos bosques dos Ilhéus [século XIX] (cota: Ms. 577);
- *Enumeratio stispium Brasiliensium*

quarum semina collegimus at que ad limaeantum sistema digestas sintimus secundum classes, Ordines, Genera, Species et varietatis. 1806 (cota: Ms. 652);

- História e geografia brasileiras [14 fls. s/num. (15-39)] (cota: Ms. 231-a);
- Instituição da Companhia Geral para o Estado do Brasil [fls. 265-299] [século XVIII] (cota: Ms. 872-I);
- Jornada do sr. d. João VI ao Brasil em 1807 [século XIX] (cota: Ms. 1117);
- Lavouras e sobre a Fábrica do Tabaco no Brasil [século XVIII] [fls. 172-173 v.] (cota: Ms. 640-t);
- Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio à maneira de itinerário, com um apêndice. 1801 (cota: Ms. 620);
- Miscelânea de assuntos de caráter místico, de moral, de geografia, sentenças e adágios, de história e várias outras notícias [século XVIII] (cota: Ms. 231);
- Notícia da tomada da praça da Nova Colônia do Sacramento situada nos domínios d'el-rei de Portugal no país da América. 1762 (cota: Ms. 507-10);
- Notícias do Brasil. 1787 (cota: Ms. 90);
- Novo método de fazer o açúcar ou reforma geral dos engenhos do Brasil em utilidade particular e pública [século XVIII] (cota: Ms. 503);

- Pastoral de dom frei Antônio do Deserto, bispo do Rio de Janeiro. 1760 (cota: Ms.895-28);
- Pauta composta pelo ensaiador da Casa da Moeda da Bahia, Clemente Álvares de Aguiar. 1783 (cota: Ms. 82);
- Regimento do fiscal de diamantes em 1772. [1772] (cota: Ms. 946-10);
- Representação que ao fidelíssimo e augusto senhor rei d. João o quinto fez Alexandre de Gusmão, expondo-lhe os importantes e relevantes serviços, que pelo discurso de muitos anos fez à Coroa, rogando-lhe a mais correspondente e justa remuneração [século XVIII] [fls. 32-83] (cota: Ms. 617-b);
- Resposta que deu Alexandre de Gusmão, conselheiro do Conselho Ultramarino sobre a representação antecedente, feita a el-rei d. José I, pelo brigadeiro, ex-governador da Colônia do Sacramento [fls. 126 v-151 v]. 1751 (cota: Ms. 520-f);
- Treslado fiel de uma carta enviada por S. S. o papa Clemente VI ao amado filho Lopo Furtado, general da armada de Portugal, conde do Rio Grande. 1717 (cota: Ms. 100-n).

FUNDO GOVERNO CIVIL DE BRAGA



Governo Civil é um órgão de administração distrital que surgiu em Portugal em 1835, apesar das suas origens remontarem aos séculos XIII-XIV.

A história desta instituição reflete os

acontecimentos e as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas ao longo do século XIX. A concessão de atribuições e poderes ao governador civil dependia do regime que vigorasse, mais ou menos favorável à centralização administrativa.

No entanto, algo de constante permaneceu inerente à figura deste magistrado, que foi o fato de representar o governo e de ser o elo de ligação entre o poder central, que o nomeava, e o poder local que supervisionava, administrava e tutelava.

Durante todo o século XIX e início do XX, apesar do Brasil já se ter libertado do domínio português, a emigração de portugueses para a ex-colônia não diminuiu, pelo contrário, cresceu à medida que vivia o século. Tal fato levou a um aumento da produção de documentos relacionados à emigração - como, por exemplo, a concessão de passaportes, autorização de ausência para o estrangeiro etc. -, que era, e é, da competência do Governo Civil.

Esta documentação revela-se de grande interesse quer para o estudo da demografia portuguesa e brasileira e de movimentos populacionais, quer para estudos genealógicos, nomeadamente de famílias brasileiras de origem portuguesa. As séries referentes ao tema são as seguintes:

- Autos de consentimento a menores para embarcar para o Brasil [1930];
- Guias de pedidos para concessão de

passaportes [1890-1924];

- Pedidos de visto de passaportes [1926];
- Processos para concessão de passaportes [1958, 1962];
- Registro de passaportes [1866-1987];
- Requerimentos de passaportes [1919-1929].

Estas mesmas séries poderão ainda ser consultadas no Arquivo do Governo Civil, mediante autorização especial.

FUNDO REGISTRO PAROQUIAL

O distrito de Braga está subdividido administrativamente em 13 concelhos, que estão por sua vez subdivididos num total de 443 freguesias.

O Registro Paroquial é constituído pelos livros paroquiais (freguesias) em que foram lavrados os assentos de batismo, casamento e óbito, feitos pelos párocos das freguesias. Além desta função específica, os livros paroquiais serviram também de registro dos rois de confessados e crismados, dos testamentos, dos bens de alma, dos inventários das igrejas e outros assuntos de interesse local.

Os primeiros assentos paroquiais (de casamento) datam dos finais do século XV e foram elaborados no seguimento das recomendações feitas em 9 de junho de 1462 por d. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa, no capítulo de visitação à sua diocese.

No século seguinte, a Constituição de Lisboa de 1536 veio determinar a realiza-



Salão Medieval Superior - Seção Notarial - Arquivo Distrital de Braga.

ção dos assentos de batismo e óbito. No entanto, só depois da 24ª sessão do Concílio de Trento (1563), cujas decisões foram confirmadas pela bula *Benedictus Deus* (1564), mandada executar em Portugal a 5 de setembro do mesmo ano, por alvará do rei d. Sebastião, os registros de batismo e casamento assumem caráter obrigatório.

Após a implementação da República, e a partir de 1º de abril de 1911, os livros paroquiais foram entregues por imposição legal às repartições do Registro Civil - criado em 18 de fevereiro do mesmo ano -, onde permaneceram até à sua incorporação nos arquivos distritais, resultado da aplicação do decreto n. 1.630, de 9 de julho de 1915.

O fundo documental encontra-se totalmente microfilmado. Poderá ser consultado o "Inventário Coletivo dos Registros Paroquiais". [Lisboa], Secretariado de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Inventário do Patrimônio Cultural Móvel, 1994, vol. 2.

Concelho de Amares

(24 freguesias)

R. B. [1552-1879]

R. C. [1565-1885]

R. O. [1566-1880]

R. T. [1721-1911]

Concelho de Barcelos

(94 freguesias)

R. B. [1536-1882]

R. C. [1531-1883]

R. O. [1536-1883]

R. T. [1694]

Concelho de Braga

(58 freguesias)

R. B. [1531-1891]

R. C. [1526-1890]

R. O. [1540-1890]

R. T. [1715-1866]

Concelho de Cabeceiras de Basto

(17 freguesias)

R. B. [1555-1850]

R. C. [1515-1843]

R. O. [1577-1850]

R. T. [1722-1807]

Concelho de Celorico de Basto

(22 freguesias)

R. B. [1567-1890]

R. C. [1568-1890]

R. O. [1565-1890]

R. T. [1719-1864]

Concelho de Esposende

(15 freguesias)

R. B. [1564-1860]

R. C. [1581-1867]

R. O. [1562-1882]

R. T. [1718-1859]

Concelho de Fafe

(36 freguesias)

R. B. [1571-1878]

R. C. [1565-1896]

R. O. [1565-1872]

R. T. [1732-1861]

Concelho de Póvoa de Lanhoso

(29 freguesias)

R. B. [1536-1876]

R. C. [1543-1876]

R. O. [1556-1877]

R. T. [1637-1855]

Concelho de Terras do Bouro

(17 freguesias)

R. B. [1543-1860]

R. C. [1550-1871]

R. O. [1550-1876]

R. T. [1726-1807]

Concelho de Vieira do Minho

(20 freguesias)

R. B. [1538-1885]

R. C. [1537-1882]

R. O. [1543-1885]

R. T. [1658, 1719-1845]

Concelho de Vila Nova de Famalicão

(51 freguesias)

R. B. [1570-1883]

R. C. [1569-1883]

R. O. [1572-1883]

R. T. [1634-1834]

Concelho de Vila Verde

(60 freguesias)

R. B. [1536-1888]

R. C. [1556-1894]

R. O. [1558-1888]

R. T. [1670-1881]

Siglas usadas:

R. B.- Registros de batismo

R. C.- Registros de casamento

R. O.- Registros de óbito

R. T.- Registros de testamento

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Telefone (053) 612234 • Universidade do Minho • TeleFax 053-616936

e-mail: adb@uminho.pt • URL: <http://www.adb.pt>

N O T A S

1. No início deste século, no Arquivo Distrital de Braga, foi constituída uma Coleção de Manuscritos, ainda hoje existente, sobre a forma de catálogo. Contudo, alguns dos documentos aí incluídos pertencem, em princípio, ao fundo Família Araújo Azevedo. Assim, foi estipulado que essa ordem não seria alterada, ficando esses documentos depositados no rol dos manuscritos onde se encontram há muitos anos, mas intelectualmente ligados ao fundo a que pertencem.
2. O mesmo da nota anterior.
3. Na Coleção dos Manuscritos, atrás referida, foram também incluídos documentos provenientes de mosteiros e conventos, que fisicamente se mantêm aí, mas arquivisticamente são remetidos para o seu contexto orgânico.

A B S T R A C T

Braga's District Archives possess an extremely rich collection of documents, highly important for research in many areas of the historical sciences. This work endeavours to describe the articles of these archives which are of interest to the Brazilian history.

R É S U M É

Les Archives du District de Braga conservent un très riche patrimoine en documents, remarquablement intéressant pour la recherche dans plusieurs domaines des sciences historiques. Dans ce travail nous présentons ces fonds d'archives qui ont un intérêt pour l'histoire du Brésil.

Rápido passeio por outros arquivos portugueses



conhecedor *in loco* dos arquivos portugueses de in-

teresse para a história do Brasil

que folhear as outras páginas deste número de *Acervo*, ou mesmo passar uma vista d'olhos sobre o sumário, dirá que, no essencial, as instituições e, por extensão, os fundos documentais a serem contatados ali se encontram referidos e apresentados.

Verdade? Não, meia verdade. A noção mais elementar que o candidato às lides arquivísticas na nossa ex-metrópole talvez tenha é a de que os dois principais arquivos surgem sempre com natural e justificável exuberância. Mesmo para os não-iniciados é indubitável que, pela or-



dem, o Arquivo Histórico Ultramarino e os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, com diferentes organizações

de acervos e com distintas condições de acesso e de trabalho, perfilam-se como o 'núcleo duro' do objeto-tema deste número da revista do Arquivo Nacional.

Uma avaliação menos apressada - ou pouco mais rigorosa - exigiria, de imediato, a inclusão dos fundos arquivísticos integrados à Biblioteca Nacional de Lisboa. Observação e reparo irrefutáveis, se quisermos nos ater ao cabalístico número três e a ele nos circunscrevermos, quando da realização de pesquisas documentais em plagas lusitanas. A rigor, o Ultramarino, a Torre do Tombo e a Biblioteca

Nacional, para adotar a terminologia coloquial dos seus consulentes, formam o triângulo básico de trabalho para os interessados no estudo da história brasileira colonial.

Porque assim é ou, pelo menos, porque é assim que temos observado serem a prática e o exercício da atividade investigatória nos arquivos de Portugal, e porque apenas a última das três instituições referidas não estampa nesta revista as fecundas potencialidades que os seus fundos documentais oferecem, começamos por apresentar uma idéia, ainda que pálida, de seus acervos concernentes à história do Brasil.

Os manuscritos de nosso interesse - avulsos ou sob a forma de códices - encontram-se armazenados na Divisão dos Reservados da Biblioteca, em Campo Grande. Ali, sem prejuízo da lenta consulta aos 'ficheiros' dos chamados *Manuscritos avulsos*, as nossas atenções justificadamente convergem para a pesquisa na coleção *Pombalina* e no núcleo dos *Códices*.

A *Pombalina*, composta por 758 códices, provém da compra feita pelo Estado português, em fins do século passado, aos herdeiros do primeiro marquês de Pombal. Apesar das aparências, nela não se encontram fontes apenas respeitantes ao período de governação do marquês, ao arquivo pessoal dele, mas também documentos balizados cronologicamente entre os séculos XV e XIX.

É natural, porém, que o fulcro desse

acervo sejam os documentos produzidos na segunda metade do setecentos, sobretudo entre 1750 e 1777, estendendo-se ainda aos anos que medeiam da queda do célebre ministro ao momento de sua morte.

Do precioso fundo se fez circunstanciado inventário, no ano seguinte à incorporação daquela massa documental à Biblioteca Nacional. Nele, em 1889, José Antônio Muniz descreveu o conteúdo de cada um dos códices, complementando-o com a elaboração de dois índices: um de assuntos (p. 1-122) e outro onomástico (p. 123-143).

Não é o caso aqui de apontar a tão variada gama de assuntos sobre os quais versam aqueles documentos. Cremos, no entanto, que, para ficar em um ou dois exemplos de grande impacto para o estudo da realidade do Brasil colonial, o conjunto de documentos relativos aos jesuítas e, intimamente a eles respeitantes, os que se referem à governação de Francisco Xavier Furtado de Mendonça na Amazônia. A ter em conta também um considerável acervo de leis, decretos, alvarás, ofícios e ordens régias, sobretudo do século XVIII, subordinados às chamadas 'coleção Josefina' e 'coleção de d. Maria I'.

Quanto aos códices (anteriormente designados Fundo Geral de Manuscritos: Códices ou Fundo Geral: Códices), cujo número supera a casa de 13 mil volumes documentais, sua consulta só se pode efetuar *in loco*, através de fichas exis-

tentes em gavetas de móveis de madeira localizadas na sala de leitura da Divisão dos Reservados em causa.

Se, na nossa 'peregrinação', ficássemos circunscritos aos três mencionados arquivos, por certo que, repita-se, teríamos tido acesso à parte mais substantiva - quantitativa e qualitativamente falando - da documentação manuscrita respeitante ao Brasil colonial depositada em instituições culturais portuguesas.

Assim procedendo, no entanto, estaríamos deixando de lado um alentado universo de fontes, independentemente do que ora nos é apresentado como existente nos arquivos históricos da Casa da Moeda e do Tribunal de Contas, em Lisboa, no Arquivo Distrital de Braga e na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Mais. Estaríamos repetindo e, com isso, reafirmando o comportamento típico que, *grosso modo*, é (ou era?) perpetrado pelo pesquisador de que falamos: o de confinar seus trabalhos de investigação aos principais arquivos públicos de Lisboa e, permitam-nos menção forte a um corolário dessa atitude: o de convergir suas consultas e apontamentos para a documentação que respeita a seus temas-objetos de tese ou de dissertação acadêmicas. Com isso, se a historiografia brasileira, mormente aquela que é produzida nos cursos de pós-graduação de dentro ou de fora do país, tem sido inquestionavelmente enriquecida por trabalhos - alguns exaustivos e definitivos - de garimpagem arquivística sobre deter-

minados temas nas instituições portuguesas, por outro lado, muito pouco se vinha fazendo no sentido de dar conhecimento a um público mais amplo dos ricos recheios documentais depositados em Portugal relativos à nossa história.

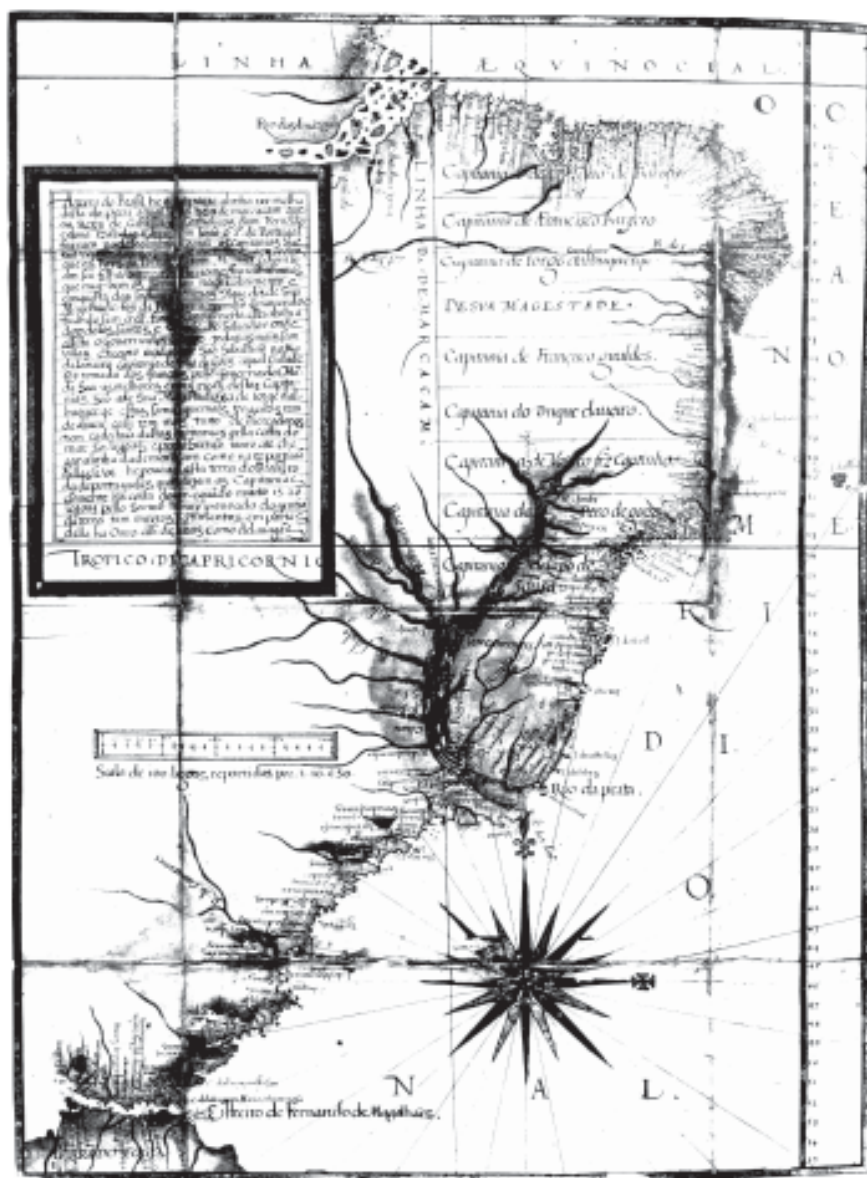
É óbvio que a mera consulta às referências documentais e bibliográficas veiculadas nas páginas finais dos referidos trabalhos acadêmicos dá-nos uma noção desse manancial de fontes. Todavia, nada que se possa comparar com a ostensiva (por que não dizer cívica?) política de identificação e reprodução dos documentos relativos à história do Brasil depositados em Portugal, desenvolvida no século passado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que vem sendo ultimamente implementada pela meritória ação do Projeto Resgate, capitaneado pelo Ministério da Cultura do Brasil.

Retornemos ao vetor que deve orientar este artigo para assinalar, mesmo tardia e talvez desnecessariamente, que o escopo básico dos acervos documentais sob análise é de natureza político-administrativa, reduz-se (quase que) exclusivamente ao período colonial de nosso país, trata de temas de interesse coletivo (razão pela qual investigações de vertente genealógica, por exemplo, não são aqui tidas como prioritárias) e se volta, mesmo não fetichizando-o, para o documento escrito. Com isso, essas nossas achesgas não atenderão em pleno aos interesses, por exemplo, dos pesquisadores em história das artes plásticas e da arquite-

tura. Ademais, não buscamos identificar e sequer mencionar os valiosos arquivos notariais, eclesiásticos e mesmos os municipais, exceto quando os mesmos, não de maneira esparsa ou atomizada, têm núcleos ou fundos reunindo documentos sobre o Brasil.

Ressalvas feitas, cumpre então visitar alguns outros acervos arquivísticos concernentes à história brasileira. Em Lisboa, logo avulta o da Biblioteca da Ajuda, localizado na ala norte da parte térrea do Palácio Nacional homônimo.

Ali a documentação relativa ao nosso país



Mapa do Brasil com as divisões em capitãias. Roteiro de todos os sinais (...) que há na costa do Brasil de Luís Teixeira. c. 1586. Lisboa, Biblioteca da Ajuda.

já se encontra praticamente anunciada graças ao denodado esforço de Carlos Alberto Ferreira, que fez publicar em 1946 o seu volumoso *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, obra para a qual o autor preparou um índice, impresso à parte pelo Arquivo Nacional do Brasil, em 1968.

Esses dois instrumentos de trabalho, conquanto tenham sido divulgados há décadas, e mesmo sendo de extrema utilidade, não dispensam a consulta das tabelas de conversão de parte das cotas pelas quais estão referidas nas duas obras.

Além disso, nem todas as fontes de interesse direto para a história brasileira estão identificadas. Tudo indica que o maior volume dessas fontes já tenha sido objeto de divulgação. Contudo, um exaustivo inventário de 'documentos avulsos' vem sendo elaborado pelos técnicos especializados daquela biblioteca, já há alguns anos. É aguardar para conhecer, dimensionar e debruçar-se sobre este acervo complementar.

De toda forma, como se vê, a consulta à Ajuda (novamente a linguagem coloquial) é ponto de nossa passagem - e passagem - obrigatória. Sem falar do riquíssimo acervo bibliográfico ali existente, e só para mencionar um fundo muito solicitado, aponte-se a não menos rica coleção *Jesuítas na Ásia*, imprescindível para, no mínimo, as desejadas análises comparativas entre a atuação dos inacianos no Oriente e no Brasil.

Aliás, se, como lembrou definitivamente Capistrano de Abreu, a história do Brasil colonial não estará realizada enquanto não tiver o domínio da história da atuação da Companhia de Jesus entre nós, até, pelo menos, 1759, ano de sua extinção, cumpriria referir, para além de todas as instituições acima aludidas, a biblioteca da *Revista Brotéria*, em Lisboa, e o Arquivo Distrital e Biblioteca Municipal de Évora.

Ainda na capital portuguesa, assinale-se a existência de um repositório documental pouco ou quase nada consultado pelos pesquisadores aqui abordados: o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na realidade, este especializado arquivo foi desmembrado e está fisicamente instalado em dois locais distintos: o fundo relativo ao período anterior a 1850 integra o acervo dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; o da fase posterior até a atualidade encontra-se muito bem cuidado no edifício-sede daquele ministério, o Palácio das Necessidades.

Da primeira parte do fundo, cujo inventário completo, elaborado pela renomada arquivista Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, foi publicado em 1990 pela Torre do Tombo, poderíamos destacar, para o objeto sob análise, a correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com a Legação de Portugal no Brasil, entre 1826 e 1842, bem como os despachos do ministério para o consulado português no Rio de Janeiro. Sem esquecer

que, tendo origem na documentação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada em 1736, este fundo abrange também fontes de natureza diplomática referentes ao período de permanência da família real e da administração portuguesa no Brasil, de 1808 a 1822.

Isto, evidentemente, para não mencionar a documentação pós-1850, que ainda aguarda o seu analista e um historiador que praticamente ponha fim à virgindade com a qual o citado fundo se apresenta. Em suma, é mais do que passada a hora de sairmos do terreno da retórica e levarmos a decantada fraternidade luso-brasileira a gerar uma produção historiográfica minimamente satisfatória.

Continuando em Lisboa, ainda tendo como referência a tônica mítica, já é também hora de os nossos pesquisadores cessarem de repetir lugares-comuns em nada condizentes com a verdade. Por exemplo, é mister ir ao encontro das fontes sobre o Brasil existentes no Arquivo da Alfândega de Lisboa, onde, nos núcleos 54 e 115 (pelo menos) em três volumes e em 18 códices, respectivamente, inserem-se documentos referentes à Casa da Índia, entre 1519 e 1759, e provenientes da Alfândega Grande do Açúcar, compilados na segunda metade do século XVIII.

Em outras palavras, é preciso romper com a falsa suposição de que o terremoto de 1º de novembro de 1755 e seus desdobramentos deram cabo da totalidade

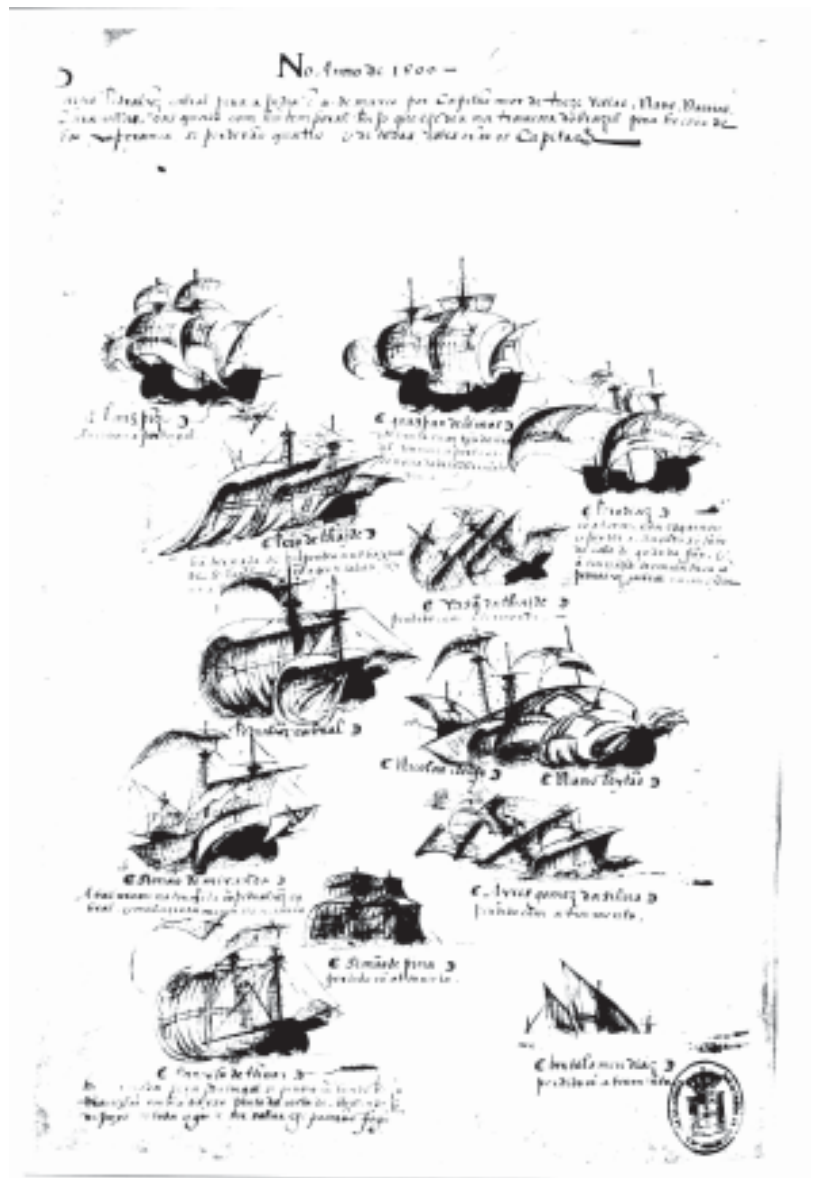
dos documentos então armazenados em instituições da orla ribeirinha do Tejo.

A propósito, se o interesse do pesquisador estiver voltado para o movimento do comércio marítimo entre a metrópole e o Brasil, mesmo no período anterior ao dito terremoto, caberia lembrar a existência de outra parte residual dos arquivos da Alfândega de Lisboa que foi transferida para a Torre do Tombo, onde hoje pode ser compulsada. A declarar também, e para ficar nesta ampla e fecunda temática, que o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa dispõe de uma notável coleção intitulada *Marco de navios*, onde, somente no que tange ao comércio e à movimentação de embarcações chegadas do Brasil a Lisboa ou daí saídas rumo ao nosso país, sobretudo para o período entre 1772 e 1839, há cerca de cem preciosos códices contendo elementos informativos seja da entrada dos navios, da proveniência e discriminação da carga, seja dos livros de receita e despesas do direito de entrada cobrados pela Casa dos Marcos. É importante não esquecer que o arquivo histórico da Casa da Moeda de Lisboa, objeto de artigo nesta revista, tem sob sua guarda um conjunto verdadeiramente espetacular, com abrangência cronológica muito mais elástica, de livros-códices e maços de documentos que são afins e/ou complementares aos que se acaba de aludir.

A ênfase (talvez exagerada) que vimos conferindo aos documentos escritos de

natureza político-administrativa e econômica não pode e não deve deixar de lado o registro, mesmo que fugaz, de documentos de outra espécie, como sejam, por exemplo, os cartográficos.

Com efeito, a assinalada convergência de atenções para a trindade formada pela Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Ultramarino, por vezes, leva os pesquisadores a somente nela busca-



Armada de Pedro Álvares Cabral. Memória das armadas. c. 1568.
Academia das Ciências de Lisboa.

rem fontes cartográficas. Diga-se de passagem que não é pequeno o número de consulentes daquelas instituições que desconhecem o conjunto de mapas, traçados, plantas e planos que aqueles arquivos possuem.

Por conseguinte, no geral, há muito o que apurar, em matéria cartográfica, fora do citado eixo. Só em Lisboa, sem esquecer o excelente acervo de mapas e plantas pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e para não mencionar novamente o Arquivo Distrital e a Biblioteca Municipal de Évora, há, pelo menos, outros quatro excelentes núcleos de fontes cartográficas respeitantes (não só) ao Brasil: o da Sociedade de Geografia de Lisboa, o da Academia das Ciências de Lisboa, o do Arquivo Histórico Militar e o do pouco conhecido, mas primoroso, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Da Sociedade de Geografia, não caberia lembrar só aquele setor, não obstante ser ele composto de boas e bem conservadas peças cartográficas. No Setor dos Reservados pode-se consultar bem fornidos fundos documentais, já catalogados, de que nos dão conhecimento dois ou três artigos de autoria de Rosalina Silva Cunha, publicados no *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* e no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*.

Idêntico comportamento se deve ter relativamente à Academia de Ciências. Majoritariamente procurada devido ao seu

rico acervo de *memórias* e documentos econômicos e científicos produzidos à época da fase inicial de sua existência, lá se encontra também uma importante documentação cartográfica. Quanto às fontes relativas ao Brasil, consulte-se o levantamento realizado por Júlio Caio Veloso, publicado nos números 19 a 23 (março a dezembro de 1990) da *Revista ICALP*.

Isto sem falar na bem nutrida coleção de legislação portuguesa - manuscrita e impressa - que abrange e abriga, em 43 robustos volumes, documentos administrativos de caráter jurídico-legal desde o século IX até 1836, compilada no século passado por Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato. A nosso ver é uma falha grave do pesquisador pressupor que a simples consulta às Ordenações do Reino ou às coleções de leis como as publicadas por Antônio Delgado da Silva ou por José Justiniano de Andrade e Silva ou, ainda, que a consulta aleatória a esse tipo de documento no interior dos fundos arquivísticos resulte satisfatória ou suficiente. Por conseguinte, não obstante sua falta de organicidade, a coleção Aragão Morato merece ser lembrada não apenas para a finalidade básica a que se destina, como também para complementar (e, por vezes, substituir) documentos avulsos de outros acervos arquivísticos sobre a história de Portugal e de suas ex-colônias. Ressalte-se que, sob a chancela de *legislação*, há fontes fundantes e prioritárias para o bom entendimento das

formas organizacionais e do funcionamento das estruturas administrativas do nosso passado colonial, inclusive porque no seu interior multiplicam-se documentos da rotina e do cotidiano da administração pública de então, como sejam, dentre outros, os decretos, os alvarás, as cartas régias e as provisões.

A propósito de legislação, registre-se, mesmo que elas não tenham a qualidade do conjunto acima referido, as coleções 'Josefina' e de 'd. Maria I', do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, reunidas e anotadas por Alberto Rodrigues Vale, e integrantes da coleção Pombalina, onde podem ser encontradas, respectivamente, pelos volumes de número 453 a 460 e de 461 a 468.

Sobre o Arquivo Histórico Militar, além da citada documentação cartográfica (da qual pode-se ter uma informação através de relações constantes dos volumes 43 e 48 do *Boletim* daquela instituição), anunciem-se fontes outras para o conhecimento, por exemplo, das tropas, do arsenal do exército e das instalações militares no Rio de Janeiro das importantes primeiras décadas do século XIX; do plano de defesa da ilha de Santa Catarina, bem como de documentos referentes a individualidades de significativo impacto na realidade colonial - André Vidal de Negreiros, Joaquim Silvério dos Reis e José Bonifácio de Andrade e Silva -, além de documentos sobre a colonização suíça no Rio de Janeiro e, mais alentada-

mente, sobre a Colônia do Sacramento.

O Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, criado na década de 1960, destinava-se a "estudos de fortificações e das obras militares", sem contar evidentemente com análises relativas à arma da engenharia do exército português. Sem manter qualquer vínculo com o Arquivo Histórico Militar e nem sendo-lhe necessariamente complementar, do Gabinete, pode-se dizer que sua riqueza documental está na razão inversa da sua consulta, o que é de se lamentar. Em seu acervo, cuidadosamente preservado, encontram-se, em significativa quantidade, desenhos e plantas de fortificações, de instalações militares, de cartografia, de hidrografia, dos portos e da urbanização no Brasil colonial. Em suma, para o gênero, é precioso e merece ser melhor conhecido e explorado.

Antes de deixarmos Lisboa em definitivo, abramos um parêntese para falar sobre a existência de numerosos acervos documentais de posse de herdeiros de casas senhoriais do período de que nos ocupamos e que, com diferentes ênfases, tiveram ancestrais relacionados diretamente com a colônia portuguesa da América do Sul.

Ocioso discutir a origem e a legitimidade de grande parte desses arquivos ou de, pelo menos, uma fatia considerável de seus núcleos documentais. Embora ética e legalmente os documentos produzidos ou recebidos durante o exercício de fun-

ções públicas não sejam de propriedade particular de seus titulares, ainda assim não será apenas nos arquivos públicos ou oficiais que se deverá buscar esse tipo de fontes. Elas poderão ser encontradas também - e, dependendo do período do tema ou do assunto que se procure - em arquivos privados. Claro está que nem tudo o que se encontra nestes últimos são documentos de domínio público ou que, pelo menos, não possam ser objeto de discussão em torno de sua privacidade ou não. Aliás, são tênues os limites que, também nessa matéria, separam o público do privado.

Desse gênero de arquivos, pode-se aqui referir aos das casas de Castelo Melhor, de Fronteira e Alorna, de Cadaval, de Palmela, dos condes das Galveias, da Ínsua e de Mateus, as duas últimas tendo os documentos armazenados em suas respectivas sedes, em Penalva do Castelo (na Beira Alta) e em Vila Real (em Trás-os-Montes).

E com os arquivos da *província* encerramos nossa rápida vilegiatura. Em outra oportunidade, talvez devêssemos dar uma atenção maior ao acervo documental relativo ao Brasil encontrado em Évora, na Biblioteca Pública local. Através da leitura do catálogo preparado por J. H. da Cunha Rivara, contentemo-nos por ora em perceber a sua riqueza e lamentar a pouca pesquisa que nele se fez até agora.

Ao norte de Lisboa, uma parada prolongada é exigida em Coimbra, onde, para além da consulta à Seção de Manuscritos

da Biblioteca Geral da Universidade, sob a orientação inicial mas insuficiente do *Catálogo de manuscritos* relativos ao Brasil, preparado e publicado em 1941 por Francisco Moraes, dirigir-nos-emos ao arquivo da Universidade. Lá, como se não bastasse o amplo universo de dados biográficos referentes a estudantes e professores brasileiros que durante todos os séculos de nossa história vincularam-se àquela sete vezes centenária instituição, valerá a pena dar um mergulho em força nos trinta e nove códices constituintes da coleção conde dos Arcos.

Na 'Invicta cidade', isto é, no Porto, colocamos ponto final no passeio. Como o acervo de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal já foi suficiente e amplamente apresentado, talvez valesse a pena chamar a atenção para uma tendência que parece hoje esboçar-se na capital nortenha: a de realização de pesquisas e trabalhos científicos sobre a história do Brasil lastreados em arquivos de empresas comerciais e em arquivos municipais. Dois exemplos dessa possível tendência devem ser referenciados, quando nada porque, além de sua originalidade, rompem com uma tradição mais do que secular de supor que, em Portugal, o que se deve buscar para melhor compreender a história brasileira são principalmente fontes de natureza político-administrativa e econômica, entendendo-se esta apenas quando se acha sob a égide do Estado absolutista.

Os exemplos de pesquisas inovadoras são

as desenvolvidas pelos professores Eugênio dos Santos e Jorge Fernandes Alves, dos quadros da Universidade do Porto. A menção do primeiro prende-se às investigações que pessoalmente e pelo grupo que coordena têm sido levadas a efeito através de numerosos copiadores de correspondência de uma casa comercial pertencente à família Pinto de Miranda que, no século XVIII, com matriz na metrópole, ramificou-se pelo Brasil, tendo negócios em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e sul da Colômbia. A menção a Jorge Alves é devida pelo seu meritório e pachorrento trabalho de compilação e análise de registros de passaportes, testamentos, listas nominativas e biografias que lhe permitiram reconstituir o fluxo migratório legal do Porto para o Brasil no século XIX.

Nesse sentido, e sobre tema tão alician-
te, a sua obra *Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista* (Porto, s. ed., 1994) impõe-se como fonte de consulta indispensável.

Temas, fontes e pesquisas sobre história de empresas, que é também história social, como o é também a história demográfica. Repito: são exemplos de descobertas e de análise de fontes históricas até então pouco conhecidas e/ou exploradas. Com estas ou com as 'tradicionais', com as de Lisboa ou com as da província, o que importa é termos a mais simples das posturas: sem abdicar da consulta aos núcleos documentais inevitavelmente recorrentes, abramo-nos para a busca permanente e para o conhecimento de novos (quem sabe inéditos) acervos documentais.



Coimbra e a sua famosa universidade.

A B S T R A C T

Taking into account the fact that six Portuguese archives are reviewed in the pages of this journal, the text seeks to identify additional collections of documents to be found in archives and libraries of Lisbon and others cities of Portugal, having a connection with Brazil's history. It also mentions other little know or unexplored sources of historiographic material for possible scrutiny.

R É S U M É

Six des institutions archivistiques portugaises étant déjà décrites dans ce numéro, ce texte essaye d'identifier d'autres documents présentant un intérêt pour l'histoire du Brésil, qui se trouvent dans les archives et bibliothèques de Lisbonne et dans autres villes du Portugal. On éveille l'attention sur les possibilités historiographiques de ces sources peu connues ou peu exploitées.

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

António Manuel Hespanha

Comissário-geral

O que comemorar?

Lembrar os descobrimentos e navegações não é operação inocente. Com as comemorações quer-se fixar imagens sobre o nosso passado e, com estas, criar atitudes coletivas sobre o presente e o futuro. Por isso é importante que elas sejam *ricas em verdade e em rigor*, complexas como a realidade sempre é. E não imagens propagandistas e redutoras, que ignoram a multifacetada rede de dares e de tomares que a expansão portuguesa inaugurou. Só assim se podem criar atitudes inteligentes na compreensão de Portugal e, ao mesmo tempo, justas e abertas no relacionamento futuro com o mundo que o passado nos legou.



Saber rigorosamente o que se comemora.

Isto quer dizer, antes de tudo, promover a investigação sobre os descobrimentos portugueses;

- criando ou apoiando equipas de especialistas;
- dando-lhes condições de trabalho e;
- difundindo os resultados dos seus trabalhos.

O Centro Damião de Góis (CNCDP/ANTT), relançado em 1996 e dotado com um orçamento de cerca de setenta mil contos para 1997, é o principal pólo de apoio aos investigadores da história da expansão portuguesa. Está a seu cargo editar roteiros e inventários da documentação

histórica existente sobre o tema, disponibilizar a mais importante, utilizando de maneira ampla os novos suportes digitais, e, em geral, apoiar logisticamente os investigadores. Em 1997, estão aparecendo as suas primeiras edições, em papel ou CD-ROM (índices das chancelarias régias dos séculos XV e XVI, fontes inéditas para a história da Índia portuguesa). Ao mesmo tempo que se inicia um programa sistemático de identificação de fontes para a história da expansão portuguesa em arquivos estrangeiros (holandeses, espanhóis, romanos, franceses e brasileiros).

Portugal tem alguns dos mais ricos arquivos mundiais sobre a história da expansão. Grande parte de seu acervo tem sido publicado em milhares e milhares de páginas de revistas e coleções de fontes, por vezes esgotadas e sempre difíceis de manusear. A série *Ophir* reunirá essa grande massa documental numa coleção de CD-ROMs, compactos, transportáveis, baratos e permitindo todos os recursos de pesquisa eficiente e rápida dos suportes digitais. Assim, a centena de volumes da revista *Studia* e do *Boletim da Filmoteca Ultramarina* ficará disponível em dois CDs. O mesmo acontecerá com a legislação ultramarina, com as fontes publicadas sobre a história das missões, com a *Monumenta Henricina*. Em colaboração com a Biblioteca Nacional de Lisboa, serão feitos outros CDs reunindo instrumentos de trabalho indispensáveis, como a *Biblioteca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado ou o *Dicionário*

bibliográfico, de Francisco Inocêncio da Silva, ou conjuntos como as *Obras completas* do padre Antônio Vieira. Com o Center for Portuguese Studies da Universidade de Oxford, editaram-se as *Décadas da Ásia*, de João de Barros, continuando-se o programa com outras fontes literárias.

Comemorar: lembrar em conjunto...

Fixadas as imagens da história, a comemoração reside justamente em difundilas junto ao grande público, em manifestações que aliem a eficácia comunicativa ao rigor dos conceitos a transmitir. É esse o papel das grandes exposições, domínio em que a CNCDP ganhou um justo relevo. Neste aspecto, 1997 tem sido um ano de transição. Por um lado, preparam-se as grandes exposições de 1998 - o ano de Vasco da Gama e o ano da EXPO'98. Por outro lado, terão lugar exposições de peças originais sobre a arte cristã no Japão, ou sobre a escultura flamenga em Portugal, além de cerca de uma dezena de exposições itinerantes.

As exposições itinerantes - de cartazes ou de réplicas - revelam-se, na sua relativa humildade, como um dos meios mais eficazes de difundir informação. Nas escolas, nos leitorados portugueses no estrangeiro, em pequenos espaços públicos, mesmo numa tenda móvel, elas transmitem em imagens e em textos o conteúdo básico sobre um tema, podendo transformar-se num apoio para outras manifestações culturais, como uma conferência, uma peça de teatro, uma mos-

tra de livros. Desde o início de 1997, vem sendo produzido um número considerável de exposições deste tipo: *Antônio Vieira, O Urbanismo Colonial em África, Os Espaços do Crioulo, A Viagem na Literatura, As Comemorações Oitocentistas da Viagem de Vasco da Gama, Os Tesouros da Cartografia Portuguesa*. Juntamente com as já existentes, estas exposições animarão espaços de divulgação histórico-cultural por todo o mundo.

A presença da temática dos descobrimentos na grande manifestação cultural representada pela EXPO'98 será garantida pelo Pavilhão de Portugal, produzido conjuntamente pelo Comissariado do Pavilhão de Portugal e pela CNCDP, numa fórmula exemplar de cooperação inter-institucional e de rentabilização de meios. A viagem oceânica foi o tema escolhido, e será explorado numa exposição concebida de modo a promover a contínua interação entre os visitantes e os materiais exibidos, bem como numa série de manifestações envolventes que vão dos espetáculos à gastronomia ou à edição.

...e com os outros

Um dos tópicos recorrentes no discurso das atividades da CNCDP é o da atenção a outros olhares sobre os descobrimentos portugueses. Os contatos que abrimos com outros povos foram, de fato, aventuras a dois, passíveis de leituras cruzadas ou mesmo conflitivas. A riqueza da nossa história reside precisamente nisso, nas contínuas interpelações que fizemos ao mundo e nas reações que elas suscitaram.

Uma das grandes exposições que animará o espaço cultural de Lisboa em 1998 refere-se às culturas do Índico, e será realizada pela CNCDP no Museu das Janelas Verdes. Por aí irão passar, numa vasta série de registros - desde a arte e antropologia até à música e aos sabores - a constelação de culturas do oceano Índico, onde Vasco da Gama desembarcou em 1498. Afinal, 'a Índia' era um cenário esplêndido de culturas autônomas, algumas delas tão ricas como a da Europa de então. No Tejo, um magnífico *dhao* - barco de transporte de peregrinos muçulmanos a Meca que ainda hoje opera - transportará visitantes e turistas, oferecendo espetáculos de folclore local e evocando essa rede de viagens em que os portugueses se inseriram.

Também a presença islâmica em Portugal - e, em geral, essa ambivalência dos portugueses com o Islão - foi objeto de uma mostra itinerante que, desde a primavera de 1997, vem percorrendo os mais importantes centros de cultura árabe, num programa em que cooperam a CNCDP e a Câmara de Comércio Luso-Árabe.

Conhecer o passado para inventar o futuro
As comemorações dos descobrimentos não podem encerrar-se numa visão puramente passadista. Devem projetar-se sobre o presente e sobre o futuro, como um convite a repetir a aventura de então, a ousar de novo; a recriar, nos tempos de hoje, a atitude de curiosidade que leva à descoberta e à inovação técnica e científica; a restabelecer um espírito de

saudável autoconfiança nas possibilidades próprias.

A presença nas escolas, junto dos jovens, de atividades de criação cultural é decisiva para estímulo da curiosidade pelo novo. A CNCDP realiza, desde finais de 1996, um programa nas escolas de todo o país que se traduz na apresentação, até o Carnaval, de cerca de duas centenas de espetáculos de teatro que, numa linguagem cênica ágil e provocadora, apresentam a figura de d. João de Castro, homem de ação e de cultura da primeira metade dos quinhentos. Com isto, é a sociedade da época que, numa síntese impressiva, interpela o jovem auditório.

Convergente, embora de outro nível, é o objetivo dos *Cursos da Arrábida*, que a CNCDP organiza, desde há alguns anos, no cenário magnífico do Convento de Arrábida. Aí se realizam, durante o verão, séries de cerca de vinte cursos sobre as diferentes áreas do saber, dirigidos por especialistas portugueses ou estrangeiros de grande prestígio. Alguns dos nomes mais famosos da cultura e da ciência contemporâneas passaram por lá. No ano de 1997, o tema foi 'Diversidade e tolerância', tendo sido previstos cursos sobre subtemas tão diversos como: identidade e diferença na literatura contemporânea, a cultura das comunidades judaico-portuguesas, a monotonia e a diferença na informática, o direito dos bens culturais. Terá início também no próximo ano a publicação de alguns dos seminários mais interessantes para o

grande público.

Reencontros presentes à sombra de encontros passados

O passado histórico de Portugal, com os legados vivenciais e culturais que ele criou, com o hábito da diferença que acabou por desenvolver, constitui um enorme capital ao serviço, não apenas da compreensão ecumênica entre os povos, mas ainda da projeção da imagem de Portugal no mundo. Por isso é que as comemorações das viagens e contatos culturais dos portugueses têm que continuar a prolongar, em vários níveis, essa experiência do encontro e a suscitar o interesse por Portugal nos grandes centros de criação da cultura contemporânea.

Este cuidado em fazer perdurar as memórias dos encontros inclui, desde logo, o esforço pela preservação dos seus sinais. Em 1997, a CNCDP está envolvida, como financiadora exclusiva, num projeto de recuperação da capela de Nossa Senhora do Baluarte, nesse repositório vivo de sinais de trocas culturais que é a ilha de Moçambique.

O programa internacional da CNCDP integrou, em 1997, iniciativas tendentes a promover o reencontro, em Portugal, das gerações de países ou regiões em que os portugueses estiveram presentes. Em colaboração com a Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, prosseguirá um programa de convite sistemático a professores das escolas chinesas de

Macau, destinado a tornar Portugal, a sua história, a sua cultura, o seu presente, mais conhecidos. À centena de professores que visitaram terras lusitanas em 1996, somaram-se, em 1997, mais cerca de vinte diretores de escolas e duas dezenas dos melhores alunos dos leitorados portugueses da Índia ao Japão. Visitas guiadas, conferências e espetáculos de arte integram este programa.

Finalmente, é preciso que Portugal, a sua história e sua cultura continuem a ser tema de interesse nos grandes centros acadêmicos. A CNCDP apóia unidades de altos estudos sobre assuntos lusos em muitos centros acadêmicos de excelência: Instituto Universitário Europeu, em Florença, universidades de Oxford, São Paulo, Rio de Janeiro ou Columbia (Nova Iorque). Em 1997, este número foi aumentado. Mais três universidades americanas, das mais prestigiadas, verão apoiados centros de estudos portugueses. Será criada, em Brown, uma cátedra per-

pétua, com o apoio da Comissão das Fundações Gulbenkian, Luso-Americana e Oriente. Noutra das universidades da prestigiada *ivy league* - a Universidade de Yale - será apoiado pela primeira vez um programa de estudos portugueses, o mesmo acontecendo na famosa universidade Johns Hopkins, em Baltimore. Enquanto que, na Índia, há negociações bem encaminhadas para criar uma cadeira de estudos indo-portugueses na Universidade de J. Nehru, em Delhi, a academia de excelência de toda a Índia.

De alguns exemplos para um programa

Estas são algumas das ilustrações de linhas de força que enformaram o programa de atividades da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses para o ano de 1997. Nele se irá investir mais de um bilhão e meio de escudos (oito milhões e meio de dólares), dos quais apenas um terço será gasto em despesas de funcionamento corrente.



Casa dos Bicos reconstruída.

A B S T R A C T

The National Committee for the Celebrations of Portuguese Discoveries has in view to celebrate the navigation and discoveries undertaken by Portugal during the end of the 15th century, supporting important researches and universities, publishing books and CD-ROMs, organizing exhibitions and seminars and by cultural activities at schools.

R É S U M É

La Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises objective commémorer les navigations et les découvertes portugaises à travers de l'appui aux plus considérables centres de recherches et universités, de l'édition des livres et CD-ROMs, de la montage d'expositions, de l'organisation des séminaires et de la présence en écoles, avec des activités culturelles.